

Justiça

em números

2012

Justiça Eleitoral



O Brasil faz a justiça

Justiça em Números 2011

Conselho Nacional de Justiça

Presidente Ministro Ayres Britto

Corregedor Nacional de Justiça Ministro Francisco Falcão

Conselheiros Ministro Carlos Alberto Reis de Paula

José Roberto Neves Amorim

Fernando da Costa Tourinho Neto

Ney José de Freitas

José Guilherme Vasi Werner

Silvio Luís Ferreira da Rocha

José Lúcio Munhoz

Wellington Cabral Saraiva

Gilberto Valente Martins

Jefferson Luis Kravchychyn

Jorge Hélio Chaves de Oliveira

Emmanoel Campelo

Bruno Dantas Nascimento

Secretário-Geral Francisco Alves Junior

Diretor-Geral Miguel Augusto Fonseca de Campos

Departamento de Pesquisas Judiciárias

Diretora Executiva Janaina Lima Penalva da Silva

Diretora de Projetos Fernanda Paixão Araújo Pinto

Diretor Técnico Rondon de Andrade Porto

Pesquisadores Ana Paula Antunes Martins

Daniel Augusto Vila-Nova

Ganem Amiden Neto

Santiago Falluh Varella

Estatísticos Gabriela Moreira

Igor Stemler

Apoio à Pesquisa Carlos Alberto

Lilian Januzzi Vilas Boas

Pedro Amorim

Ricardo Marques

Thaís Nascimento

Sumário

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.	5
1.1. Recursos Financeiros	5
1.1.1. G1 - Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral em Relação ao PIB Estadual no ano base	5
1.1.2. G2 - Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral em Relação à Despesa Pública	8
1.1.3a. DRH - Despesa com Recursos Humanos(R\$)	11
1.1.3b. G3 - Despesa com Recursos Humanos em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral	14
1.1.4. G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral	17
1.1.5. G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral	20
1.1.6. G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral	23
1.1.7. G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral	26
1.1.8. G6 - Despesa com Custeio e Capital em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral	29
1.1.9. G7 - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral por habitante(R\$)	32
1.1.10. G8 - Despesas com Pleitos Eleitorais em relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral	35
1.1.11. G9 - Despesas com Pleitos Eleitorais por Eleitor(R\$)	38
1.1.12. G10 - Despesas com Serviço Extraordinário de Servidores em Relação à Despesa Total do Pleito Eleitoral	41
1.1.13. G11 - Despesas com Serviço Extraordinário de Terceirizados em Relação à Despesa Total do Pleito Eleitoral	44
1.1.14. Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral	47
1.1.15. Mag - Total de Magistrados do Tribunal Regional Eleitoral	50
1.1.16. TS - Total de Servidores: Força de Trabalho do Tribunal Regional Eleitoral	53
1.1.17. FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados do Tribunal Regional Eleitoral	56
1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos	59
1.2.1. F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes	59
1.2.2. F3 - Força de Trabalho do Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes	62
1.2.3. F4a - Servidores do Quadro Efetivo do Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes	65
1.2.4. F4b - Força de Trabalho Auxiliar do Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes.	68
1.2.5. F4c - Cargos Efetivos Existentes no Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes.	71
1.2.6. F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em Relação aos Cargos Efetivos Existentes no Tribunal Regional Eleitoral.	74
1.2.7. F4e - Total de Pessoal Requisitado Extraordinariamente em Relação ao Total de Servidores do Tribunal Regional Eleitoral.	77
1.2.8. Inf2 - Número de Computadores por Usuário no Tribunal Regional Eleitoral.	80
1.2.9. UE - Número de eleitores por Urna no Tribunal Regional Eleitoral	83
1.2.10. Dm ² - Área útil em Relação à Área Total do Tribunal Regional Eleitoral (em Metros Quadrados).	86
1.2.11. Pm ² - Força de Trabalho Total em Relação à Área Útil do Tribunal Regional Eleitoral (em metros quadrados).	89
1.2.12. ProcML - Espaço Utilizado em Relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (em Metros Lineares) no Tribunal Regional Eleitoral.	92
1.2.13. UEMC - Espaço Utilizado em Relação ao Espaço Disponível para Armazenamento de Urnas Eletrônicas (em Metros Cúbicos) no Tribunal Regional Eleitoral.	95
1.2.14. Cn2º - Casos Novos no 2º Grau	98
1.2.15. Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau	101
1.2.16. T Baix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau	104
1.2.17. Dec2º - Total de Decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau	107
1.2.18. Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no Tribunal Regional Eleitoral	110
1.2.19. Cm2º - Casos Novos por Magistrado no Tribunal Regional Eleitoral	113

1.2.20. Cs2º - Casos Novos por Servidor no Tribunal Regional Eleitoral	116
1.2.21. K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no Tribunal Regional Eleitoral	119
1.2.22. TC2º - Taxa de Congestionamento no Tribunal Regional Eleitoral	122
2. Litigiosidade	125
2.1. Litigiosidade de 2º Grau	125
2.1.1. DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no Tribunal Regional Eleitoral	125
2.1.2. ProcEI2º - Índice de Processos Eletrônicos no Tribunal Regional Eleitoral	128
2.1.3. TbCn2º - Processos Baixados por Caso Novo no 2º grau	131
2.1.4. Rx2º - Recorribilidade Externa de 2º grau	134
2.1.5. Rin2º - Recorribilidade Interna no Tribunal Regional Eleitoral	137
2.2. Litigiosidade do 1º Grau	140
2.2.1. Cn1º - Casos Novos no 1º Grau	140
2.2.2. Cp1º - Casos Pendentes no 1º Grau	143
2.2.3. T Baix1º - Total de Processos Baixados no 1º Grau	146
2.2.4. Sent1º - Total de Sentenças no 1º Grau	149
2.2.5. Ch1º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau	152
2.2.6. Cm1º - Casos Novos por magistrado no 1º Grau	155
2.2.7. Cs1º - Casos Novos por Servidor no Tribunal Regional Eleitoral no 1º Grau.	158
2.2.8. K1º - Carga de trabalho dos magistrados no 1º Grau	161
2.2.9. TC1º - Taxa de congestionamento no 1º Grau	164
2.2.10. SM1º - Sentenças por Magistrado no 1º Grau	167
2.2.11. ProcEI1º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau	170
2.2.12. TbCn1º - Processos Baixados por Caso Novo no 1º Grau	173
2.2.13. Rx1º - Recorribilidade Externa de 1º Grau	176
2.2.14. Rin1º - Recorribilidade Interna na Fase de Conhecimento do 1º Grau	179
2.2.15. Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau	182
2.3. Litigiosidade Total	185
2.3.1. Ch - Casos Novos por 100.000 habitantes	185
2.3.2. Cm - Casos Novos por Magistrado	188
2.3.3. Cs - Casos Novos por Servidor	191
2.3.4. K - Carga de Trabalho dos Magistrados	194
2.3.5. TC - Taxa de Congestionamento	197
2.3.6. SM - Sentenças / Decisões Terminativas de Processo por Magistrado	200
2.3.7. ProcEI - Índice de Processos Eletrônicos	203
2.3.8. TbCn - Processos Baixados por Caso Novo	206

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

1.1.1. G1 - Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral em Relação ao PIB Estadual no ano base

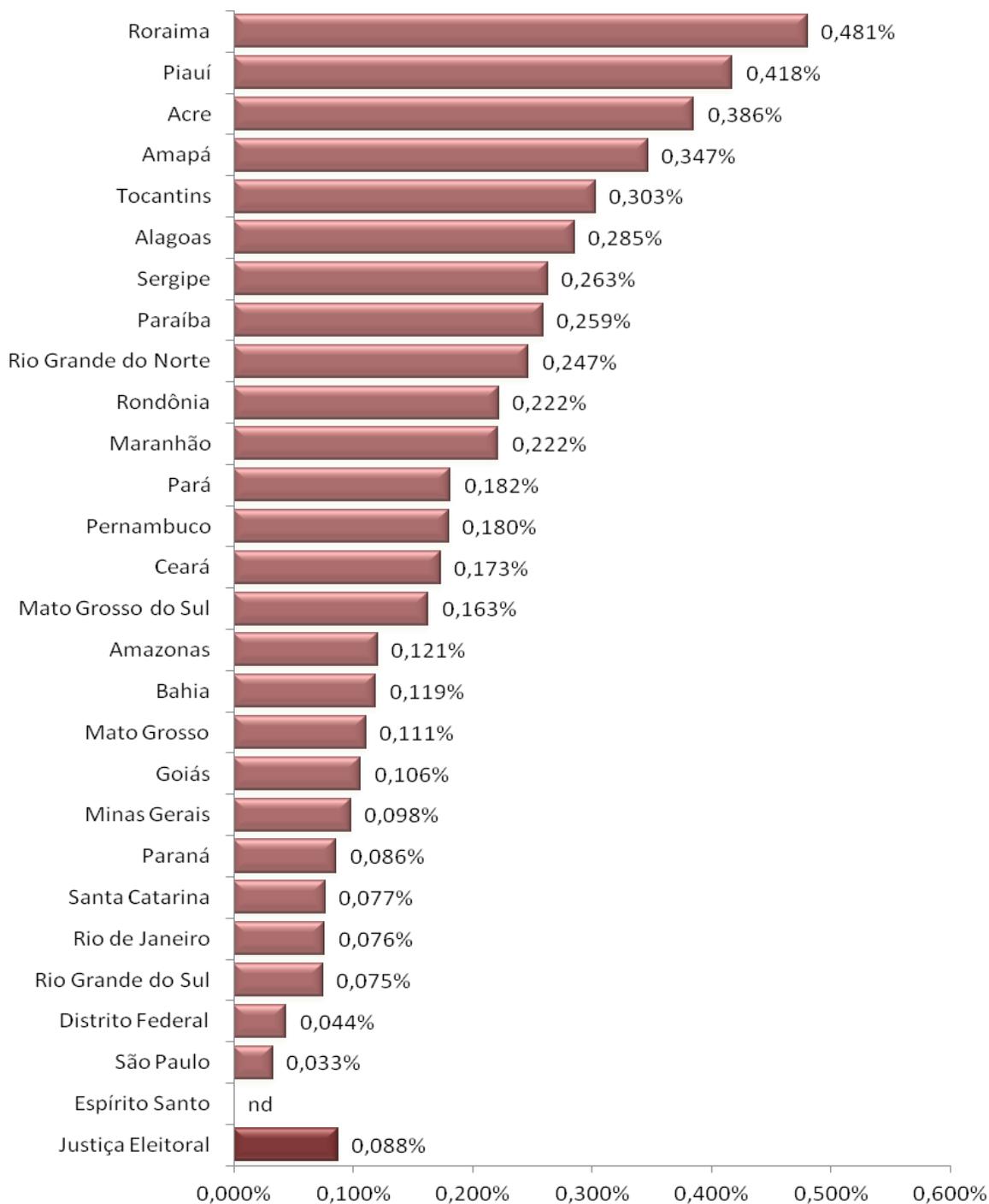
Tabela 1.1 G1 - Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral em Relação ao PIB Estadual no ano base

Tribunal Regional Eleitoral	Dpj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral	PIB - Produto Interno Bruto	G1 - Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral em Relação ao PIB Estadual no ano base
Acre	36.429.228	9.446.830.664	0,386%
Alagoas	77.443.489	27.158.290.566	0,285%
Amazonas	76.604.548	63.453.796.329	0,121%
Amapá	32.832.302	9.469.791.351	0,347%
Bahia	209.037.273	175.310.684.736	0,119%
Ceará	145.545.746	84.031.361.862	0,173%
Distrito Federal	74.126.732	168.164.715.277	0,044%
Espírito Santo	nd	85.386.084.421	nd
Goiás	116.346.154	109.497.141.115	0,106%
Maranhão	112.941.237	50.971.858.000	0,222%
Minas Gerais	359.787.576	367.126.647.900	0,098%
Mato Grosso do Sul	75.822.924	46.512.717.298	0,163%
Mato Grosso	80.995.763	73.276.003.560	0,111%
Pará	135.654.425	74.692.608.735	0,182%
Paraíba	95.103.359	36.729.449.258	0,259%
Pernambuco	180.390.550	100.305.332.365	0,180%
Piauí	101.677.286	24.341.692.893	0,418%
Paraná	208.261.089	242.988.864.606	0,086%
Rio de Janeiro	344.970.526	452.589.949.533	0,076%
Rio Grande do Norte	88.156.844	35.688.888.719	0,247%
Rondônia	57.466.992	25.880.937.421	0,222%
Roraima	34.386.215	7.153.755.998	0,481%
Rio Grande do Sul	205.934.690	276.077.588.373	0,075%
Santa Catarina	127.346.474	166.014.797.318	0,077%
Sergipe	66.563.925	25.281.007.316	0,263%
São Paulo	454.174.472	1.386.826.258.971	0,033%
Tocantins	56.503.550	18.635.945.416	0,303%
Justiça Eleitoral	3.554.503.367	4.143.013.000.000	0,088%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.1 G1 - Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral em Relação ao PIB Estadual no ano base



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

G1 - Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral em Relação ao PIB Estadual no ano base

Finalidade: Medir quanto a despesa total do Tribunal Regional Eleitoral representa em relação ao PIB Estadual produzido no ano-base.

Fórmula: $G1 = Dpj / PIB$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Dpj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional Eleitoral, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.
- PIB - Produto Interno Bruto: Representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos na região sob jurisdição do Tribunal e suas unidades judiciárias durante um período determinado (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

1.1.2. G2 - Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral em Relação à Despesa Pública

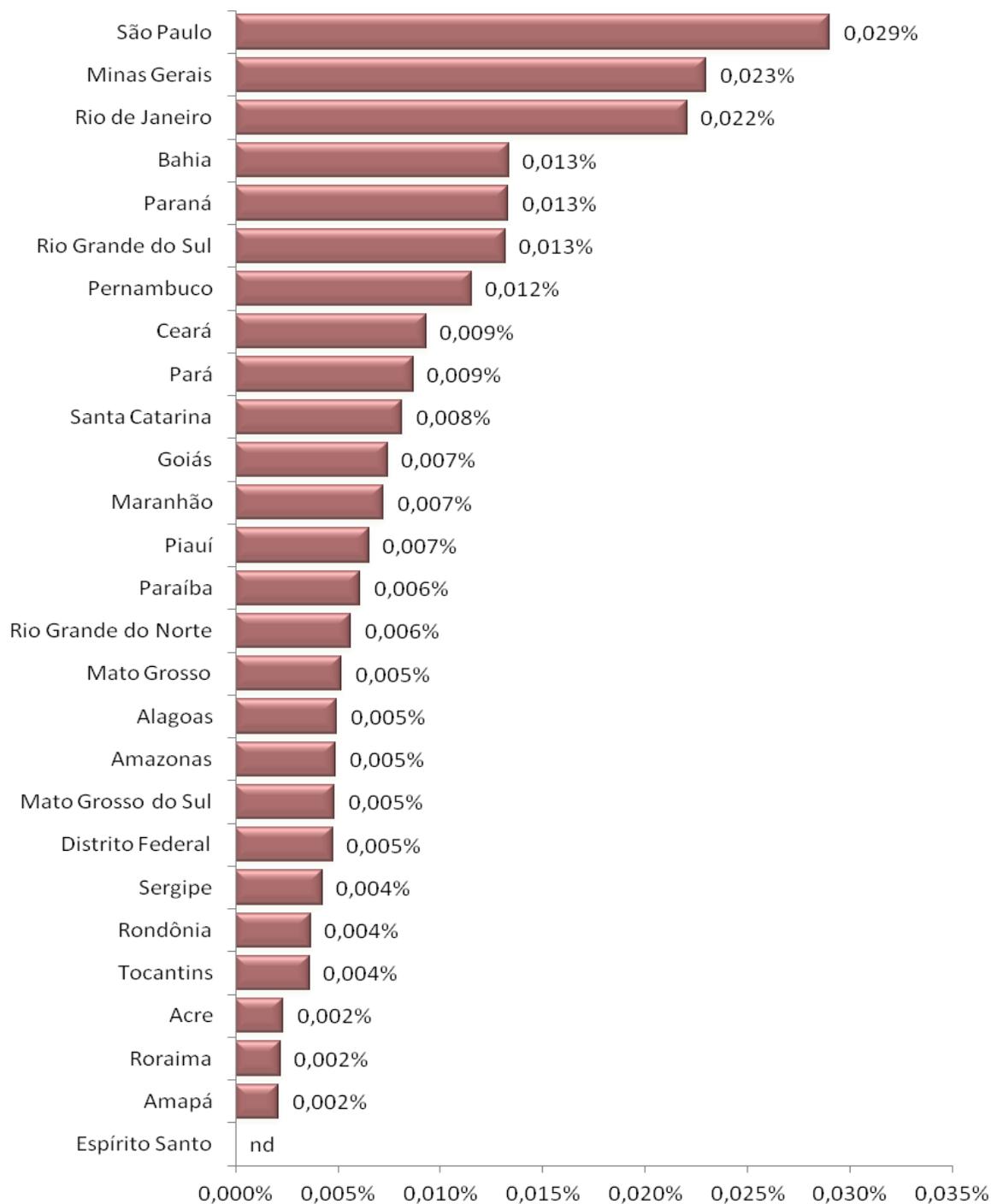
Tabela 1.2 G2 - Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral em Relação à Despesa Pública

Tribunal Regional Eleitoral	Dpj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral	GT - Gastos Totais	G2 - Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral em Relação à Despesa Pública
Acre	36.429.228	1.563.930.646.029	0,002%
Alagoas	77.443.489	1.563.930.646.029	0,005%
Amazonas	76.604.548	1.563.930.646.029	0,005%
Amapá	32.832.302	1.563.930.646.029	0,002%
Bahia	209.037.273	1.563.930.646.029	0,013%
Ceará	145.545.746	1.563.930.646.029	0,009%
Distrito Federal	74.126.732	1.563.930.646.029	0,005%
Espírito Santo	nd	1.563.930.646.029	nd
Goiás	116.346.154	1.563.930.646.029	0,007%
Maranhão	112.941.237	1.563.930.646.029	0,007%
Minas Gerais	359.787.576	1.563.930.646.029	0,023%
Mato Grosso do Sul	75.822.924	1.563.930.646.029	0,005%
Mato Grosso	80.995.763	1.563.930.646.029	0,005%
Pará	135.654.425	1.563.930.646.029	0,009%
Paraíba	95.103.359	1.563.930.646.029	0,006%
Pernambuco	180.390.550	1.563.930.646.029	0,012%
Piauí	101.677.286	1.563.930.646.029	0,007%
Paraná	208.261.089	1.563.930.646.029	0,013%
Rio de Janeiro	344.970.526	1.563.930.646.029	0,022%
Rio Grande do Norte	88.156.844	1.563.930.646.029	0,006%
Rondônia	57.466.992	1.563.930.646.029	0,004%
Roraima	34.386.215	1.563.930.646.029	0,002%
Rio Grande do Sul	205.934.690	1.563.930.646.029	0,013%
Santa Catarina	127.346.474	1.563.930.646.029	0,008%
Sergipe	66.563.925	1.563.930.646.029	0,004%
São Paulo	454.174.472	1.563.930.646.029	0,029%
Tocantins	56.503.550	1.563.930.646.029	0,004%
Justiça Eleitoral	3.554.503.367	1.563.930.646.029	0,227%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.2 G2 - Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral em Relação à Despesa Pública



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

G2 - Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral em Relação à Despesa Pública

Finalidade: Medir quanto a despesa total do Tribunal Regional Eleitoral representa em relação à despesa pública total da União no ano-base.

Fórmula: $G2 = Dpj / GT$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Dpj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional Eleitoral, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.
- GT - Gastos Totais: O total da Despesa Pública da União (Fonte: STN).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

1.1.3a. DRH - Despesa com Recursos Humanos(R\$)

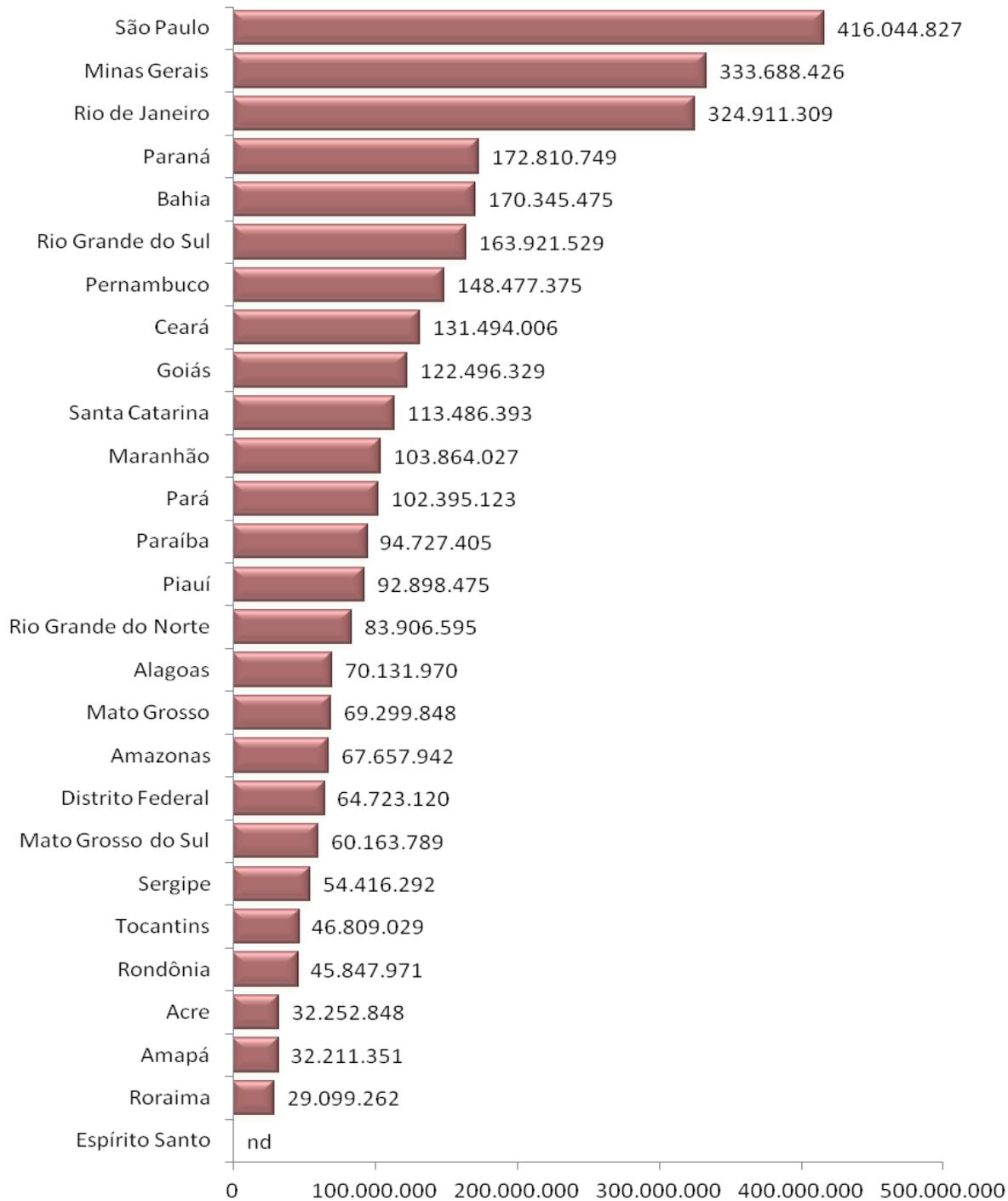
Tabela 1.3 DRH - Despesa com Recursos Humanos(R\$)

Tribunal Regional Eleitoral	DRem - Despesas com Remuneração, Proventos e Pensão	DBen - Despesas com Benefícios	DEnc - Despesas com Encargos	DTer+DEst - Despesas com Terceirizados e Estagiários	Dip - Outras Despesas Indenizatórias e Indiretas com Recursos Humanos
Acre	25.710.465	2.272.710	3.069.484	1.001.283	198.907
Alagoas	55.762.021	3.651.244	7.215.360	2.038.585	1.464.759
Amazonas	53.602.301	4.046.804	7.637.045	1.271.412	1.100.381
Amapá	23.389.257	1.917.741	2.931.554	3.103.735	869.064
Bahia	144.768.853	10.352.774	10.376.979	4.081.711	765.159
Ceará	107.356.340	8.120.095	12.818.771	2.296.158	902.643
Distrito Federal	46.689.834	5.444.251	5.447.529	6.644.448	497.058
Espírito Santo	nd	nd	nd	nd	nd
Goiás	88.536.945	7.615.754	10.954.731	14.604.244	784.655
Maranhão	77.698.373	5.922.196	9.285.207	4.092.375	6.865.876
Minas Gerais	267.031.538	22.704.400	35.914.605	5.871.698	2.166.185
Mato Grosso do Sul	46.519.536	3.505.631	6.555.237	2.764.013	819.373
Mato Grosso	52.819.220	4.629.678	6.790.979	3.909.872	1.150.099
Pará	78.921.201	6.775.768	9.662.098	3.931.623	3.104.433
Paraíba	76.011.208	5.425.205	9.153.223	2.906.607	1.231.162
Pernambuco	122.021.889	10.694.761	14.786.625	870.730	103.371
Piauí	72.666.207	5.707.202	9.554.546	3.358.659	1.611.861
Paraná	134.352.016	9.125.908	17.307.373	10.209.266	1.816.186
Rio de Janeiro	270.046.653	17.030.010	26.066.164	10.263.748	1.504.735
Rio Grande do Norte	66.665.795	5.108.755	8.107.451	2.625.800	1.398.794
Rondônia	34.442.365	2.974.617	5.023.377	2.980.113	427.499
Roraima	23.358.554	1.745.824	3.474.543	0	520.341
Rio Grande do Sul	134.454.237	9.378.999	16.910.315	2.006.313	1.171.665
Santa Catarina	89.689.126	6.520.527	10.676.694	5.472.925	1.127.121
Sergipe	42.763.086	3.362.519	5.583.364	2.104.620	602.704
São Paulo	339.198.862	25.332.789	40.336.598	8.987.576	2.189.002
Tocantins	35.164.231	3.214.413	4.785.239	2.767.034	878.111
Justiça Eleitoral	2.509.640.113	192.580.574	300.425.088	110.164.548	35.271.142

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.3 DRH - Despesa com Recursos Humanos(R\$)



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

DRH - Despesa com Recursos Humanos(R\$)

Fórmula: DRH = DRem + DBen + DEnc + DTer + DEst + Dip

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DRem - Despesas com Remuneração, Proventos e Pensão: As despesas efetivamente realizadas com remuneração, proventos e pensão, independentemente da nomenclatura adotada (subsídio, vencimentos, gratificações, vantagens pessoais; adicionais; abonos, parcelas incorporadas, férias), tanto para magistrados e servidores ativos quanto para inativos e instituidores de pensão, como também para servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), pagas à conta dos recursos consignados ao TRE no orçamento geral da União no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.
- DBen - Despesas com Benefícios: As despesas efetivamente realizadas com benefícios, independentemente da nomenclatura adotada (auxílio-funeral, auxílio-reclusão, auxílio-natalidade, auxílio-creche, auxílio pré-escolar, auxílio-invalidez, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, assistência médica e odontológica), tanto para magistrados e servidores ativos quanto para inativos e instituidores de pensão, como também para servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), pagas à conta dos recursos consignados ao TRE no orçamento da União no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.
- DEnc - Despesas com Encargos: As despesas efetivamente realizadas com encargos incidentes sobre a folha de pessoal, referentes a magistrados e servidores ativos, inclusive os servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), pagas à conta dos recursos consignados ao TRE no orçamento geral da União no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.
- DTer+DEst - Despesas com Terceirizados e Estagiários: As despesas efetivamente realizadas com terceirizados (prestadores de serviços não-eventuais, locação de mão de obra e autônomos, que não substituem mão de obra do Quadro de Pessoal) e estagiários, incluída, no caso de autônomos, a contribuição patronal pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento do Estado, no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores e os contratos de prestação de serviço que envolvam mão de obra eventual (obras, reformas, etc.).
- Dip - Outras Despesas Indenizatórias e Indiretas com Recursos Humanos: As despesas efetivamente realizadas com indenizações (ajuda de custo, diárias, transporte, auxílio moradia, licença-prêmio convertida em pecúnia) e as indiretas relacionadas a recursos humanos (passagens e locomoção, gastos com cursos de treinamento e de capacitação), tanto para magistrados e servidores ativos quanto para servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), pagas à conta dos recursos consignados ao TRE no orçamento geral da União, no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

1.1.3b. G3 - Despesa com Recursos Humanos em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

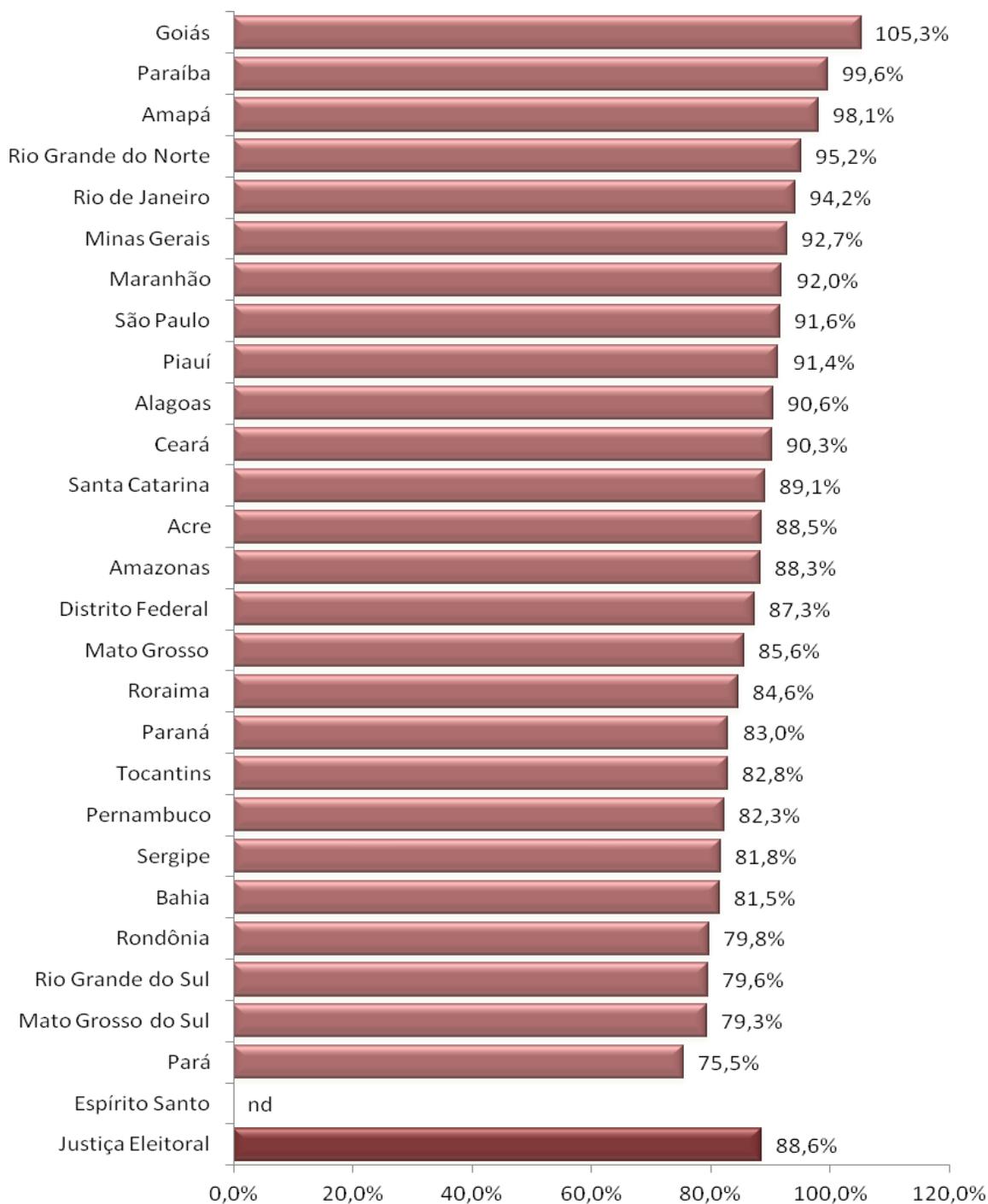
Tabela 1.4 G3 - Despesa com Recursos Humanos em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	DRH - Despesa com Recursos Humanos(R\$)	Dpj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral	G3 - Despesa com Recursos Humanos em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral
Acre	32.252.848	36.429.228	88,5%
Alagoas	70.131.970	77.443.489	90,6%
Amazonas	67.657.942	76.604.548	88,3%
Amapá	32.211.351	32.832.302	98,1%
Bahia	170.345.475	209.037.273	81,5%
Ceará	131.494.006	145.545.746	90,3%
Distrito Federal	64.723.120	74.126.732	87,3%
Espírito Santo	nd	nd	nd
Goiás	122.496.329	116.346.154	105,3%
Maranhão	103.864.027	112.941.237	92,0%
Minas Gerais	333.688.426	359.787.576	92,7%
Mato Grosso do Sul	60.163.789	75.822.924	79,3%
Mato Grosso	69.299.848	80.995.763	85,6%
Pará	102.395.123	135.654.425	75,5%
Paraíba	94.727.405	95.103.359	99,6%
Pernambuco	148.477.375	180.390.550	82,3%
Piauí	92.898.475	101.677.286	91,4%
Paraná	172.810.749	208.261.089	83,0%
Rio de Janeiro	324.911.309	344.970.526	94,2%
Rio Grande do Norte	83.906.595	88.156.844	95,2%
Rondônia	45.847.971	57.466.992	79,8%
Roraima	29.099.262	34.386.215	84,6%
Rio Grande do Sul	163.921.529	205.934.690	79,6%
Santa Catarina	113.486.393	127.346.474	89,1%
Sergipe	54.416.292	66.563.925	81,8%
São Paulo	416.044.827	454.174.472	91,6%
Tocantins	46.809.029	56.503.550	82,8%
Justiça Eleitoral	3.148.081.465	3.554.503.367	88,6%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.4 G3 - Despesa com Recursos Humanos em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

G3 - Despesa com Recursos Humanos em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

Finalidade: Medir quanto a despesa com recursos humanos representa em relação à despesa total do Tribunal Regional Eleitoral no ano-base.

Fórmula: $G3 = DRH / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DRH - Despesas com Recursos Humanos: As despesas com recursos humanos efetivamente realizadas, independentemente da nomenclatura adotada (remuneração, ajuda de custo, diárias, passagens e locomoções, auxílio moradia, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, auxílio pré-escolar, auxílio-funeral, auxílio-natalidade, serviço extraordinário, assistência médica e odontológica, encargos, gastos com cursos de treinamento e de capacitação, e outros benefícios assistenciais), tanto para magistrados e servidores ativos quanto para inativos e instituidores de pensão, como também para servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), estagiários e terceirizados (prestadores de serviços não-eventuais, locação de mão de obra e autônomos, que não substituem mão de obra do Quadro de Pessoal), pagas à conta dos recursos consignados ao TRE no orçamento geral da União no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores e os contratos de prestação de serviços que envolvam mão de obra eventual (obras, reformas etc.).
- Dpj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional Eleitoral, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

1.1.4. G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

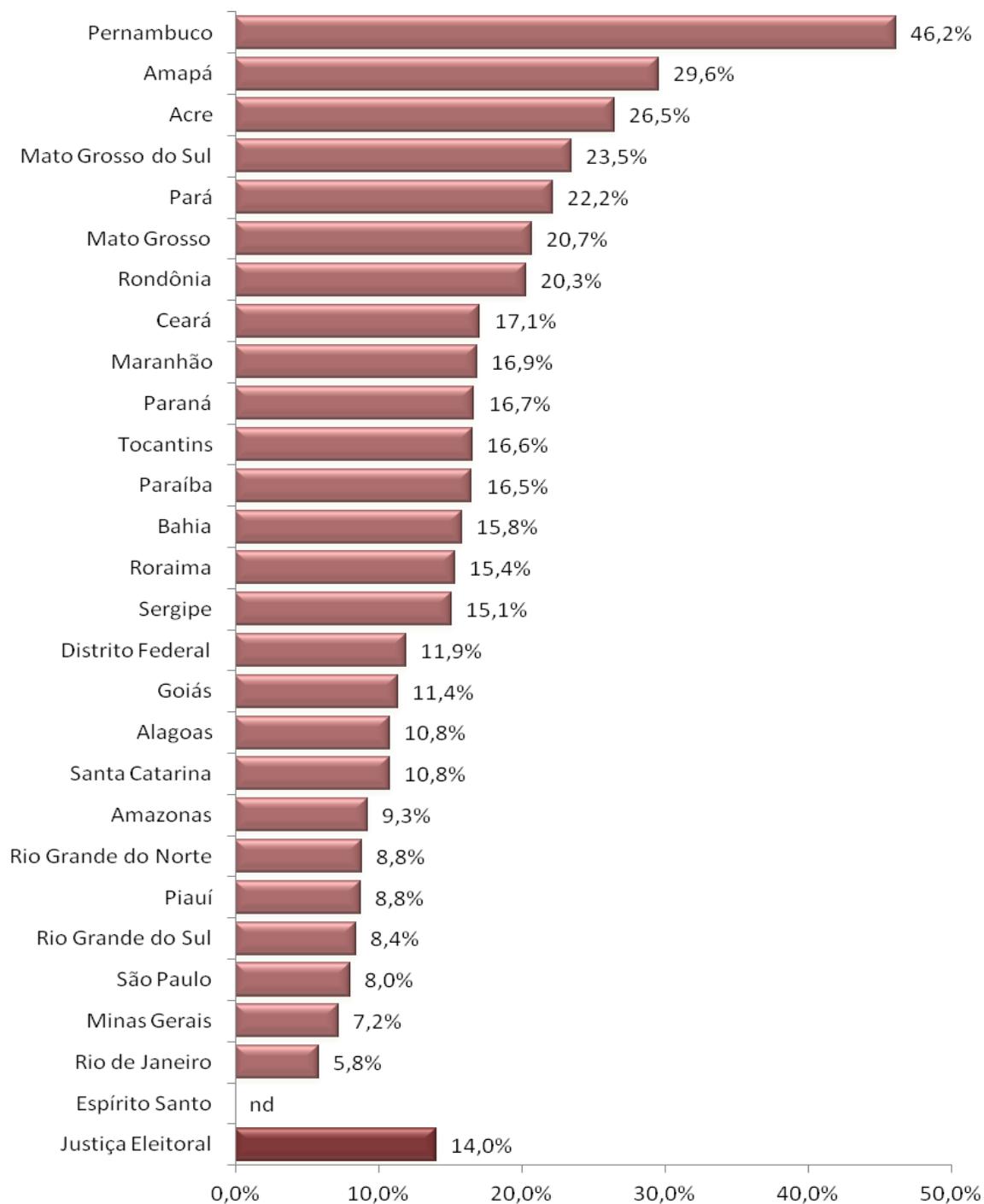
Tabela 1.5 G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	DBS - Despesa com Bens e Serviços e de Capital no TRE	Dpj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral	G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral
Acre	9.655.248	36.429.228	26,5%
Alagoas	8.363.134	77.443.489	10,8%
Amazonas	7.090.909	76.604.548	9,3%
Amapá	9.715.482	32.832.302	29,6%
Bahia	33.120.807	209.037.273	15,8%
Ceará	24.870.755	145.545.746	17,1%
Distrito Federal	8.815.894	74.126.732	11,9%
Espírito Santo	nd	nd	nd
Goiás	13.248.745	116.346.154	11,4%
Maranhão	19.091.781	112.941.237	16,9%
Minas Gerais	25.979.180	359.787.576	7,2%
Mato Grosso do Sul	17.822.420	75.822.924	23,5%
Mato Grosso	16.755.886	80.995.763	20,7%
Pará	30.113.309	135.654.425	22,2%
Paraíba	15.708.681	95.103.359	16,5%
Pernambuco	83.317.019	180.390.550	46,2%
Piauí	8.913.614	101.677.286	8,8%
Paraná	34.753.195	208.261.089	16,7%
Rio de Janeiro	20.059.217	344.970.526	5,8%
Rio Grande do Norte	7.786.608	88.156.844	8,8%
Rondônia	11.670.617	57.466.992	20,3%
Roraima	5.286.954	34.386.215	15,4%
Rio Grande do Sul	17.376.261	205.934.690	8,4%
Santa Catarina	13.735.955	127.346.474	10,8%
Sergipe	10.057.802	66.563.925	15,1%
São Paulo	36.382.928	454.174.472	8,0%
Tocantins	9.368.374	56.503.550	16,6%
Justiça Eleitoral	499.060.777	3.554.503.367	14,0%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.5 G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

Finalidade: Medir quanto a despesa realizada com bens e serviços e de capital representa em relação à despesa total do Tribunal Regional Eleitoral no ano-base.

Fórmula: $G4 = DBS / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DBS - Despesa com Bens e Serviços e de Capital no TRE: As despesas com bens e serviços e de capital, incluídas as inscritas em “restos a pagar”, realizadas à conta dos recursos consignados ao tribunal no orçamento geral da União no ano-base. Excluem-se as despesas de exercícios anteriores e as despesas que, embora relacionadas a bens e serviços e de capital, já foram consideradas no conceito de despesas com recursos humanos - DRH (contratos de terceirização de mão de obra e de estagiários, passagens e locomoção e gastos com cursos de treinamento e de capacitação).
- Dpj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional Eleitoral, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

1.1.5. G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

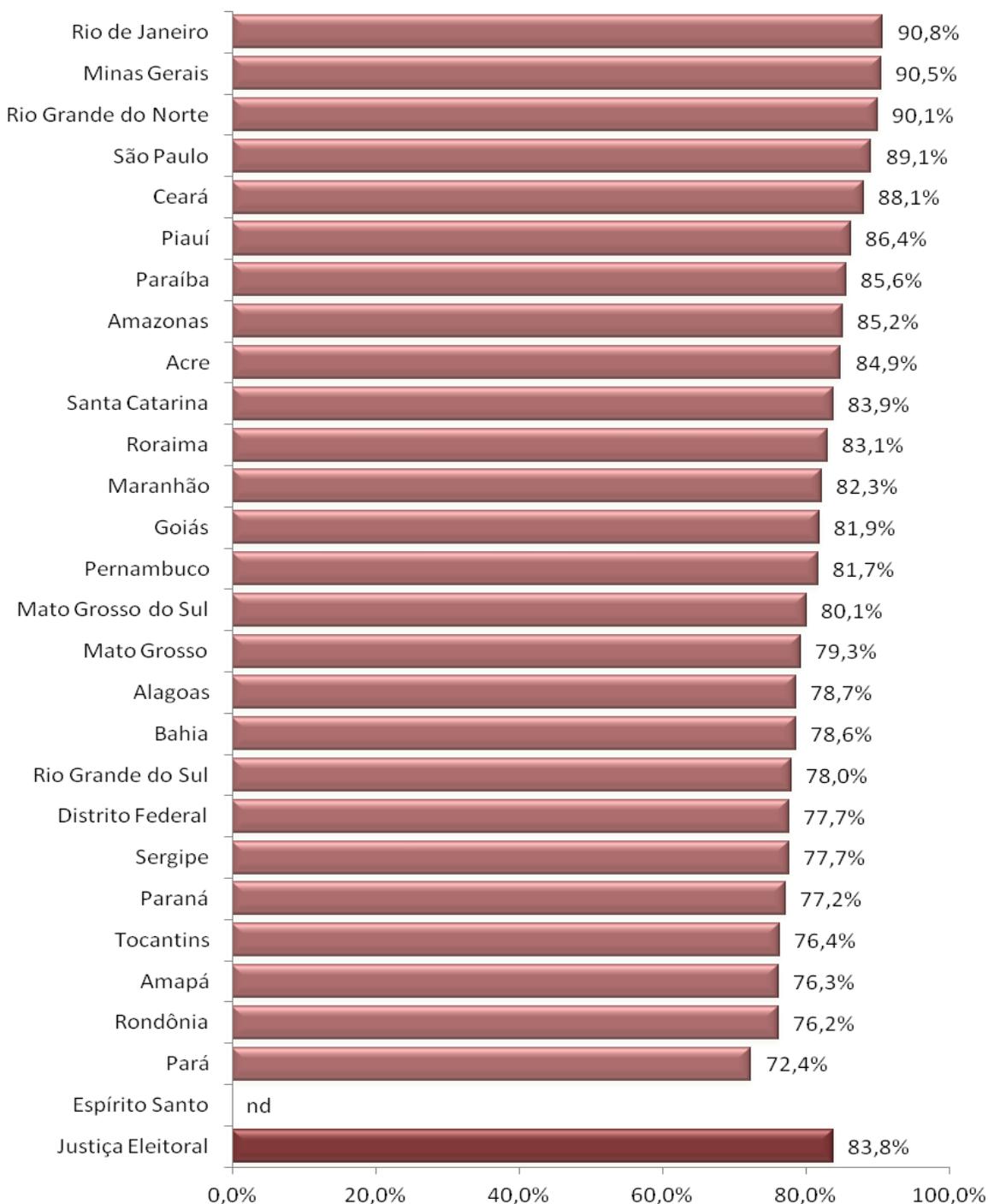
Tabela 1.6 G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	DPE - Despesa com Pessoal e Encargos	Dpj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral	G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral
Acre	30.938.308	36.429.228	84,9%
Alagoas	60.911.754	77.443.489	78,7%
Amazonas	65.286.150	76.604.548	85,2%
Amapá	25.048.050	32.832.302	76,3%
Bahia	164.373.980	209.037.273	78,6%
Ceará	128.230.374	145.545.746	88,1%
Distrito Federal	57.599.177	74.126.732	77,7%
Espírito Santo	nd	nd	nd
Goiás	95.309.828	116.346.154	81,9%
Maranhão	92.905.775	112.941.237	82,3%
Minas Gerais	325.781.760	359.787.576	90,5%
Mato Grosso do Sul	60.733.531	75.822.924	80,1%
Mato Grosso	64.239.877	80.995.763	79,3%
Pará	98.207.967	135.654.425	72,4%
Paraíba	81.436.414	95.103.359	85,6%
Pernambuco	147.434.322	180.390.550	81,7%
Piauí	87.817.370	101.677.286	86,4%
Paraná	160.745.439	208.261.089	77,2%
Rio de Janeiro	313.159.287	344.970.526	90,8%
Rio Grande do Norte	79.415.411	88.156.844	90,1%
Rondônia	43.812.067	57.466.992	76,2%
Roraima	28.578.921	34.386.215	83,1%
Rio Grande do Sul	160.680.205	205.934.690	78,0%
Santa Catarina	106.886.347	127.346.474	83,9%
Sergipe	51.708.968	66.563.925	77,7%
São Paulo	404.868.249	454.174.472	89,1%
Tocantins	43.163.884	56.503.550	76,4%
Justiça Eleitoral	2.979.273.414	3.554.503.367	83,8%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.6 G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

Finalidade: Medir quanto a despesa realizada com pessoal do Quadro Permanente e encargos representa em relação à despesa total do Tribunal Regional Eleitoral no ano-base.

Fórmula: $G5 = DPE / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DPE - Despesa com Pessoal e Encargos: As despesas efetivamente realizadas, inclusive as empenhadas inscritas em “restos a pagar”, com todos os servidores e magistrados do quadro permanente, ativos e inativos, com os instituidores de pensão e os servidores requisitados, além dos benefícios sociais (auxílio-funeral, auxílio-reclusão, auxílio-natalidade, auxílio-creche, auxílio pré-escolar, auxílio-invalidez, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, assistência médica e odontológica) e dos encargos, excluídas as despesas de exercícios anteriores, pagas à conta dos recursos consignados ao TRE no orçamento geral da União no ano-base.
- Dpj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional Eleitoral, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

1.1.6. G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

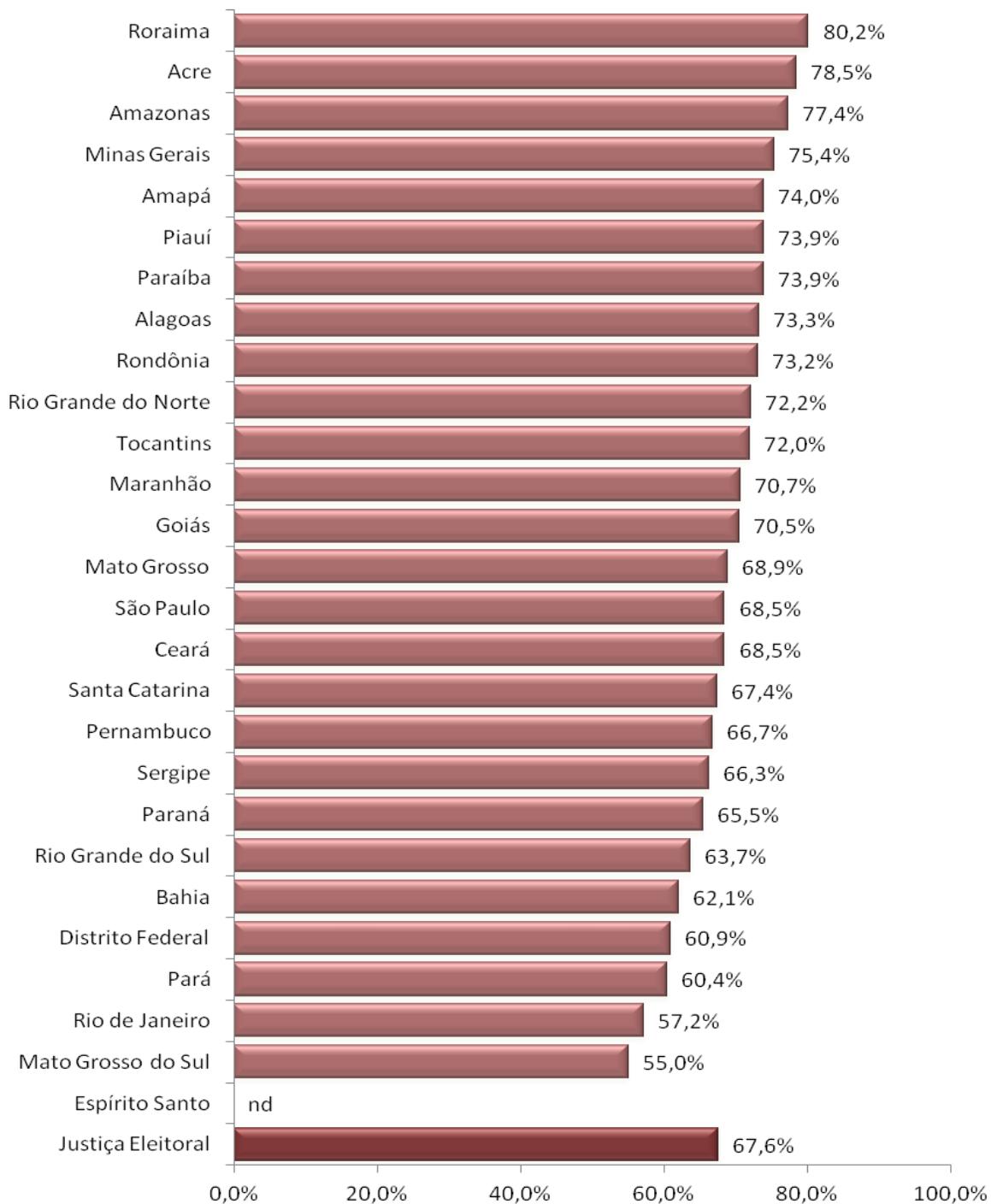
Tabela 1.7 G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	DPEA - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Ativo	Dpj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral	G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral
Acre	28.611.593	36.429.228	78,5%
Alagoas	56.740.654	77.443.489	73,3%
Amazonas	59.254.557	76.604.548	77,4%
Amapá	24.284.521	32.832.302	74,0%
Bahia	129.800.805	209.037.273	62,1%
Ceará	99.681.816	145.545.746	68,5%
Distrito Federal	45.179.114	74.126.732	60,9%
Espírito Santo	nd	nd	nd
Goiás	82.016.958	116.346.154	70,5%
Maranhão	79.801.930	112.941.237	70,7%
Minas Gerais	271.199.835	359.787.576	75,4%
Mato Grosso do Sul	41.726.587	75.822.924	55,0%
Mato Grosso	55.839.373	80.995.763	68,9%
Pará	81.906.513	135.654.425	60,4%
Paraíba	70.275.921	95.103.359	73,9%
Pernambuco	120.391.015	180.390.550	66,7%
Piauí	75.170.339	101.677.286	73,9%
Paraná	136.353.857	208.261.089	65,5%
Rio de Janeiro	197.358.396	344.970.526	57,2%
Rio Grande do Norte	63.659.569	88.156.844	72,2%
Rondônia	42.053.654	57.466.992	73,2%
Roraima	27.578.921	34.386.215	80,2%
Rio Grande do Sul	131.278.181	205.934.690	63,7%
Santa Catarina	85.839.884	127.346.474	67,4%
Sergipe	44.110.533	66.563.925	66,3%
São Paulo	311.113.757	454.174.472	68,5%
Tocantins	40.698.817	56.503.550	72,0%
Justiça Eleitoral	2.401.927.098	3.554.503.367	67,6%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.7 G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

Finalidade: Medir quanto a despesa realizada com pessoal ativo e encargos representa em relação à despesa total do Tribunal Regional Eleitoral no ano-base.

Fórmula: $G5a = DPEA / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DPEA - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Ativo: As despesas efetivamente realizadas, inclusive as empenhadas inscritas em “restos a pagar”, com servidores e magistrados ativos do quadro permanente, incluídos os servidores requisitados, além dos benefícios sociais (auxílio-funeral, auxílio-reclusão, auxílio-natalidade, auxílio-creche, auxílio pré-escolar, auxílio-invalidéz, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, assistência médica e odontológica) e dos encargos, excluídas as despesas de exercícios anteriores, pagas à conta dos recursos consignados ao TRE no orçamento geral da União no ano-base.
- Dpj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional Eleitoral, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

1.1.7. G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

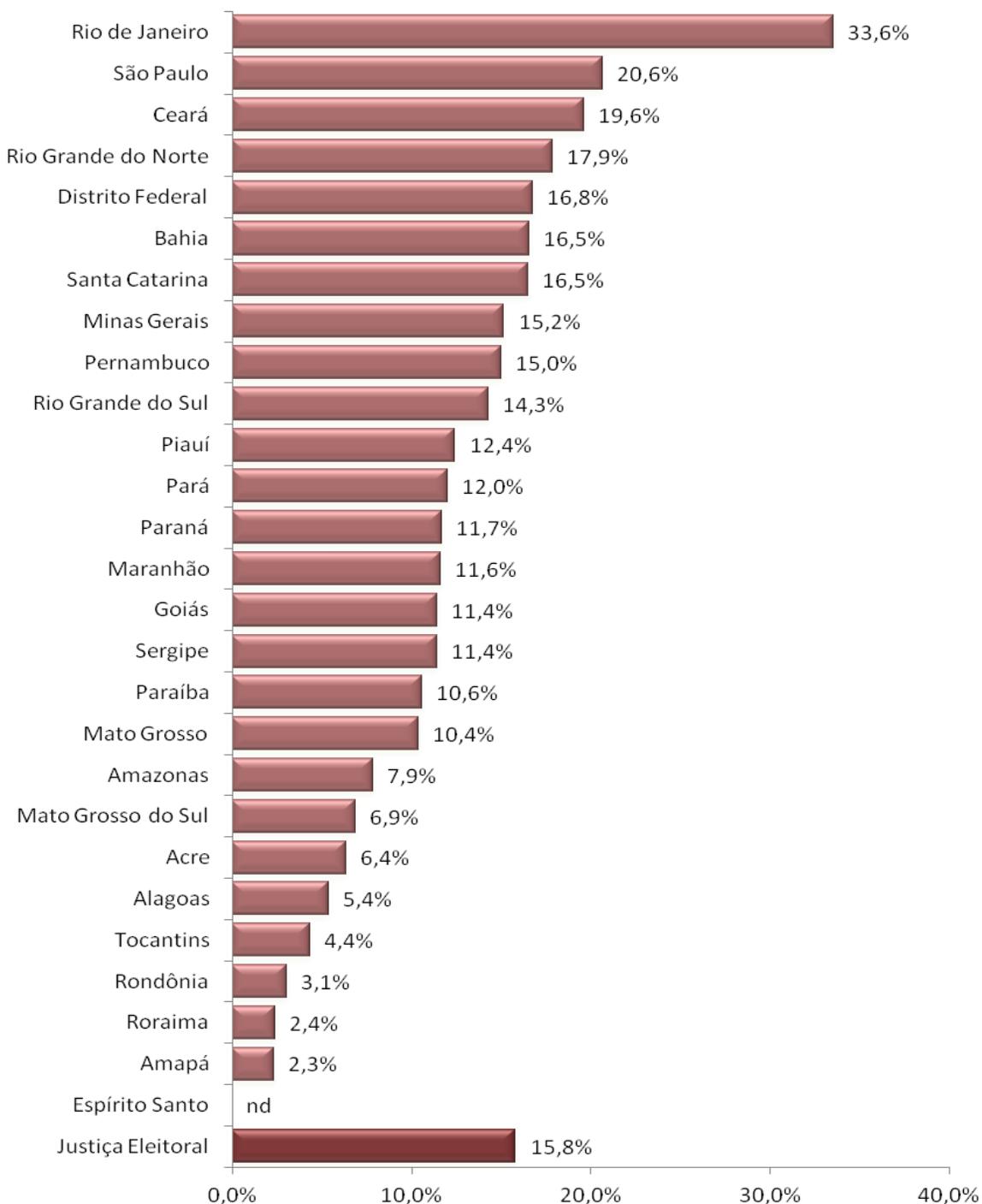
Tabela 1.8 G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	DPeI - Despesa com Pessoal do Quadro Inativo	Dpj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral	G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral
Acre	2.326.716	36.429.228	6,4%
Alagoas	4.171.100	77.443.489	5,4%
Amazonas	6.031.593	76.604.548	7,9%
Amapá	763.529	32.832.302	2,3%
Bahia	34.573.175	209.037.273	16,5%
Ceará	28.548.558	145.545.746	19,6%
Distrito Federal	12.420.064	74.126.732	16,8%
Espírito Santo	nd	nd	nd
Goiás	13.292.870	116.346.154	11,4%
Maranhão	13.103.845	112.941.237	11,6%
Minas Gerais	54.581.925	359.787.576	15,2%
Mato Grosso do Sul	5.212.374	75.822.924	6,9%
Mato Grosso	8.400.504	80.995.763	10,4%
Pará	16.301.454	135.654.425	12,0%
Paraíba	10.064.730	95.103.359	10,6%
Pernambuco	27.043.306	180.390.550	15,0%
Piauí	12.647.031	101.677.286	12,4%
Paraná	24.391.581	208.261.089	11,7%
Rio de Janeiro	115.800.891	344.970.526	33,6%
Rio Grande do Norte	15.755.841	88.156.844	17,9%
Rondônia	1.758.413	57.466.992	3,1%
Roraima	820.472	34.386.215	2,4%
Rio Grande do Sul	29.402.024	205.934.690	14,3%
Santa Catarina	21.046.464	127.346.474	16,5%
Sergipe	7.598.436	66.563.925	11,4%
São Paulo	93.754.492	454.174.472	20,6%
Tocantins	2.465.067	56.503.550	4,4%
Justiça Eleitoral	562.276.454	3.554.503.367	15,8%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.8 G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

Finalidade: Medir quanto a despesa realizada com pessoal inativo e instituidores de pensão representa em relação à despesa total do Tribunal Regional Eleitoral no ano-base.

Fórmula: $G5b = DPel / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DPel - Despesa com Pessoal do Quadro Inativo: As despesas efetivamente realizadas, inclusive as empenhadas inscritas em “restos a pagar”, com servidores e magistrados inativos, e com instituidores de pensão, além dos benefícios sociais (assistência médica e odontológica, plano de saúde, auxílio-saúde, auxílio-natalidade, auxílio-funeral e auxílio-creche). Excluem-se as despesas de exercícios anteriores, pagas à conta dos recursos consignados ao TRE no orçamento geral da União no ano-base.
- Dpj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional Eleitoral, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

1.1.8. G6 - Despesa com Custeio e Capital em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

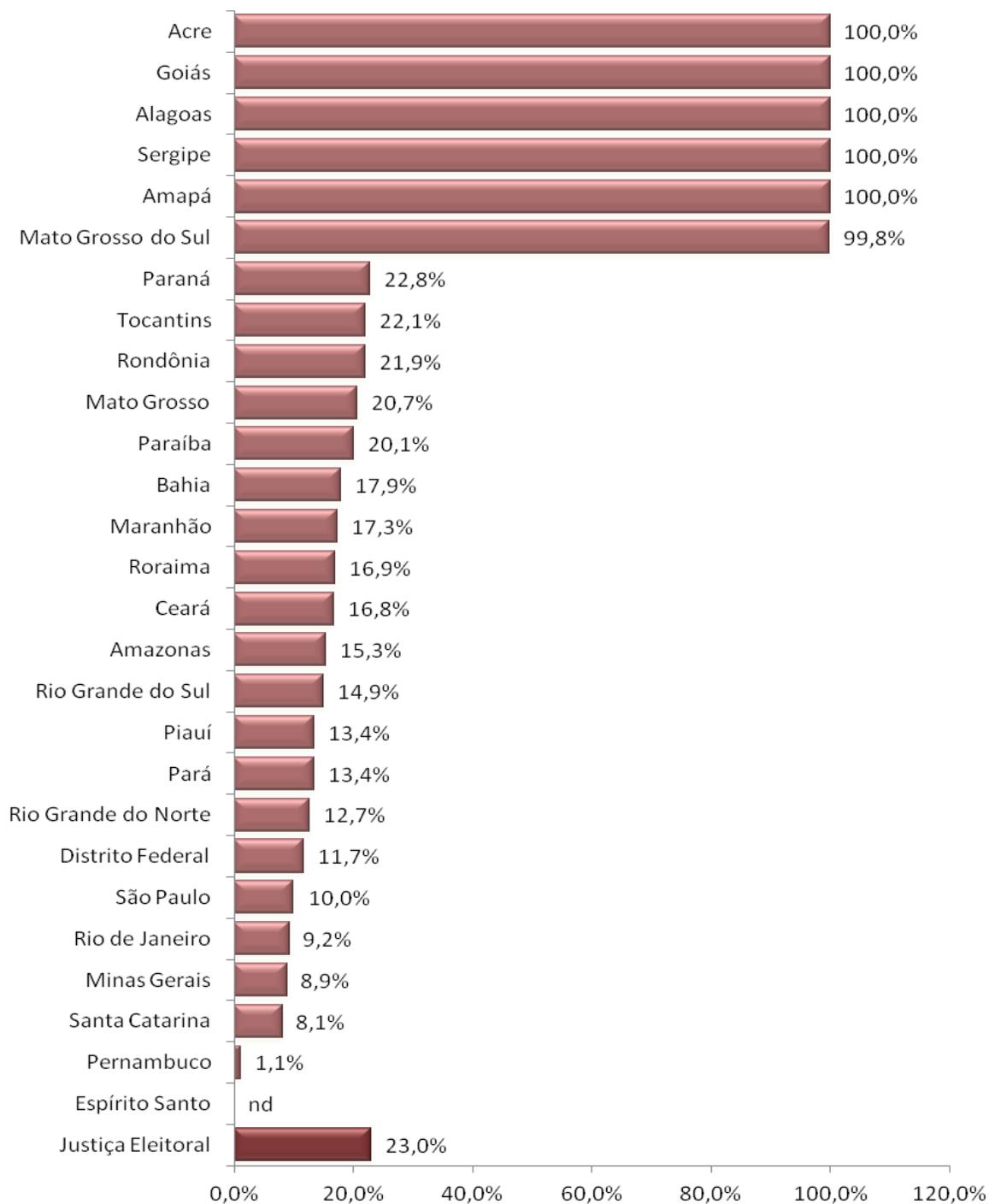
Tabela 1.9 G6 - Despesa com Custeio e Capital em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	Dpj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral	DCt - Despesa com Custeio	Dk - Despesa com Capital	G6 - Despesa com Custeio e Capital em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral
Acre	36.429.228	33.561.765	2.885.519	100,0%
Alagoas	77.443.489	76.130.067	1.313.422	100,0%
Amazonas	76.604.548	10.622.959	1.088.410	15,3%
Amapá	32.832.302	31.256.510	1.575.792	100,0%
Bahia	209.037.273	29.833.865	7.514.681	17,9%
Ceará	145.545.746	20.285.824	4.114.473	16,8%
Distrito Federal	74.126.732	3.882.935	4.775.044	11,7%
Espírito Santo	nd	nd	nd	nd
Goiás	116.346.154	115.012.235	1.335.919	100,0%
Maranhão	112.941.237	14.859.766	4.669.695	17,3%
Minas Gerais	359.787.576	27.871.346	3.979.532	8,9%
Mato Grosso do Sul	75.822.924	71.801.792	3.877.119	99,8%
Mato Grosso	80.995.763	13.599.874	3.156.012	20,7%
Pará	135.654.425	12.814.071	5.369.402	13,4%
Paraíba	95.103.359	17.356.894	1.735.256	20,1%
Pernambuco	180.390.550	378.865	1.641.344	1,1%
Piauí	101.677.286	10.904.224	2.735.402	13,4%
Paraná	208.261.089	30.169.321	17.346.329	22,8%
Rio de Janeiro	344.970.526	27.453.220	4.358.019	9,2%
Rio Grande do Norte	88.156.844	8.785.054	2.378.207	12,7%
Rondônia	57.466.992	6.947.271	5.639.673	21,9%
Roraima	34.386.215	3.495.097	2.312.198	16,9%
Rio Grande do Sul	205.934.690	3.043.027	27.643.062	14,9%
Santa Catarina	127.346.474	8.453.857	1.832.966	8,1%
Sergipe	66.563.925	64.682.391	1.881.534	100,0%
São Paulo	454.174.472	43.635.240	1.735.265	10,0%
Tocantins	56.503.550	9.902.799	2.558.756	22,1%
Justiça Eleitoral	3.554.503.367	696.740.268	119.453.033	23,0%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.9 G6 - Despesa com Custeio e Capital em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

G6 - Despesa com Custeio e Capital em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

Finalidade: Medir quanto a despesa realizada com custeio e capital, incluindo as relativas a pessoal e encargos dos servidores que não integram o quadro permanente, representa em relação à despesa total do Tribunal Regional Eleitoral no ano-base.

Fórmula: $G6 = DCCa / Dpj$ $DCCa = DCt + Dk$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Dpj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional Eleitoral, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.
- DCt - Despesa com Custeio: As despesas com custeio, abrangendo as despesas com remuneração, benefícios e encargos referentes a estagiários, terceirizados (prestadores de serviços não-eventuais, locação de mão de obra e autônomos, que não substituem mão de obra do Quadro de Pessoal) e a contratos de prestação de serviço que envolvam mão de obra eventual (obras, reformas, etc.), pagas à conta dos recursos consignados ao TRE no orçamento geral da União no ano-base, incluídas as empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.
- Dk - Despesa com Capital: As despesas com capital pagas à conta dos recursos consignados ao TRE no orçamento geral da União no ano-base, incluídas as empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

1.1.9. G7 - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral por habitante(R\$)

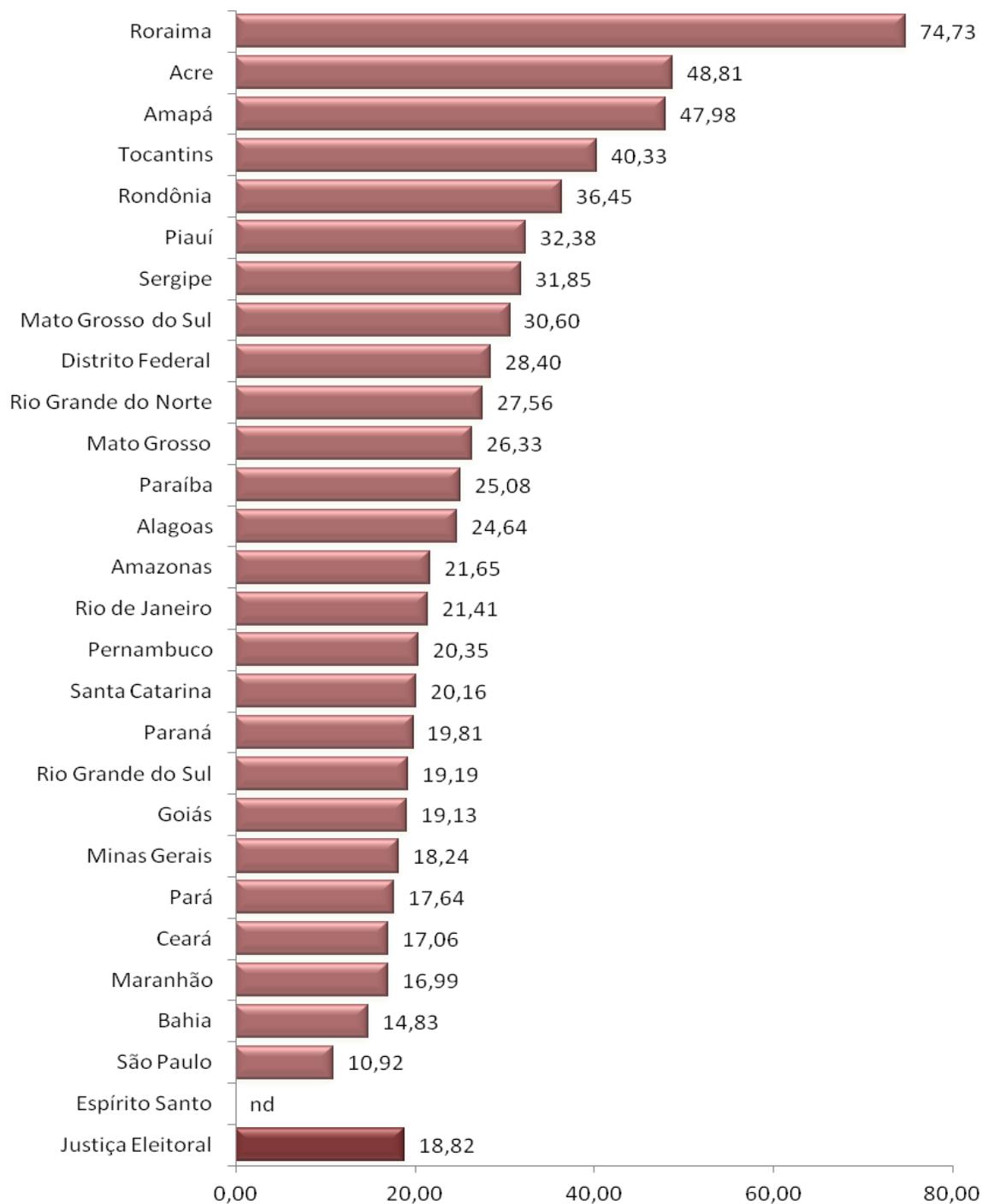
Tabela 1.10 G7 - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral por habitante(R\$)

Tribunal Regional Eleitoral	Dpj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral	h1 - Número de Habitantes	G7 - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral por habitante(R\$)
Acre	36.429.228	746.386	48,81
Alagoas	77.443.489	3.143.384	24,64
Amazonas	76.604.548	3.538.387	21,65
Amapá	32.832.302	684.309	47,98
Bahia	209.037.273	14.097.534	14,83
Ceará	145.545.746	8.530.155	17,06
Distrito Federal	74.126.732	2.609.998	28,40
Espírito Santo	nd	3.547.055	nd
Goiás	116.346.154	6.080.716	19,13
Maranhão	112.941.237	6.645.761	16,99
Minas Gerais	359.787.576	19.728.701	18,24
Mato Grosso do Sul	75.822.924	2.477.542	30,60
Mato Grosso	80.995.763	3.075.936	26,33
Pará	135.654.425	7.688.593	17,64
P Paraíba	95.103.359	3.791.315	25,08
Pernambuco	180.390.550	8.864.906	20,35
Piauí	101.677.286	3.140.328	32,38
Paraná	208.261.089	10.512.349	19,81
Rio de Janeiro	344.970.526	16.112.678	21,41
Rio Grande do Norte	88.156.844	3.198.657	27,56
Rondônia	57.466.992	1.576.455	36,45
Roraima	34.386.215	460.165	74,73
Rio Grande do Sul	205.934.690	10.733.030	19,19
Santa Catarina	127.346.474	6.317.054	20,16
Sergipe	66.563.925	2.089.819	31,85
São Paulo	454.174.472	41.587.182	10,92
Tocantins	56.503.550	1.400.892	40,33
Justiça Eleitoral	3.554.503.367	192.379.287	18,82

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.10 G7 - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral por habitante(R\$)



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

G7 - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral por habitante(R\$)

Finalidade: Medir quanto a despesa total do Tribunal Regional Eleitoral representa em relação à população do estado no ano-base.

Fórmula: $G7 = Dpj / h1$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Dpj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional Eleitoral, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.
- h1 - Número de Habitantes: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

1.1.10. G8 - Despesas com Pleitos Eleitorais em relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

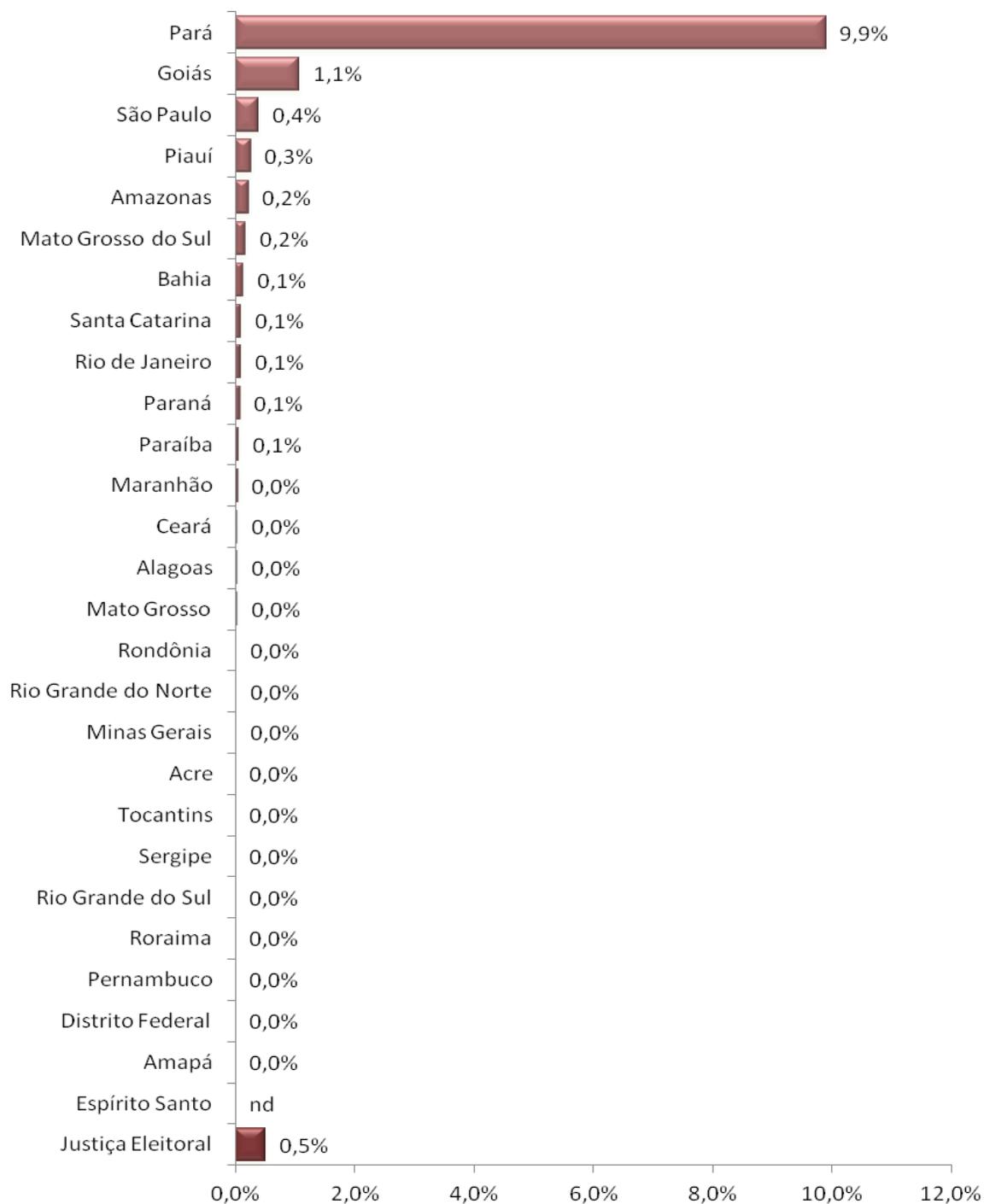
Tabela 1.11 G8 - Despesas com Pleitos Eleitorais em relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	DPlai - Despesas com Pleitos Eleitorais	Dpj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral	G8 - Despesas com Pleitos Eleitorais em relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral
Acre	954	36.429.228	0,0%
Alagoas	21.854	77.443.489	0,0%
Amazonas	168.011	76.604.548	0,2%
Amapá	0	32.832.302	0,0%
Bahia	285.846	209.037.273	0,1%
Ceará	49.110	145.545.746	0,0%
Distrito Federal	0	74.126.732	0,0%
Espírito Santo	nd	nd	nd
Goiás	1.244.345	116.346.154	1,1%
Maranhão	50.968	112.941.237	0,0%
Minas Gerais	31.691	359.787.576	0,0%
Mato Grosso do Sul	131.812	75.822.924	0,2%
Mato Grosso	22.308	80.995.763	0,0%
Pará	13.431.901	135.654.425	9,9%
Paraíba	54.636	95.103.359	0,1%
Pernambuco	0	180.390.550	0,0%
Piauí	265.194	101.677.286	0,3%
Paraná	175.966	208.261.089	0,1%
Rio de Janeiro	308.524	344.970.526	0,1%
Rio Grande do Norte	12.191	88.156.844	0,0%
Rondônia	11.249	57.466.992	0,0%
Roraima	0	34.386.215	0,0%
Rio Grande do Sul	0	205.934.690	0,0%
Santa Catarina	124.126	127.346.474	0,1%
Sergipe	0	66.563.925	0,0%
São Paulo	1.746.717	454.174.472	0,4%
Tocantins	0	56.503.550	0,0%
Justiça Eleitoral	18.137.404	3.554.503.367	0,5%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.11 G8 - Despesas com Pleitos Eleitorais em relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

G8 - Despesas com Pleitos Eleitorais em relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

Finalidade: Indicar quanto o montante das despesas com pleito eleitoral no final do ano-base representa em relação à despesa total do Tribunal Regional Eleitoral.

Fórmula: $G8 = D_{Plei} / D_{pj}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- D_{Plei} - Despesas com Pleitos Eleitorais: As despesas efetuadas com a realização de pleitos eleitorais, inclusive as despesas empenhadas e inscritas em “restos a pagar”.
- D_{pj} - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional Eleitoral, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

1.1.11. G9 - Despesas com Pleitos Eleitorais por Eleitor(R\$)

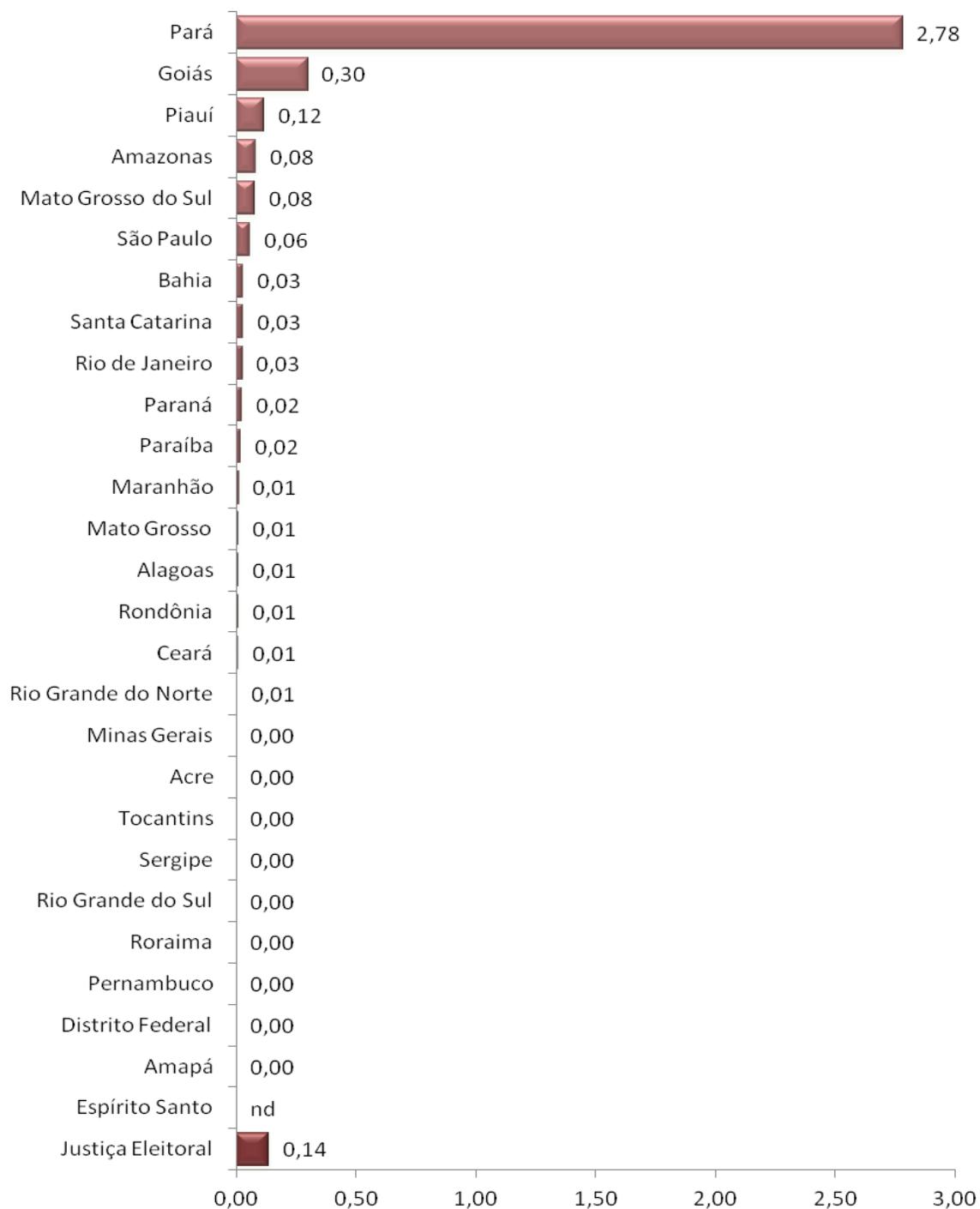
Tabela 1.12 G9 - Despesas com Pleitos Eleitorais por Eleitor(R\$)

Tribunal Regional Eleitoral	D Plei - Despesas com Pleitos Eleitorais	EL - Número de Eleitores	G9 - Despesas com Pleitos Eleitorais por Eleitor(R\$)
Acre	954	476.459	0,00
Alagoas	21.854	2.062.896	0,01
Amazonas	168.011	2.070.107	0,08
Amapá	0	424.064	0,00
Bahia	285.846	9.637.971	0,03
Ceará	49.110	5.958.214	0,01
Distrito Federal	0	1.842.360	0,00
Espírito Santo	nd	2.546.144	nd
Goiás	1.244.345	4.152.069	0,30
Maranhão	50.968	4.341.732	0,01
Minas Gerais	31.691	14.543.741	0,00
Mato Grosso do Sul	131.812	1.709.186	0,08
Mato Grosso	22.308	2.076.114	0,01
Pará	13.431.901	4.825.567	2,78
Paraíba	54.636	2.764.743	0,02
Pernambuco	0	6.310.600	0,00
Piauí	265.194	2.266.425	0,12
Paraná	175.966	7.657.852	0,02
Rio de Janeiro	308.524	11.599.087	0,03
Rio Grande do Norte	12.191	2.244.422	0,01
Rondônia	11.249	1.092.712	0,01
Roraima	0	272.698	0,00
Rio Grande do Sul	0	8.119.349	0,00
Santa Catarina	124.126	4.573.435	0,03
Sergipe	0	1.404.351	0,00
São Paulo	1.746.717	30.650.543	0,06
Tocantins	0	952.245	0,00
Justiça Eleitoral	18.137.404	136.575.086	0,14

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.12 G9 - Despesas com Pleitos Eleitorais por Eleitor(R\$)



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

G9 - Despesas com Pleitos Eleitorais por Eleitor(R\$)

Finalidade: Indicar o montante das despesas com pleito eleitoral no final do ano-base representa em relação ao número de eleitores no ano base.

Fórmula: $G9 = D_{Plei} / EL$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- D_{Plei} - Despesas com Pleitos Eleitorais: As despesas efetuadas com a realização de pleitos eleitorais, inclusive as despesas empenhadas e inscritas em “restos a pagar”.
- EL - Número de Eleitores :Número de eleitores inscritos na área de atuação do TRE no período-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

1.1.12. G10 - Despesas com Serviço Extraordinário de Servidores em Relação à Despesa Total do Pleito Eleitoral

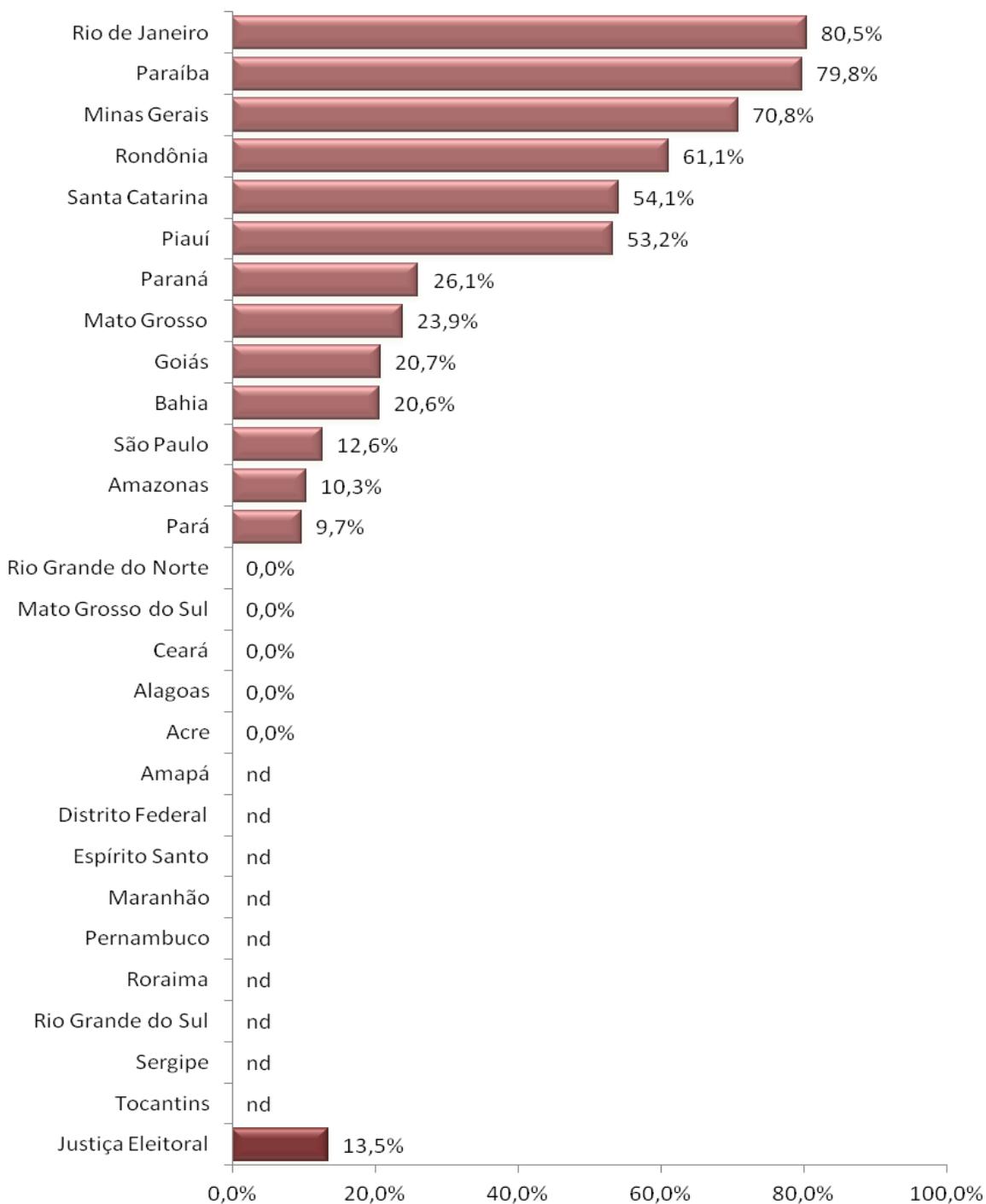
Tabela 1.13 G10 - Despesas com Serviço Extraordinário de Servidores em Relação à Despesa Total do Pleito Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	DHEs - Despesas Extraordinárias com servidores para a Realização de Pleitos Eleitorais	DPReqExt - Despesas com Pessoal Requisitado Extraordinariamente	DPLei - Despesas com Pleitos Eleitorais	G10 - Despesas com Serviço Extraordinário de Servidores em Relação à Despesa Total do Pleito Eleitoral
Acre	0	0	954	0,0%
Alagoas	0	0	21.854	0,0%
Amazonas	17.279	0	168.011	10,3%
Amapá	0	0	0	nd
Bahia	58.829	0	285.846	20,6%
Ceará	0	0	49.110	0,0%
Distrito Federal	0	0	0	nd
Espírito Santo	nd	nd	nd	nd
Goiás	257.942	0	1.244.345	20,7%
Maranhão	nd	nd	50.968	nd
Minas Gerais	22.441	0	31.691	70,8%
Mato Grosso do Sul	0	0	131.812	0,0%
Mato Grosso	5.321	0	22.308	23,9%
Pará	1.299.846	0	13.431.901	9,7%
Paraíba	2.521	41.105	54.636	79,8%
Pernambuco	0	0	0	nd
Piauí	122.650	18.510	265.194	53,2%
Paraná	45.842	0	175.966	26,1%
Rio de Janeiro	235.095	13.276	308.524	80,5%
Rio Grande do Norte	0	0	12.191	0,0%
Rondônia	6.873	0	11.249	61,1%
Roraima	0	0	0	nd
Rio Grande do Sul	0	0	0	nd
Santa Catarina	67.096	0	124.126	54,1%
Sergipe	0	0	0	nd
São Paulo	220.824	0	1.746.717	12,6%
Tocantins	0	0	0	nd
Justiça Eleitoral	2.362.558	72.891	18.137.404	13,5%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.13 G10 - Despesas com Serviço Extraordinário de Servidores em Relação à Despesa Total do Pleito Eleitoral



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

G10 - Despesas com Serviço Extraordinário de Servidores em Relação à Despesa Total do Pleito Eleitoral

Finalidade: Indicar o quanto o montante das despesas com serviço extraordinário de Servidores no final do ano-base representa em relação à despesa com pleito eleitoral.

Fórmula: $G10 = (DHEs + DPReqExt) / DPlei$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DHEs - Despesas Extraordinárias com servidores para a Realização de Pleitos Eleitorais: Despesas com horas-extras de pessoal efetivo, requisitado, comissionados e sem vínculo decorrentes da realização de pleitos eleitorais, inclusive as despesas empenhadas e inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se as despesas com servidores requisitados extraordinariamente.
- DPReqExt - Despesas com Pessoal Requisitado Extraordinariamente : Despesa com pessoal requisitado de forma extraordinária, tendo em vista exclusivamente a realização do pleito eleitoral.
- DPlei - Despesas com Pleitos Eleitorais: As despesas efetuadas com a realização de pleitos eleitorais, inclusive as despesas empenhadas e inscritas em “restos a pagar”.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

1.1.13. G11 - Despesas com Serviço Extraordinário de Terceirizados em Relação à Despesa Total do Pleito Eleitoral

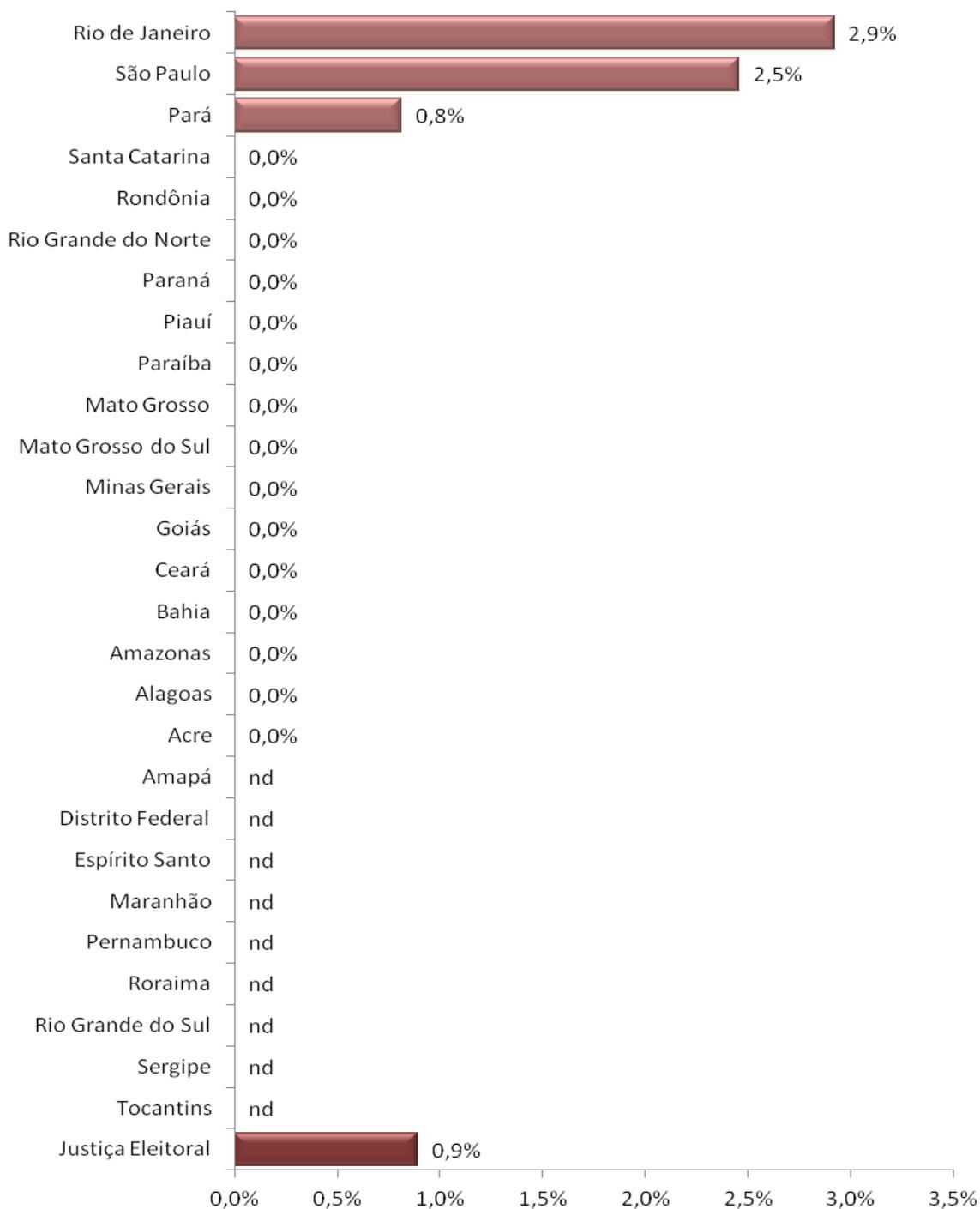
Tabela 1.14 G11 - Despesas com Serviço Extraordinário de Terceirizados em Relação à Despesa Total do Pleito Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	DHEt - Despesas Extraordinárias com Terceirizados para a Realização de Pleitos Eleitorais	DPlei - Despesas com Pleitos Eleitorais	G11 - Despesas com Serviço Extraordinário de Terceirizados em Relação à Despesa Total do Pleito Eleitoral
Acre	0	954	0,0%
Alagoas	0	21.854	0,0%
Amazonas	0	168.011	0,0%
Amapá	0	0	nd
Bahia	0	285.846	0,0%
Ceará	0	49.110	0,0%
Distrito Federal	0	0	nd
Espírito Santo	nd	nd	nd
Goiás	0	1.244.345	0,0%
Maranhão	nd	50.968	nd
Minas Gerais	0	31.691	0,0%
Mato Grosso do Sul	0	131.812	0,0%
Mato Grosso	0	22.308	0,0%
Pará	109.129	13.431.901	0,8%
Paraíba	0	54.636	0,0%
Pernambuco	0	0	nd
Piauí	0	265.194	0,0%
Paraná	0	175.966	0,0%
Rio de Janeiro	9.015	308.524	2,9%
Rio Grande do Norte	0	12.191	0,0%
Rondônia	0	11.249	0,0%
Roraima	0	0	nd
Rio Grande do Sul	0	0	nd
Santa Catarina	0	124.126	0,0%
Sergipe	0	0	nd
São Paulo	42.937	1.746.717	2,5%
Tocantins	0	0	nd
Justiça Eleitoral	161.080	18.137.404	0,9%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.14 G11 - Despesas com Serviço Extraordinário de Terceirizados em Relação à Despesa Total do Pleito Eleitoral



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

G11 - Despesas com Serviço Extraordinário de Terceirizados em Relação à Despesa Total do Pleito Eleitoral

Finalidade: Indicar o quanto o montante das despesas com serviço extraordinário de terceirizados no final do ano-base representa em relação à despesa com pleito eleitoral.

Fórmula: $G11 = (DHEt) / DPlei$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DHEt - Despesas Extraordinárias com Terceirizados para a Realização de Pleitos Eleitorais: Despesas com horas-extras de terceirizados decorrentes da realização de pleitos eleitorais, inclusive as despesas empenhadas e inscritas em “restos a pagar”.
- DPlei - Despesas com Pleitos Eleitorais: As despesas efetuadas com a realização de pleitos eleitorais, inclusive as despesas empenhadas e inscritas em “restos a pagar”.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

1.1.14. Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

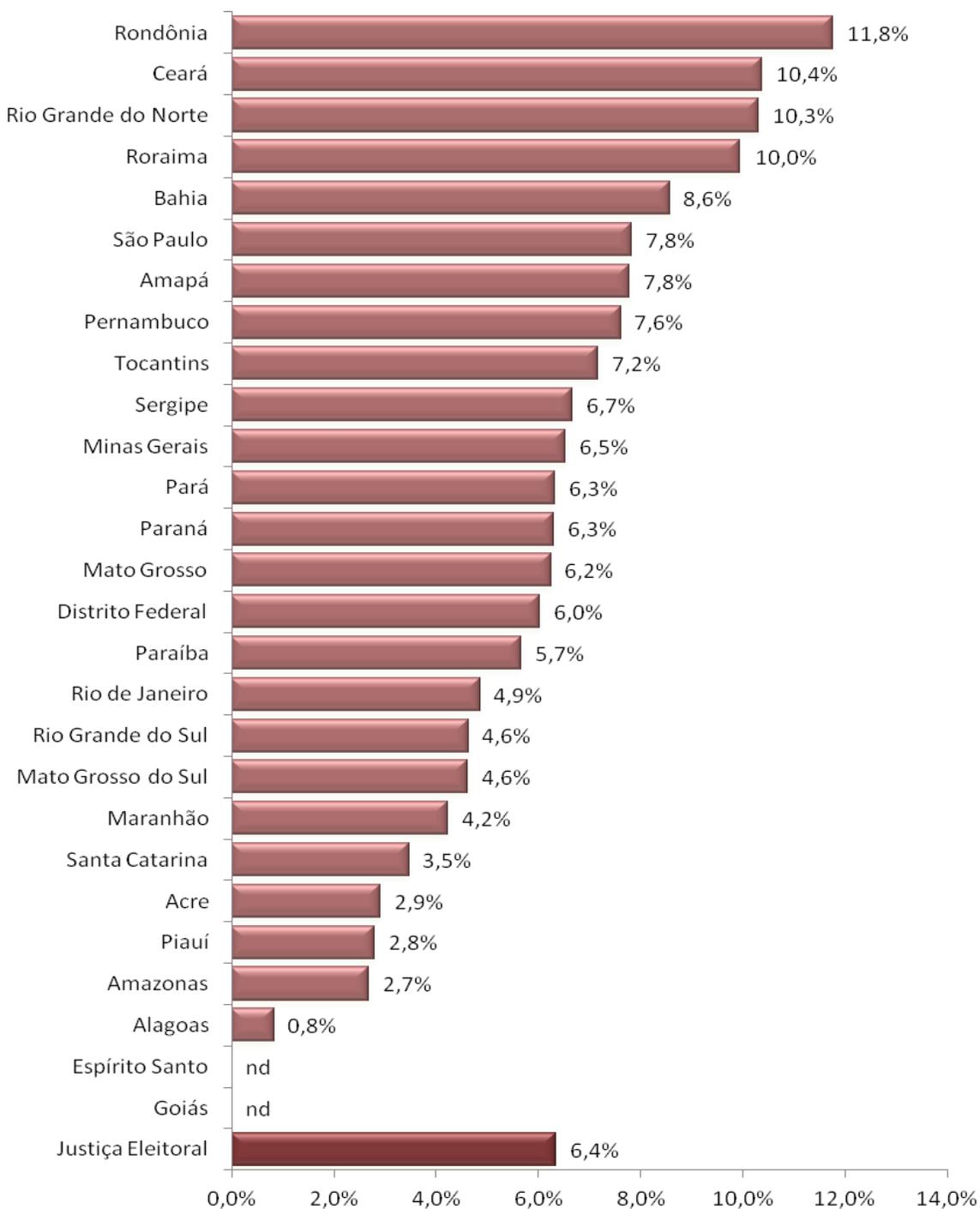
Tabela 1.15 Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	DInf1 - Despesa com Aquisições em Tecnologia de Informação no Tribunal Regional Eleitoral	DInf2 - Despesa com Custeio da Tecnologia de Informação no Tribunal Regional Eleitoral	DInf3 - Despesa com Contratos da Tecnologia de Informação no Tribunal Regional Eleitoral	Dpj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral	Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral
Acre	178.695	64.662	817.450	36.429.228	2,9%
Alagoas	451.583	183.546	5.183	77.443.489	0,8%
Amazonas	630.513	1.465	1.418.405	76.604.548	2,7%
Amapá	73.969	1.933.342	550.021	32.832.302	7,8%
Bahia	494.091	5.898.587	11.517.092	209.037.273	8,6%
Ceará	1.222.974	10.595.121	3.296.244	145.545.746	10,4%
Distrito Federal	84.180	3.142.963	1.240.151	74.126.732	6,0%
Espírito Santo	nd	nd	nd	nd	nd
Goiás	162.248	nd	3.821.809	116.346.154	nd
Maranhão	1.070.925	438.704	3.273.989	112.941.237	4,2%
Minas Gerais	1.164.603	12.117.691	10.180.674	359.787.576	6,5%
Mato Grosso do Sul	260.905	1.627.143	1.607.306	75.822.924	4,6%
Mato Grosso	637.394	2.651.000	1.769.266	80.995.763	6,2%
Pará	1.373.670	4.845.166	2.373.326	135.654.425	6,3%
Paraíba	424.517	2.534.164	2.434.292	95.103.359	5,7%
Pernambuco	292.395	9.085.762	4.356.134	180.390.550	7,6%
Piauí	333.424	2.398.887	113.832	101.677.286	2,8%
Paraná	2.149.362	5.734.235	5.230.850	208.261.089	6,3%
Rio de Janeiro	736.834	10.184.607	5.829.499	344.970.526	4,9%
Rio Grande do Norte	1.675.908	4.902.543	2.509.912	88.156.844	10,3%
Rondônia	1.297.845	3.970.023	1.491.533	57.466.992	11,8%
Roraima	134.755	2.697.610	590.552	34.386.215	10,0%
Rio Grande do Sul	1.355.141	8.177.688	0	205.934.690	4,6%
Santa Catarina	764.569	144.970	3.505.727	127.346.474	3,5%
Sergipe	106.527	3.109.112	1.216.023	66.563.925	6,7%
São Paulo	466.918	22.064.017	13.060.486	454.174.472	7,8%
Tocantins	740.249	2.881.851	431.780	56.503.550	7,2%
Justiça Eleitoral	18.284.195	121.384.858	82.641.535	3.554.503.367	6,4%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.15 Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

Finalidade: Indicar o quanto a despesa com a área de tecnologia da informação representa em relação à despesa total do Tribunal Regional Eleitoral no ano-base.

Fórmula: $Inf1 = (DInf1 + DInf2 + DInf3) / Dj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DInf1 - Despesa com Aquisições em Tecnologia de Informação no Tribunal Regional Eleitoral: As despesas efetivamente realizadas, no ano-base, pelo Tribunal Regional Eleitoral e suas respectivas unidades judiciárias, com aquisição de software (pronto) e hardware de informática na área de Tecnologia da Informação, inclusive as despesas empenhadas e inscritas em “restos a pagar”.
- DInf2 - Despesa com Custeio da Tecnologia de Informação no Tribunal Regional Eleitoral: As despesas efetivamente realizadas pelo Tribunal Regional Eleitoral e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base, com o custo de funcionamento e de manutenção da área de Tecnologia de Informação, abrangendo as despesas com compras de suprimentos, despesas de pessoal com servidores do quadro efetivo e não efetivo, terceirizados, estagiários, diárias, deslocamentos, cursos de capacitação e treinamento, inclusive as despesas empenhadas e inscritas em “restos a pagar”.
- DInf3 - Despesa com Contratos da Tecnologia de Informação no Tribunal Regional Eleitoral: As despesas efetivamente realizadas pelo Tribunal Regional Eleitoral e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base, com contratos de prestação de serviços para o desenvolvimento e a manutenção de sistemas de Tecnologia de Informação, inclusive as despesas empenhadas e inscritas em “restos a pagar”.
- Dj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional Eleitoral, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

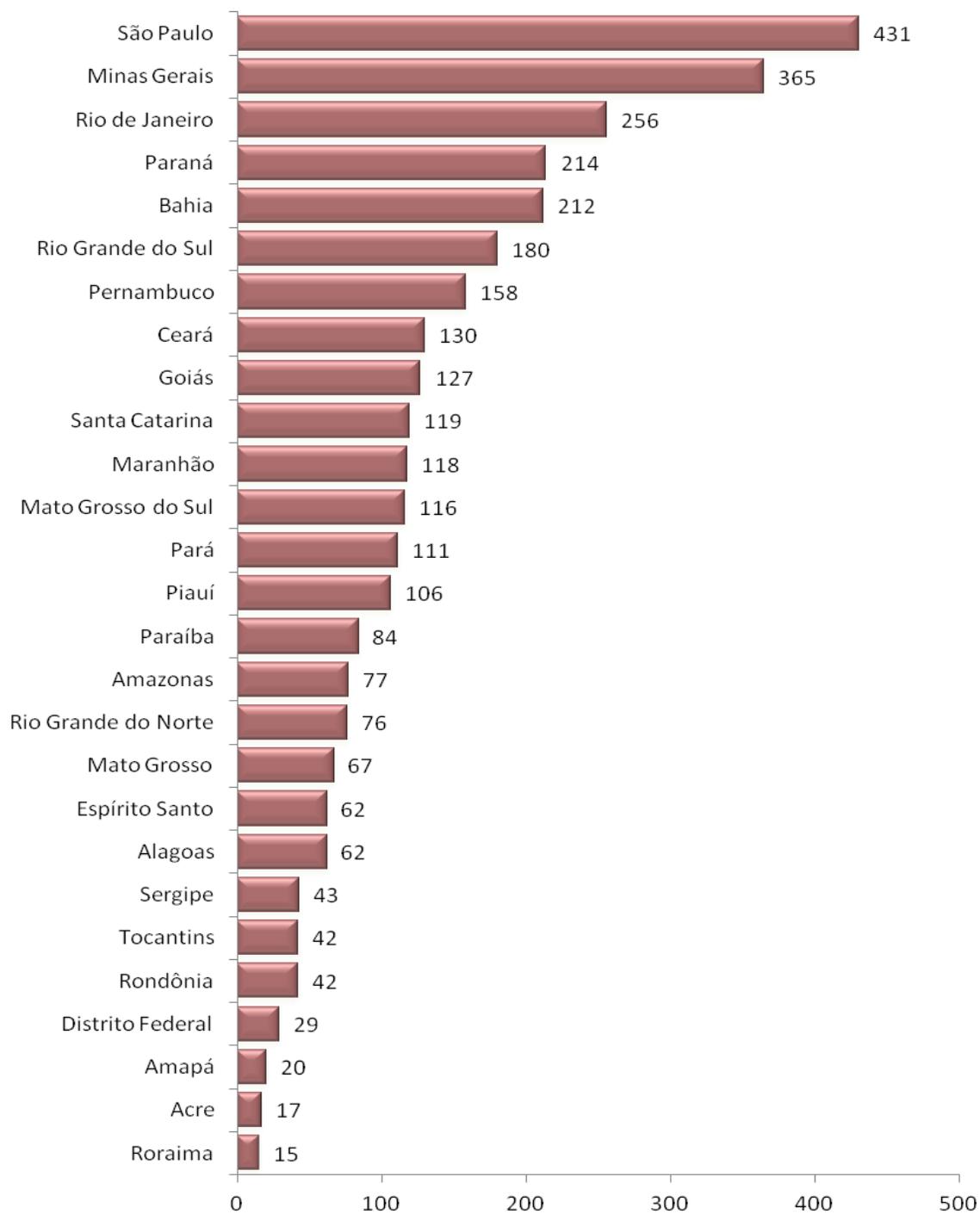
1.1.15. Mag - Total de Magistrados do Tribunal Regional Eleitoral

Tabela 1.16 Mag - Total de Magistrados do Tribunal Regional Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	Mag2º - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 2º Grau	Mag1º - Número de Cargos de Magistrado no 1º Grau	Mag - Total de Magistrados do Tribunal Regional Eleitoral
Acre	7	10	17
Alagoas	7	55	62
Amazonas	7	70	77
Amapá	7	13	20
Bahia	7	205	212
Ceará	7	123	130
Distrito Federal	7	22	29
Espírito Santo	7	55	62
Goiás	7	120	127
Maranhão	7	111	118
Minas Gerais	14	351	365
Mato Grosso do Sul	8	108	116
Mato Grosso	7	60	67
Pará	7	104	111
Paraíba	7	77	84
Pernambuco	7	151	158
Piauí	8	98	106
Paraná	8	206	214
Rio de Janeiro	7	249	256
Rio Grande do Norte	7	69	76
Rondônia	7	35	42
Roraima	7	8	15
Rio Grande do Sul	7	173	180
Santa Catarina	14	105	119
Sergipe	7	36	43
São Paulo	7	424	431
Tocantins	7	35	42
Justiça Eleitoral	206	3.073	3.279

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 1.16 Mag - Total de Magistrados do Tribunal Regional Eleitoral



Glossário:

Mag - Total de Magistrados do Tribunal Regional Eleitoral

Fórmula: $Mag = Mag2^{\circ} + Mag1^{\circ}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **Mag2º** - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 2º Grau: Número de cargos de Magistrado existentes no 2º Grau da Justiça Eleitoral no final do ano-base, providos ou não.
- **Mag1º** - Número de Cargos de Magistrado no 1º Grau: Número de cargos de Magistrado no 1º Grau da Justiça Eleitoral no final do ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

1.1.16. TS - Total de Servidores: Força de Trabalho do Tribunal Regional Eleitoral

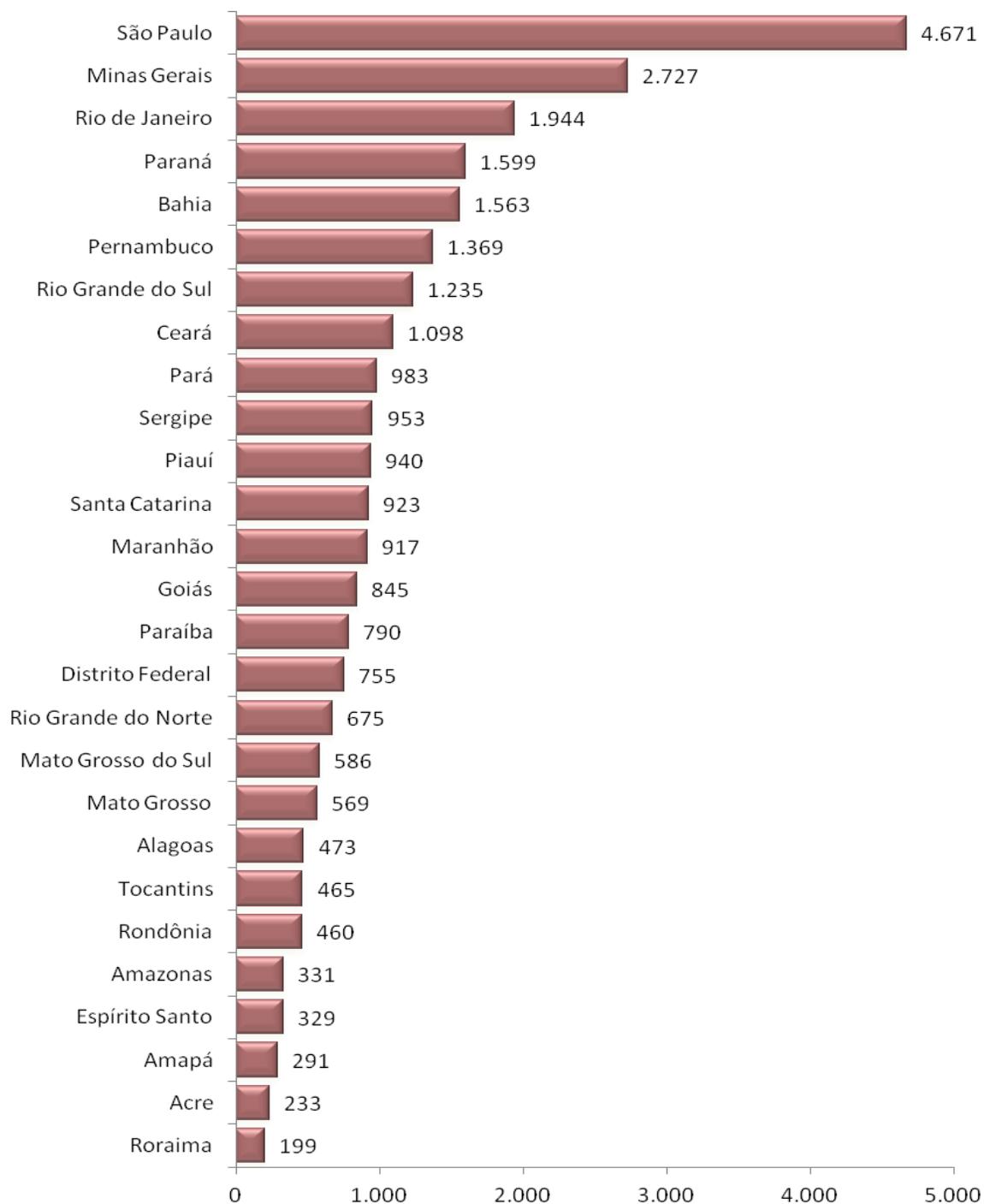
Tabela 1.17 TS - Total de Servidores: Força de Trabalho do Tribunal Regional Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	TPEfet - Total de Pessoal do Quadro Efetivo no Tribunal Regional Eleitoral	TPCed - Total de Pessoal Cedido no Tribunal Regional Eleitoral	TPReq - Total de Pessoal Requisitado no Tribunal Regional Eleitoral	TPReqExt - Total de Pessoal Requisitado Extraordinariamente para Realização de Pleitos Eleitorais no Tribunal Regional Eleitoral	TFAux - Total da Força de Trabalho Auxiliar no Tribunal Regional Eleitoral	TPSV - Total de Pessoal sem Vínculo no Tribunal Regional Eleitoral	TS - Total de Servidores: Força de Trabalho do Tribunal Regional Eleitoral
Acre	118	1	66	0	47	3	233
Alagoas	288	12	134	0	53	10	473
Amazonas	306	11	18	0	10	8	331
Amapá	119	10	28	0	148	6	291
Bahia	882	58	476	2	259	2	1.563
Ceará	547	11	425	0	126	11	1.098
Distrito Federal	209	16	296	0	264	2	755
Espírito Santo	318	0	5	0	nd	6	329
Goiás	516	8	198	0	137	2	845
Maranhão	434	10	240	nd	241	12	917
Minas Gerais	1.645	60	738	0	400	4	2.727
Mato Grosso do Sul	274	2	125	0	185	4	586
Mato Grosso	299	5	107	0	166	2	569
Pará	454	5	276	0	256	2	983
Paraíba	388	8	250	0	158	2	790
Pernambuco	659	16	473	0	239	14	1.369
Piauí	405	4	316	0	221	2	940
Paraná	835	1	58	0	705	2	1.599
Rio de Janeiro	1.215	43	200	0	560	12	1.944
Rio Grande do Norte	349	46	225	0	139	8	675
Rondônia	193	1	86	0	182	0	460
Roraima	106	2	31	0	61	3	199
Rio Grande do Sul	791	13	308	0	148	1	1.235
Santa Catarina	492	0	142	0	289	0	923
Sergipe	220	5	118	0	616	4	953
São Paulo	1.914	8	2.310	0	455	0	4.671
Tocantins	205	4	124	0	137	3	465
Justiça Eleitoral	14.181	360	7.773	2	6.202	125	27.923

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.17 TS - Total de Servidores: Força de Trabalho do Tribunal Regional Eleitoral



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

TS - Total de Servidores: Força de Trabalho do Tribunal Regional Eleitoral

Finalidade: Indicar o número de servidores em atividade no Tribunal Regional Eleitoral e em seus cartórios eleitorais no ano-base.

Fórmula: $TS = TPEfet - TPCed + TPReq + TPReqExt + TPAux + TPSV$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TPEfet - Total de Pessoal do Quadro Efetivo no Tribunal Regional Eleitoral: Número total de servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo no quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral e suas respectivas unidades judiciárias, no final do ano-base, incluídos os cedidos a outros órgãos.
- TPCed - Total de Pessoal Cedido no Tribunal Regional Eleitoral: Número total de servidores cedidos a outros órgãos, ocupantes de cargo de provimento efetivo no quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- TPReq - Total de Pessoal Requisitado no Tribunal Regional Eleitoral: Número total de servidores requisitados de órgãos do Poder Judiciário e de órgãos fora do Poder Judiciário, que estão em atividade no Tribunal Regional Eleitoral e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- TPReqExt - Total de Pessoal Requisitado Extraordinariamente para Realização de Pleitos Eleitorais no Tribunal Regional Eleitoral: Número total de requisitados de forma extraordinária, tendo em vista, exclusivamente, a realização de pleito eleitoral, no final do ano-base.
- TFAux - Total da Força de Trabalho Auxiliar no Tribunal Regional Eleitoral: Número total de terceirizados e estagiários do Tribunal Regional Eleitoral e suas respectivas unidades judiciárias, no final do ano-base.
- TPSV - Total de Pessoal sem Vínculo no Tribunal Regional Eleitoral: Número total de servidores ocupantes apenas de cargo em comissão do Tribunal Regional Eleitoral e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

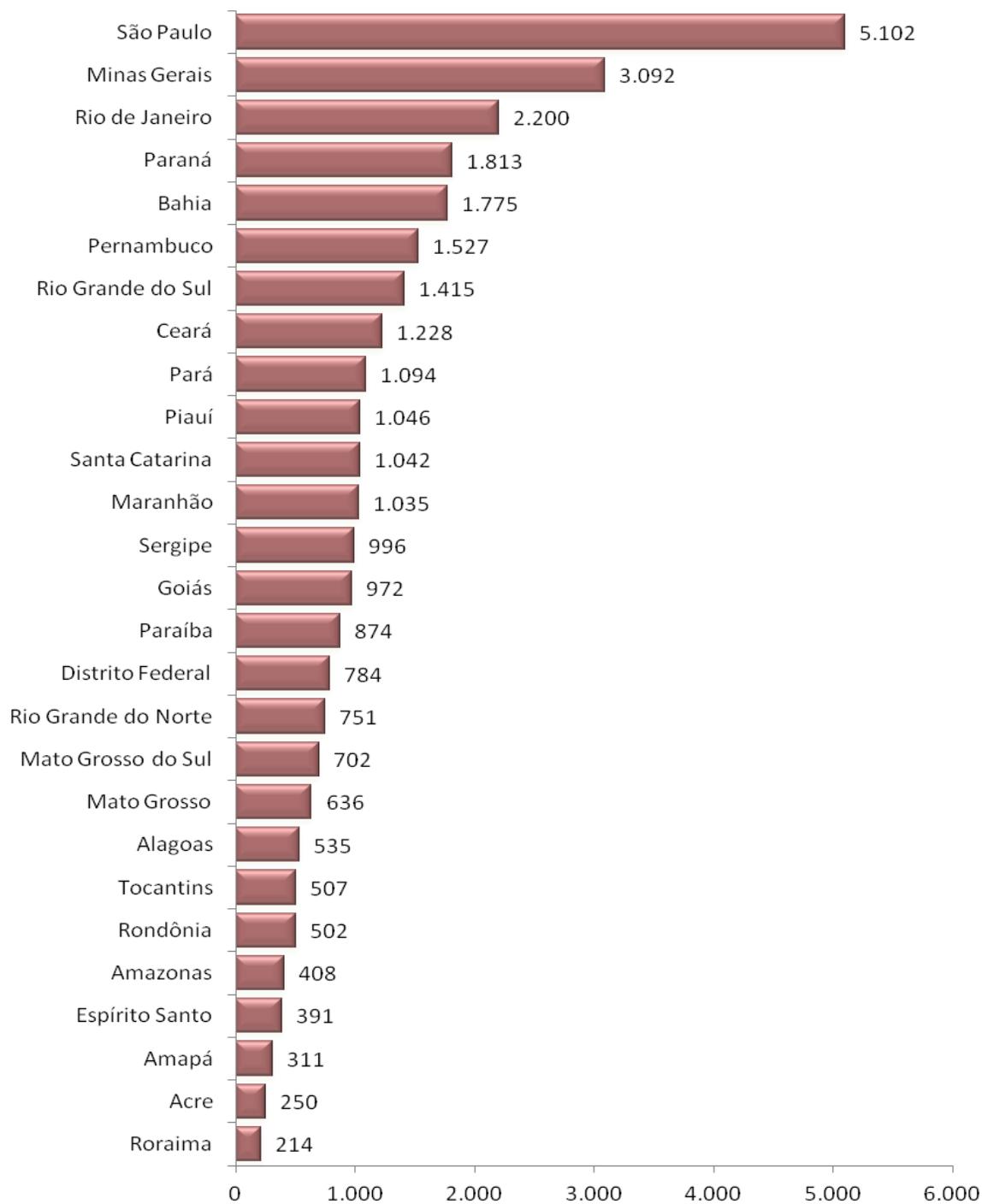
1.1.17. FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados do Tribunal Regional Eleitoral

Tabela 1.18 FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados do Tribunal Regional Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	TS - Total de Servidores: Força de Trabalho do Tribunal Regional Eleitoral	Mag - Total de Magistrados do Tribunal Regional Eleitoral	FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados do Tribunal Regional Eleitoral
Acre	233	17	250
Alagoas	473	62	535
Amazonas	331	77	408
Amapá	291	20	311
Bahia	1.563	212	1.775
Ceará	1.098	130	1.228
Distrito Federal	755	29	784
Espírito Santo	329	62	391
Goiás	845	127	972
Maranhão	917	118	1.035
Minas Gerais	2.727	365	3.092
Mato Grosso do Sul	586	116	702
Mato Grosso	569	67	636
Pará	983	111	1.094
Paraíba	790	84	874
Pernambuco	1.369	158	1.527
Piauí	940	106	1.046
Paraná	1.599	214	1.813
Rio de Janeiro	1.944	256	2.200
Rio Grande do Norte	675	76	751
Rondônia	460	42	502
Roraima	199	15	214
Rio Grande do Sul	1.235	180	1.415
Santa Catarina	923	119	1.042
Sergipe	953	43	996
São Paulo	4.671	431	5.102
Tocantins	465	42	507
Justiça Eleitoral	27.923	3.279	31.202

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 1.18 FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados do Tribunal Regional Eleitoral



Glossário:

FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados do Tribunal Regional Eleitoral

Finalidade: Indicar o número total da força de trabalho no Tribunal Regional Eleitoral e em seus cartórios eleitorais no ano-base.

Fórmula: $FTT = TS + Mag$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $TS = TPEfet - TPCed + TPReq + TPReqExt + TPAux + TPSV$
- $Mag = Mag2^{\circ} + Mag1^{\circ}$

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

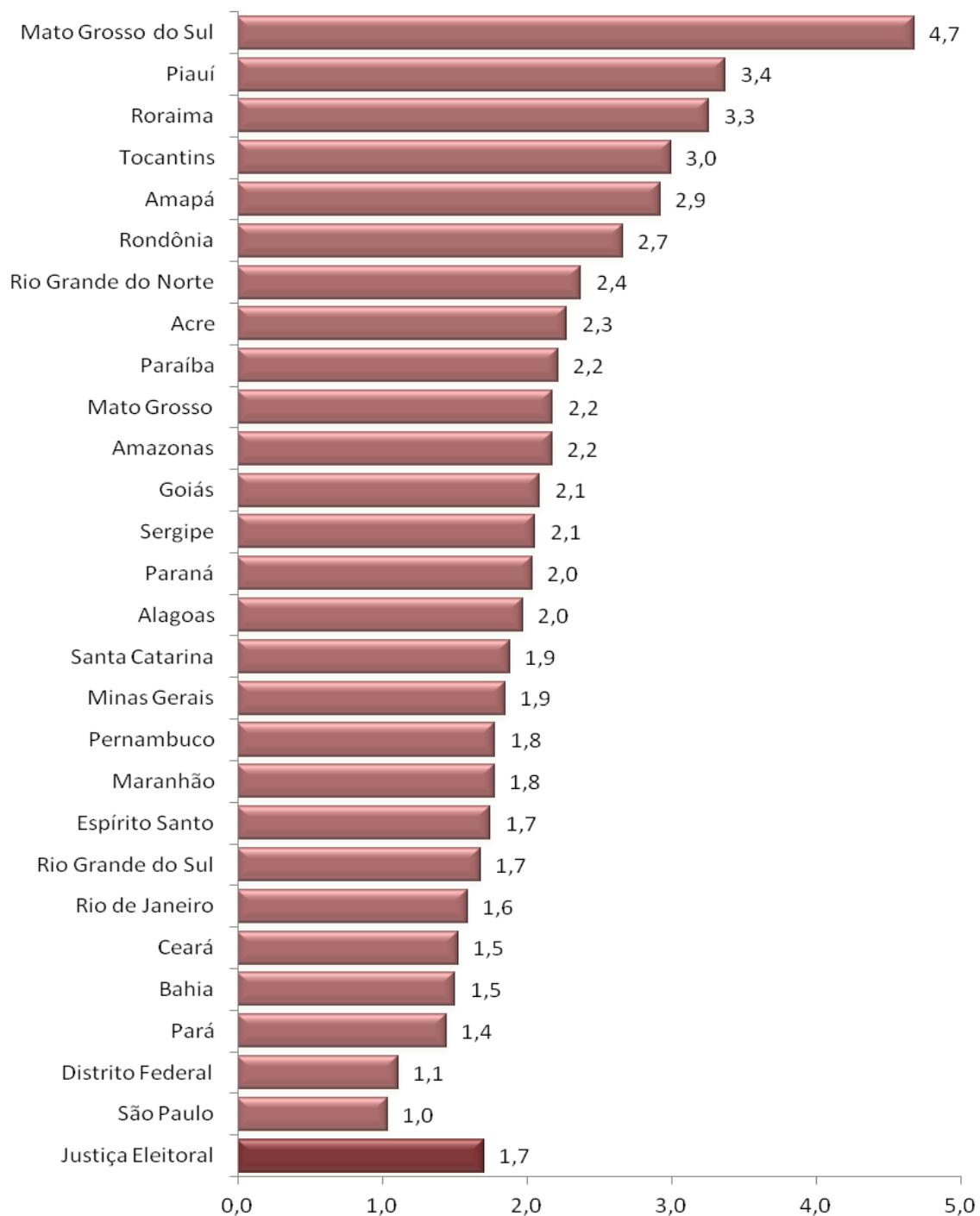
1.2.1. F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes

Tabela 1.19 F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes

Tribunal Regional Eleitoral	Mag - Total de Magistrados do Tribunal Regional Eleitoral	h2 - Número de Habitantes Dividido por 100.000	F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes
Acre	17	7	2,3
Alagoas	62	31	2,0
Amazonas	77	35	2,2
Amapá	20	7	2,9
Bahia	212	141	1,5
Ceará	130	85	1,5
Distrito Federal	29	26	1,1
Espírito Santo	62	35	1,7
Goiás	127	61	2,1
Maranhão	118	66	1,8
Minas Gerais	365	197	1,9
Mato Grosso do Sul	116	25	4,7
Mato Grosso	67	31	2,2
Pará	111	77	1,4
Paraíba	84	38	2,2
Pernambuco	158	89	1,8
Piauí	106	31	3,4
Paraná	214	105	2,0
Rio de Janeiro	256	161	1,6
Rio Grande do Norte	76	32	2,4
Rondônia	42	16	2,7
Roraima	15	5	3,3
Rio Grande do Sul	180	107	1,7
Santa Catarina	119	63	1,9
Sergipe	43	21	2,1
São Paulo	431	416	1,0
Tocantins	42	14	3,0
Justiça Eleitoral	3.279	1.924	1,7

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 1.19 F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes



Glossário:

F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes

Finalidade: Indicar o número de cargos de magistrados existentes, providos ou não, no Tribunal Regional Eleitoral e em seus cartórios eleitorais para cada 100.000 habitantes no ano-base.

Fórmula: $F1 = (\text{Mag}) / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $\text{Mag} = \text{Mag}2^{\text{º}} + \text{Mag}1^{\text{º}}$
- h2 - Número de Habitantes Dividido por 100.000: Número de habitantes do Estado baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

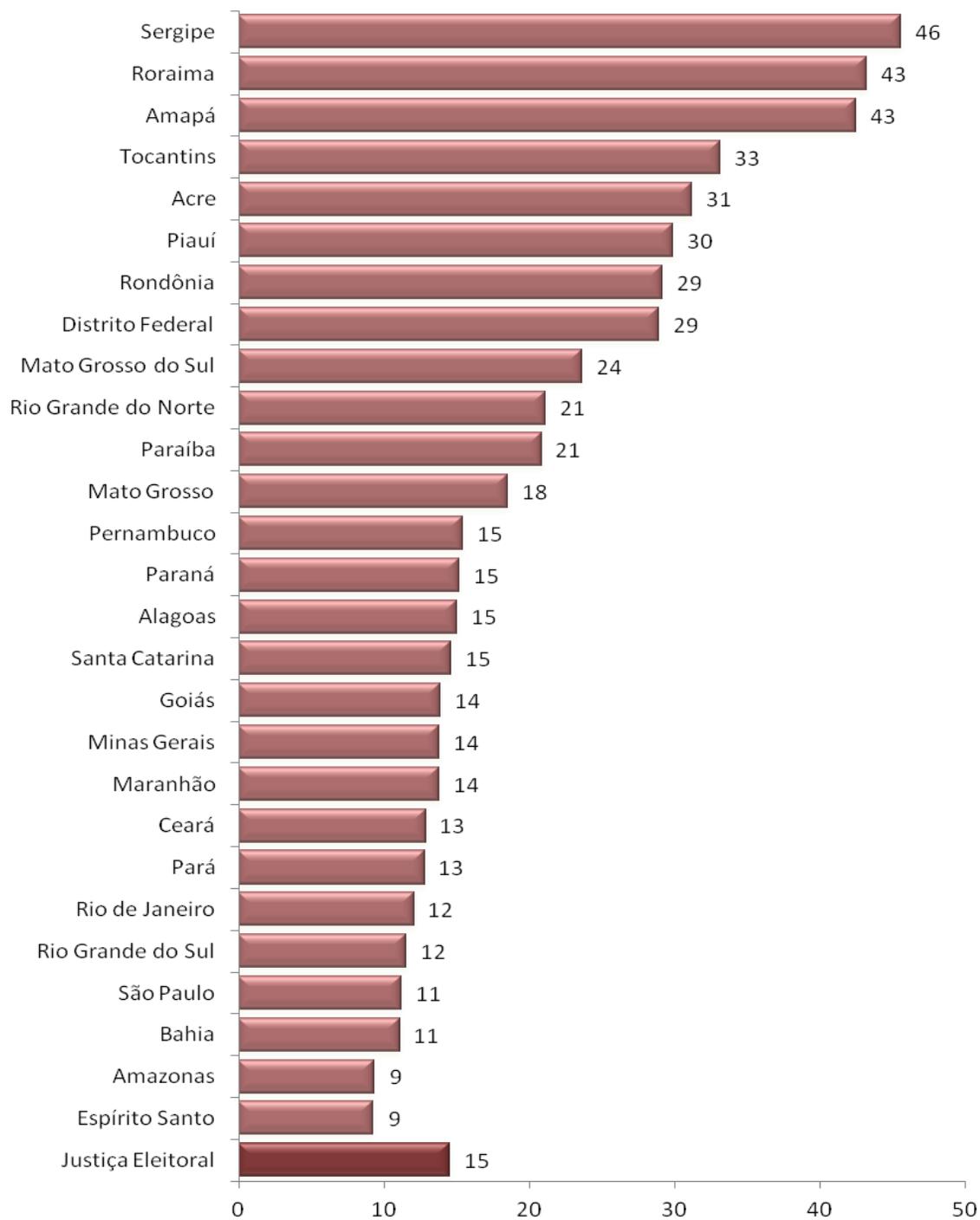
1.2.2. F3 - Força de Trabalho do Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes

Tabela 1.20 F3 - Força de Trabalho do Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes

Tribunal Regional Eleitoral	TS - Total de Servidores: Força de Trabalho do Tribunal Regional Eleitoral	h2 - Número de Habitantes Dividido por 100.000	F3 - Força de Trabalho do Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes
Acre	233	7	31
Alagoas	473	31	15
Amazonas	331	35	9
Amapá	291	7	43
Bahia	1.563	141	11
Ceará	1.098	85	13
Distrito Federal	755	26	29
Espírito Santo	329	35	9
Goiás	845	61	14
Maranhão	917	66	14
Minas Gerais	2.727	197	14
Mato Grosso do Sul	586	25	24
Mato Grosso	569	31	18
Pará	983	77	13
Paraíba	790	38	21
Pernambuco	1.369	89	15
Piauí	940	31	30
Paraná	1.599	105	15
Rio de Janeiro	1.944	161	12
Rio Grande do Norte	675	32	21
Rondônia	460	16	29
Roraima	199	5	43
Rio Grande do Sul	1.235	107	12
Santa Catarina	923	63	15
Sergipe	953	21	46
São Paulo	4.671	416	11
Tocantins	465	14	33
Justiça Eleitoral	27.923	1.924	15

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 1.20 F3 - Força de Trabalho do Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes



Glossário:

F3 - Força de Trabalho do Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes

Finalidade: Indicar o quantitativo de força de trabalho disponível no Tribunal Regional Eleitoral e em seus cartórios eleitorais para cada 100.000 habitantes no ano-base.

Fórmula: $F3 = TS / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $TS = TPEfet - TPCed + TPREq + TPREqExt + TPAux + TPSV$
- h2 - Número de Habitantes Dividido por 100.000: Número de habitantes do Estado baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

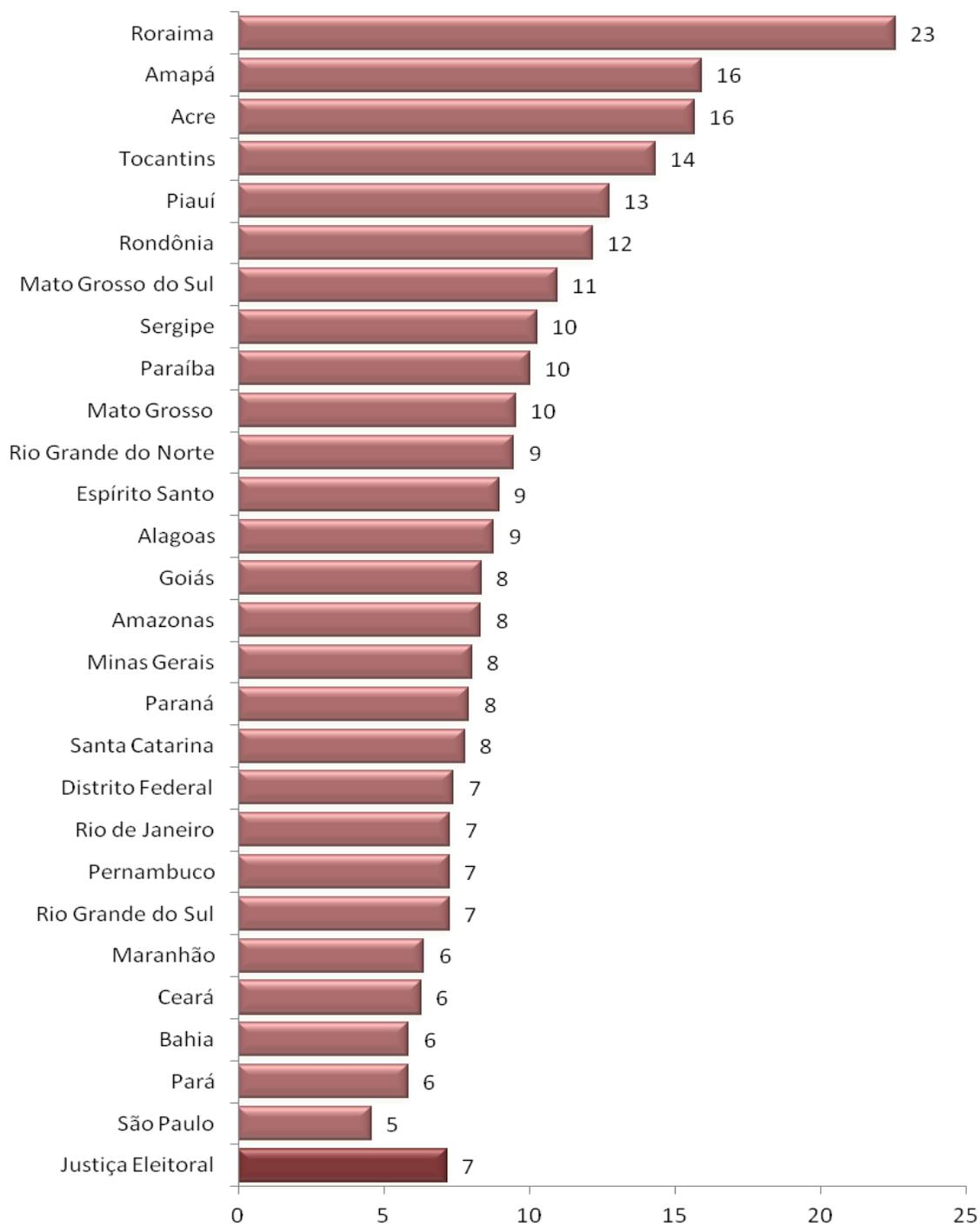
1.2.3. F4a - Servidores do Quadro Efetivo do Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes

Tabela 1.21 F4a - Servidores do Quadro Efetivo do Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes

Tribunal Regional Eleitoral	TPEfet - Total de Pessoal do Quadro Efetivo no Tribunal Regional Eleitoral	TPCed - Total de Pessoal Cedido no Tribunal Regional Eleitoral	h2 - Número de Habitantes Dividido por 100.000	F4a - Servidores do Quadro Efetivo do Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes
Acre	118	1	7	16
Alagoas	288	12	31	9
Amazonas	306	11	35	8
Amapá	119	10	7	16
Bahia	882	58	141	6
Ceará	547	11	85	6
Distrito Federal	209	16	26	7
Espírito Santo	318	0	35	9
Goiás	516	8	61	8
Maranhão	434	10	66	6
Minas Gerais	1.645	60	197	8
Mato Grosso do Sul	274	2	25	11
Mato Grosso	299	5	31	10
Pará	454	5	77	6
Paraíba	388	8	38	10
Pernambuco	659	16	89	7
Piauí	405	4	31	13
Paraná	835	1	105	8
Rio de Janeiro	1.215	43	161	7
Rio Grande do Norte	349	46	32	9
Rondônia	193	1	16	12
Roraima	106	2	5	23
Rio Grande do Sul	791	13	107	7
Santa Catarina	492	0	63	8
Sergipe	220	5	21	10
São Paulo	1.914	8	416	5
Tocantins	205	4	14	14
Justiça Eleitoral	14.181	360	1.924	7

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 1.21 F4a - Servidores do Quadro Efetivo do Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes



Glossário:

F4a - Servidores do Quadro Efetivo do Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes

Finalidade: Indicar o quantitativo de servidores do quadro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral e em seus cartórios eleitorais para cada 100.000 habitantes do estado no ano-base.

Fórmula: $F4a = (TPEfet - TPCed) / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TPEfet - Total de Pessoal do Quadro Efetivo no Tribunal Regional Eleitoral: Número total de servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo no quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral e suas respectivas unidades judiciárias, no final do ano-base, incluídos os cedidos a outros órgãos.
- TPCed - Total de Pessoal Cedido no Tribunal Regional Eleitoral: Número total de servidores cedidos a outros órgãos, ocupantes de cargo de provimento efetivo no quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- h2 - Número de Habitantes Dividido por 100.000: Número de habitantes do Estado baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

1.2.4. F4b - Força de Trabalho Auxiliar do Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes.

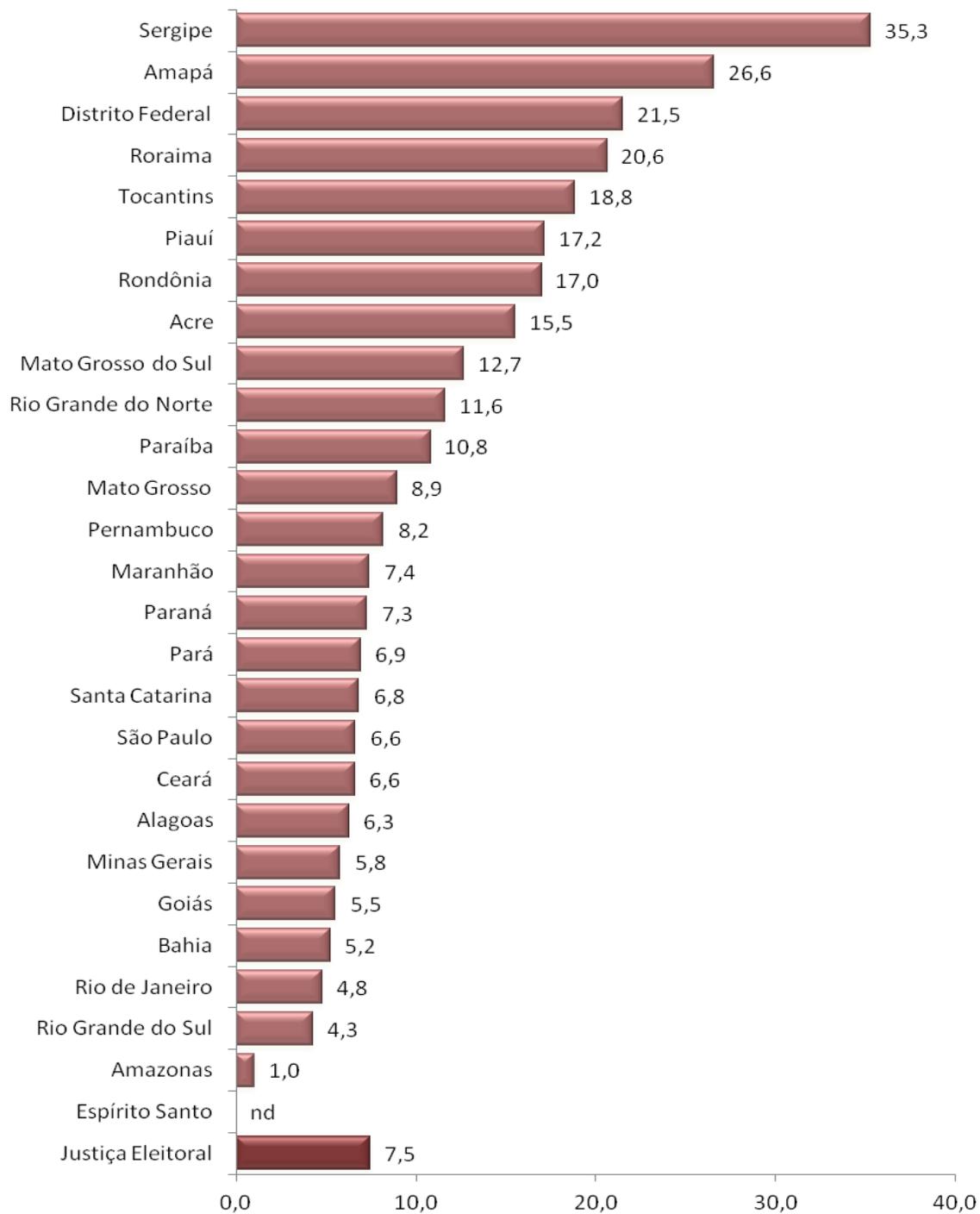
Tabela 1.22 F4b - Força de Trabalho Auxiliar do Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes.

Tribunal Regional Eleitoral	TPSV - Total de Pessoal sem Vínculo no Tribunal Regional Eleitoral	TPReq - Total de Pessoal Requisitado no Tribunal Regional Eleitoral	TPReqExt - Total de Pessoal Requisitado Extraordinariamente para Realização de Pleitos Eleitorais no Tribunal Regional Eleitoral	TFAux - Total da Força de Trabalho Auxiliar no Tribunal Regional Eleitoral	h2 - Número de Habitantes Dividido por 100.000	F4b - Força de Trabalho Auxiliar do Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes.
Acre	3	66	0	47	7	15,5
Alagoas	10	134	0	53	31	6,3
Amazonas	8	18	0	10	35	1,0
Amapá	6	28	0	148	7	26,6
Bahia	2	476	2	259	141	5,2
Ceará	11	425	0	126	85	6,6
Distrito Federal	2	296	0	264	26	21,5
Espírito Santo	6	5	0	nd	35	nd
Goiás	2	198	0	137	61	5,5
Maranhão	12	240	nd	241	66	7,4
Minas Gerais	4	738	0	400	197	5,8
Mato Grosso do Sul	4	125	0	185	25	12,7
Mato Grosso	2	107	0	166	31	8,9
Pará	2	276	0	256	77	6,9
Paraíba	2	250	0	158	38	10,8
Pernambuco	14	473	0	239	89	8,2
Piauí	2	316	0	221	31	17,2
Paraná	2	58	0	705	105	7,3
Rio de Janeiro	12	200	0	560	161	4,8
Rio Grande do Norte	8	225	0	139	32	11,6
Rondônia	0	86	0	182	16	17,0
Roraima	3	31	0	61	5	20,6
Rio Grande do Sul	1	308	0	148	107	4,3
Santa Catarina	0	142	0	289	63	6,8
Sergipe	4	118	0	616	21	35,3
São Paulo	0	2.310	0	455	416	6,6
Tocantins	3	124	0	137	14	18,8
Justiça Eleitoral	125	7.773	2	6.202	1.924	7,5

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.22 F4b - Força de Trabalho Auxiliar do Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes.



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

F4b - Força de Trabalho Auxiliar do Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes.

Finalidade: Indicar o quantitativo da força de trabalho auxiliar dos Tribunal Regional Eleitoral e em seus cartórios eleitorais para cada 100.000 habitantes do estado no ano-base.

Fórmula: $F4b = (TPSV + TPReq + TPReqExt + TFAux) / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TPSV - Total de Pessoal sem Vínculo no Tribunal Regional Eleitoral: Número total de servidores ocupantes apenas de cargo em comissão do Tribunal Regional Eleitoral e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- TPReq - Total de Pessoal Requisitado no Tribunal Regional Eleitoral: Número total de servidores requisitados de órgãos do Poder Judiciário e de órgãos fora do Poder Judiciário, que estão em atividade no Tribunal Regional Eleitoral e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- TPReqExt - Total de Pessoal Requisitado Extraordinariamente para Realização de Pleitos Eleitorais no Tribunal Regional Eleitoral: Número total de requisitados de forma extraordinária, tendo em vista, exclusivamente, a realização de pleito eleitoral, no final do ano-base.
- TFAux - Total da Força de Trabalho Auxiliar no Tribunal Regional Eleitoral: Número total de terceirizados e estagiários do Tribunal Regional Eleitoral e suas respectivas unidades judiciárias, no final do ano-base.
- h2 - Número de Habitantes Dividido por 100.000: Número de habitantes do Estado baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

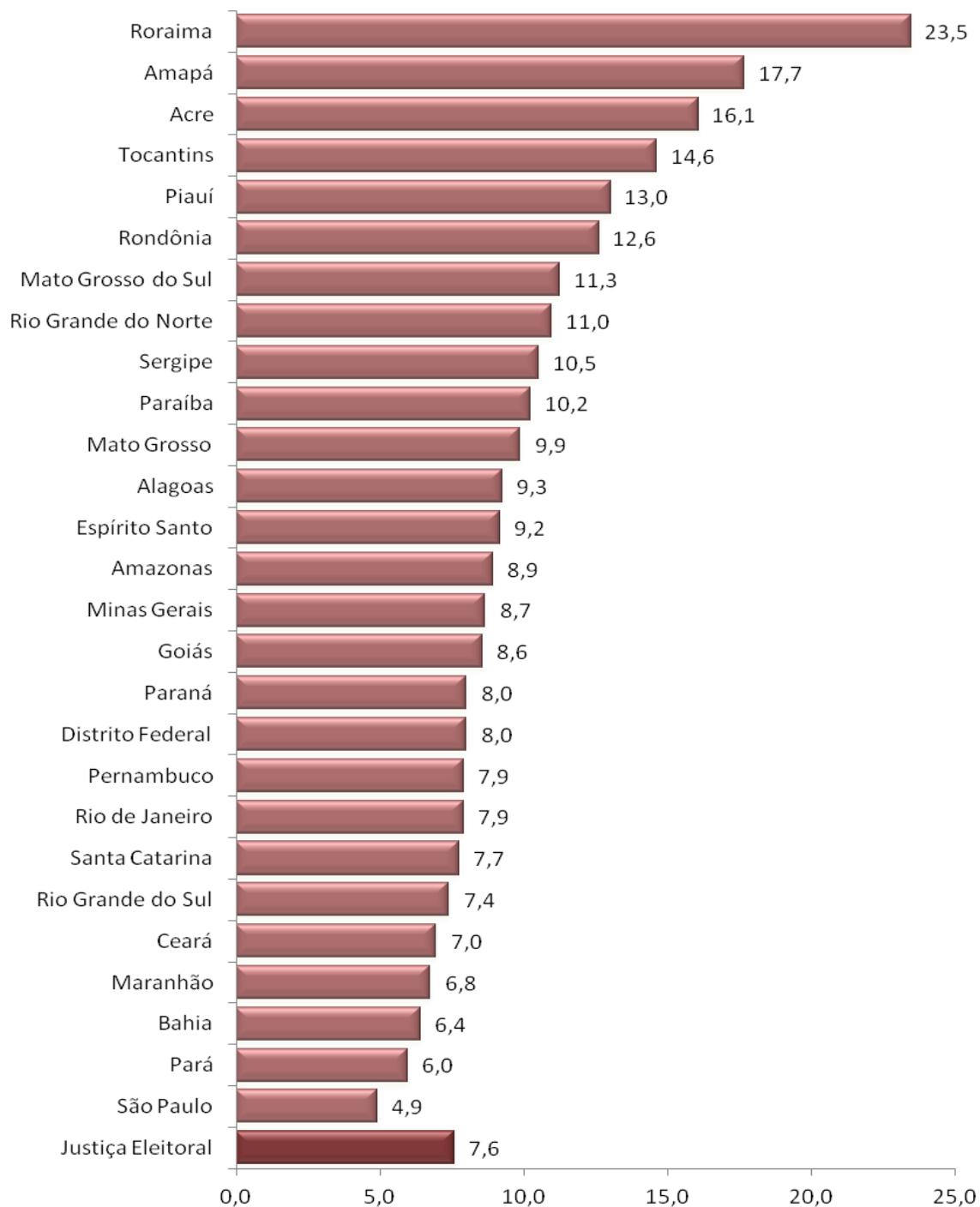
1.2.5. F4c - Cargos Efetivos Existentes no Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes.

Tabela 1.23 F4c - Cargos Efetivos Existentes no Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes.

Tribunal Regional Eleitoral	TCEfet - Total de Cargos do Quadro Efetivo Existentes no Tribunal Regional Eleitoral	h2 - Número de Habitantes Dividido por 100.000	F4c - Cargos Efetivos Existentes no Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes.
Acre	120	7	16,1
Alagoas	291	31	9,3
Amazonas	316	35	8,9
Amapá	121	7	17,7
Bahia	902	141	6,4
Ceará	593	85	7,0
Distrito Federal	209	26	8,0
Espírito Santo	325	35	9,2
Goiás	521	61	8,6
Maranhão	449	66	6,8
Minas Gerais	1.708	197	8,7
Mato Grosso do Sul	279	25	11,3
Mato Grosso	304	31	9,9
Pará	459	77	6,0
Paraíba	388	38	10,2
Pernambuco	702	89	7,9
Piauí	409	31	13,0
Paraná	842	105	8,0
Rio de Janeiro	1.274	161	7,9
Rio Grande do Norte	351	32	11,0
Rondônia	199	16	12,6
Roraima	108	5	23,5
Rio Grande do Sul	795	107	7,4
Santa Catarina	489	63	7,7
Sergipe	220	21	10,5
São Paulo	2.034	416	4,9
Tocantins	205	14	14,6
Justiça Eleitoral	14.613	1.924	7,6

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 1.23 F4c - Cargos Efetivos Existentes no Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes.



Glossário:

F4c - Cargos Efetivos Existentes no Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes.

Finalidade: Indicar o quantitativo de cargos de provimento existentes no quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral e em seus cartórios eleitorais para cada 100.000 habitantes do estado no ano-base.

Fórmula: $F4c = TCEfet / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TCEfet - Total de Cargos do Quadro Efetivo Existentes no Tribunal Regional Eleitoral: Número total de cargos de provimento efetivo de servidor existentes, providos ou não, no quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

- h2 - Número de Habitantes Dividido por 100.000: Número de habitantes do Estado baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

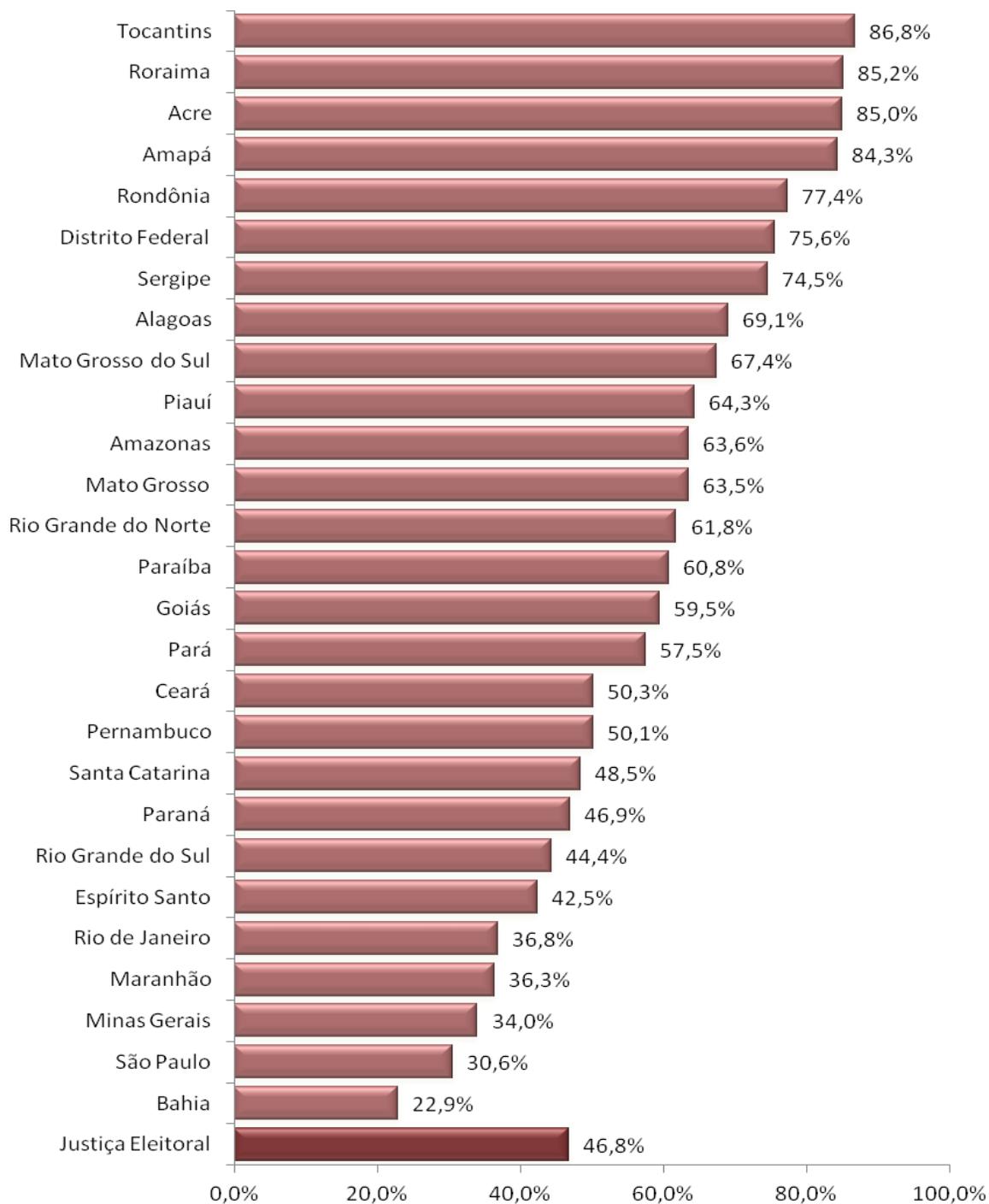
1.2.6. F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em Relação aos Cargos Efetivos Existentes no Tribunal Regional Eleitoral.

Tabela 1.24 F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em Relação aos Cargos Efetivos Existentes no Tribunal Regional Eleitoral.

Tribunal Regional Eleitoral	TCC - Total de Cargos em Comissão Existentes no Tribunal Regional Eleitoral	TFc - Total de Funções Comissionadas Existentes no Tribunal Regional Eleitoral	TCEfet - Total de Cargos do Quadro Efetivo Existentes no Tribunal Regional Eleitoral	F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em Relação aos Cargos Efetivos Existentes no Tribunal Regional Eleitoral.
Acre	23	79	120	85,0%
Alagoas	30	171	291	69,1%
Amazonas	30	171	316	63,6%
Amapá	22	80	121	84,3%
Bahia	43	164	902	22,9%
Ceará	43	255	593	50,3%
Distrito Federal	30	128	209	75,6%
Espírito Santo	30	108	325	42,5%
Goiás	36	274	521	59,5%
Maranhão	36	127	449	36,3%
Minas Gerais	50	531	1.708	34,0%
Mato Grosso do Sul	30	158	279	67,4%
Mato Grosso	30	163	304	63,5%
Pará	35	229	459	57,5%
Paraíba	30	206	388	60,8%
Pernambuco	43	309	702	50,1%
Piauí	30	233	409	64,3%
Paraná	42	353	842	46,9%
Rio de Janeiro	49	420	1.274	36,8%
Rio Grande do Norte	30	187	351	61,8%
Rondônia	28	126	199	77,4%
Roraima	23	69	108	85,2%
Rio Grande do Sul	43	310	795	44,4%
Santa Catarina	35	202	489	48,5%
Sergipe	28	136	220	74,5%
São Paulo	50	572	2.034	30,6%
Tocantins	28	150	205	86,8%
Justiça Eleitoral	927	5.911	14.613	46,8%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 1.24 F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em Relação aos Cargos Efetivos Existentes no Tribunal Regional Eleitoral.



Glossário:

F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em Relação aos Cargos Efetivos Existentes no Tribunal Regional Eleitoral.

Finalidade: Indicar a proporção do número total de cargos em comissão e funções comissionadas existentes no quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral e em seus cartórios eleitorais, em relação ao número total de cargos de provimento efetivo existentes no ano-base.

Fórmula: $F4d = (TCC + TFc) / TCEfet$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TCC - Total de Cargos em Comissão Existentes no Tribunal Regional Eleitoral: Número total de cargos em comissão existentes, providos ou não, no quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.
- TFc - Total de Funções Comissionadas Existentes no Tribunal Regional Eleitoral: Número de funções comissionadas existentes, providas ou não, no quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.
- TCEfet - Total de Cargos do Quadro Efetivo Existentes no Tribunal Regional Eleitoral: Número total de cargos de provimento efetivo de servidor existentes, providos ou não, no quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

1.2.7. F4e - Total de Pessoal Requisitado Extraordinariamente em Relação ao Total de Servidores do Tribunal Regional Eleitoral.

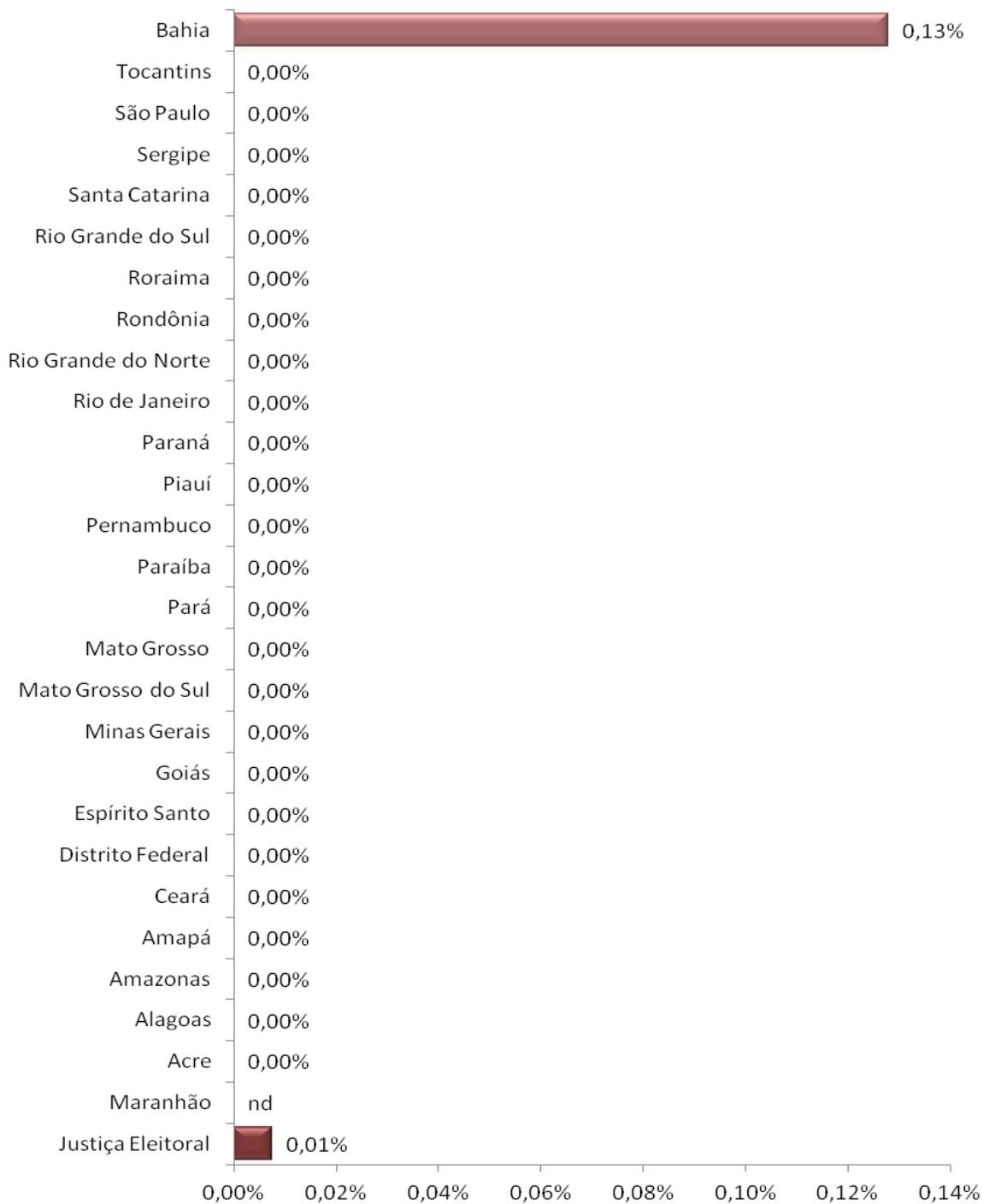
Tabela 1.25 F4e - Total de Pessoal Requisitado Extraordinariamente em Relação ao Total de Servidores do Tribunal Regional Eleitoral.

Tribunal Regional Eleitoral	TPReqExt - Total de Pessoal Requisitado Extraordinariamente para Realização de Pleitos Eleitorais no Tribunal Regional Eleitoral	TS - Total de Servidores: Força de Trabalho do Tribunal Regional Eleitoral	F4e - Total de Pessoal Requisitado Extraordinariamente em Relação ao Total de Servidores do Tribunal Regional Eleitoral.
Acre	0	233	0,00%
Alagoas	0	473	0,00%
Amazonas	0	331	0,00%
Amapá	0	291	0,00%
Bahia	2	1.563	0,13%
Ceará	0	1.098	0,00%
Distrito Federal	0	755	0,00%
Espírito Santo	0	329	0,00%
Goiás	0	845	0,00%
Maranhão	nd	917	nd
Minas Gerais	0	2.727	0,00%
Mato Grosso do Sul	0	586	0,00%
Mato Grosso	0	569	0,00%
Pará	0	983	0,00%
Paraíba	0	790	0,00%
Pernambuco	0	1.369	0,00%
Piauí	0	940	0,00%
Paraná	0	1.599	0,00%
Rio de Janeiro	0	1.944	0,00%
Rio Grande do Norte	0	675	0,00%
Rondônia	0	460	0,00%
Roraima	0	199	0,00%
Rio Grande do Sul	0	1.235	0,00%
Santa Catarina	0	923	0,00%
Sergipe	0	953	0,00%
São Paulo	0	4.671	0,00%
Tocantins	0	465	0,00%
Justiça Eleitoral	2	27.923	0,01%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.25 F4e - Total de Pessoal Requisitado Extraordinariamente em Relação ao Total de Servidores do Tribunal Regional Eleitoral.



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

F4e - Total de Pessoal Requisitado Extraordinariamente em Relação ao Total de Servidores do Tribunal Regional Eleitoral.

Finalidade: Indicar o quantitativo de pessoal requisitado extraordinariamente em relação ao total de servidores do Tribunal Regional Eleitoral e em seus cartórios eleitorais no ano-base.

Fórmula: $F4e = TPReqExt / TS$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TPReqExt - Total de Pessoal Requisitado Extraordinariamente para Realização de Pleitos Eleitorais no Tribunal Regional Eleitoral: Número total de requisitados de forma extraordinária, tendo em vista, exclusivamente, a realização de pleito eleitoral, no final do ano-base.

- $TS = TPEfet - TPCed + TPReq + TPReqExt + TPAux + TPSV$

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

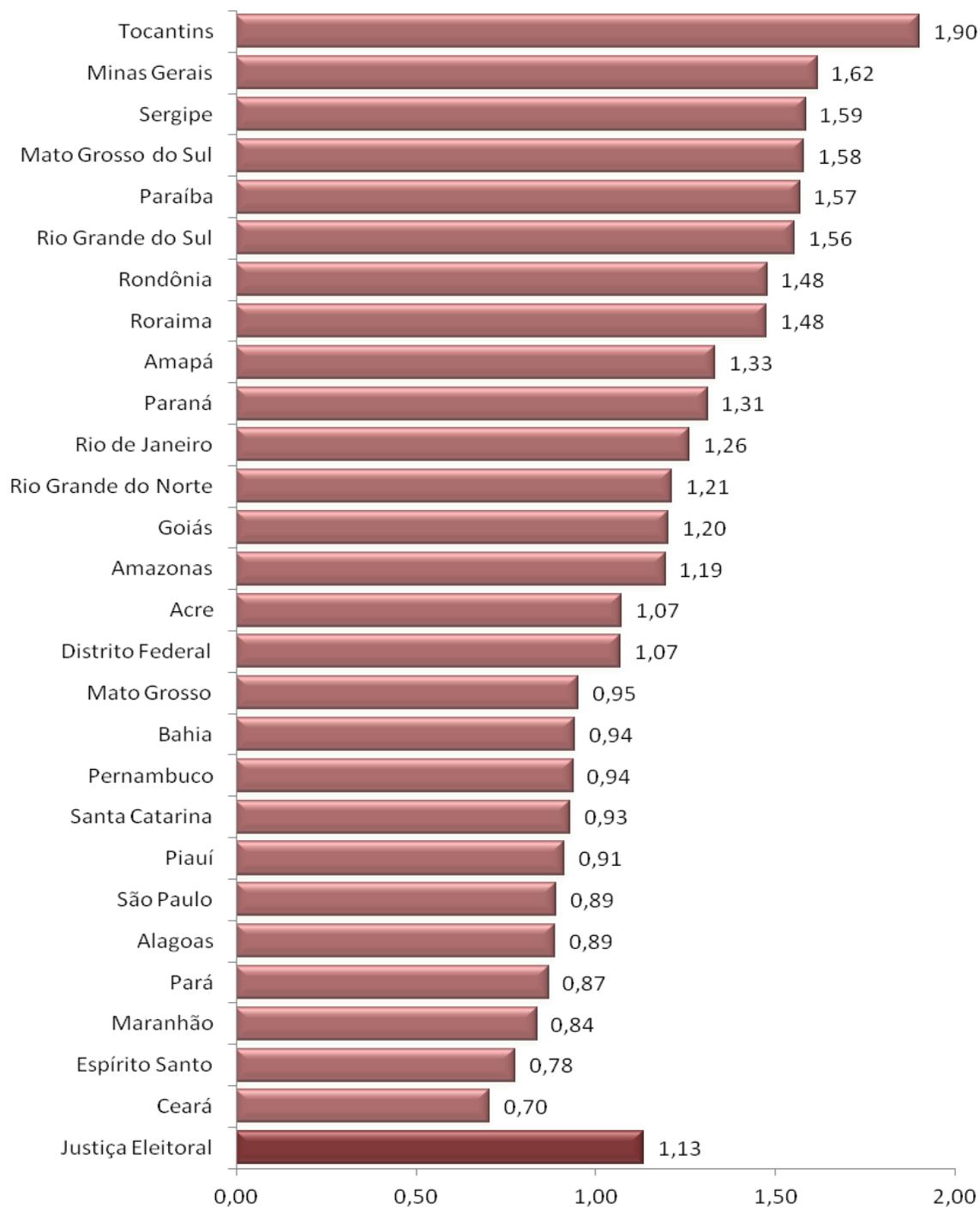
1.2.8. Inf2 - Número de Computadores por Usuário no Tribunal Regional Eleitoral.

Tabela 1.26 Inf2 - Número de Computadores por Usuário no Tribunal Regional Eleitoral.

Tribunal Regional Eleitoral	Comp - Número de Computadores de Uso Pessoal no Tribunal Regional Eleitoral	Ui - Usuários de computador no Tribunal Regional Eleitoral	Inf2 - Número de Computadores por Usuário no Tribunal Regional Eleitoral.
Acre	247	230	1,07
Alagoas	481	542	0,89
Amazonas	607	508	1,19
Amapá	200	150	1,33
Bahia	1.514	1.605	0,94
Ceará	1.157	1.642	0,70
Distrito Federal	323	302	1,07
Espírito Santo	400	515	0,78
Goiás	1.075	893	1,20
Maranhão	1.109	1.325	0,84
Minas Gerais	4.528	2.799	1,62
Mato Grosso do Sul	933	590	1,58
Mato Grosso	460	483	0,95
Pará	870	1.000	0,87
Paraíba	1.371	874	1,57
Pernambuco	1.234	1.316	0,94
Piauí	1.046	1.144	0,91
Paraná	2.724	2.076	1,31
Rio de Janeiro	2.902	2.300	1,26
Rio Grande do Norte	1.084	894	1,21
Rondônia	427	289	1,48
Roraima	211	143	1,48
Rio Grande do Sul	2.221	1.428	1,56
Santa Catarina	1.059	1.138	0,93
Sergipe	666	420	1,59
São Paulo	4.440	4.987	0,89
Tocantins	723	380	1,90
Justiça Eleitoral	34.012	29.973	1,13

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 1.26 Inf2 - Número de Computadores por Usuário no Tribunal Regional Eleitoral.



Glossário:

Inf2 - Número de Computadores por Usuário no Tribunal Regional Eleitoral.

Finalidade: Indicar o número de equipamentos de informática (microcomputadores e notebooks) para cada usuário do Tribunal Regional Eleitoral e em seus cartórios eleitorais no ano-base.

Fórmula: $\text{Inf2} = \text{Comp} / \text{Ui}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **Comp** - Número de Computadores de Uso Pessoal no Tribunal Regional Eleitoral: O número de microcomputadores e de notebooks, em condições de uso, existentes no Tribunal Regional Eleitoral e em suas respectivas unidades judiciárias no ano-base. Excluem-se os terminais de consulta.
- **Ui** - Usuários de computador no Tribunal Regional Eleitoral: Número total de magistrados, servidores do quadro permanente e requisitados, terceirizados, estagiários e contratados que utilizam de forma contínua computadores e notebooks no Tribunal Regional Eleitoral e nas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

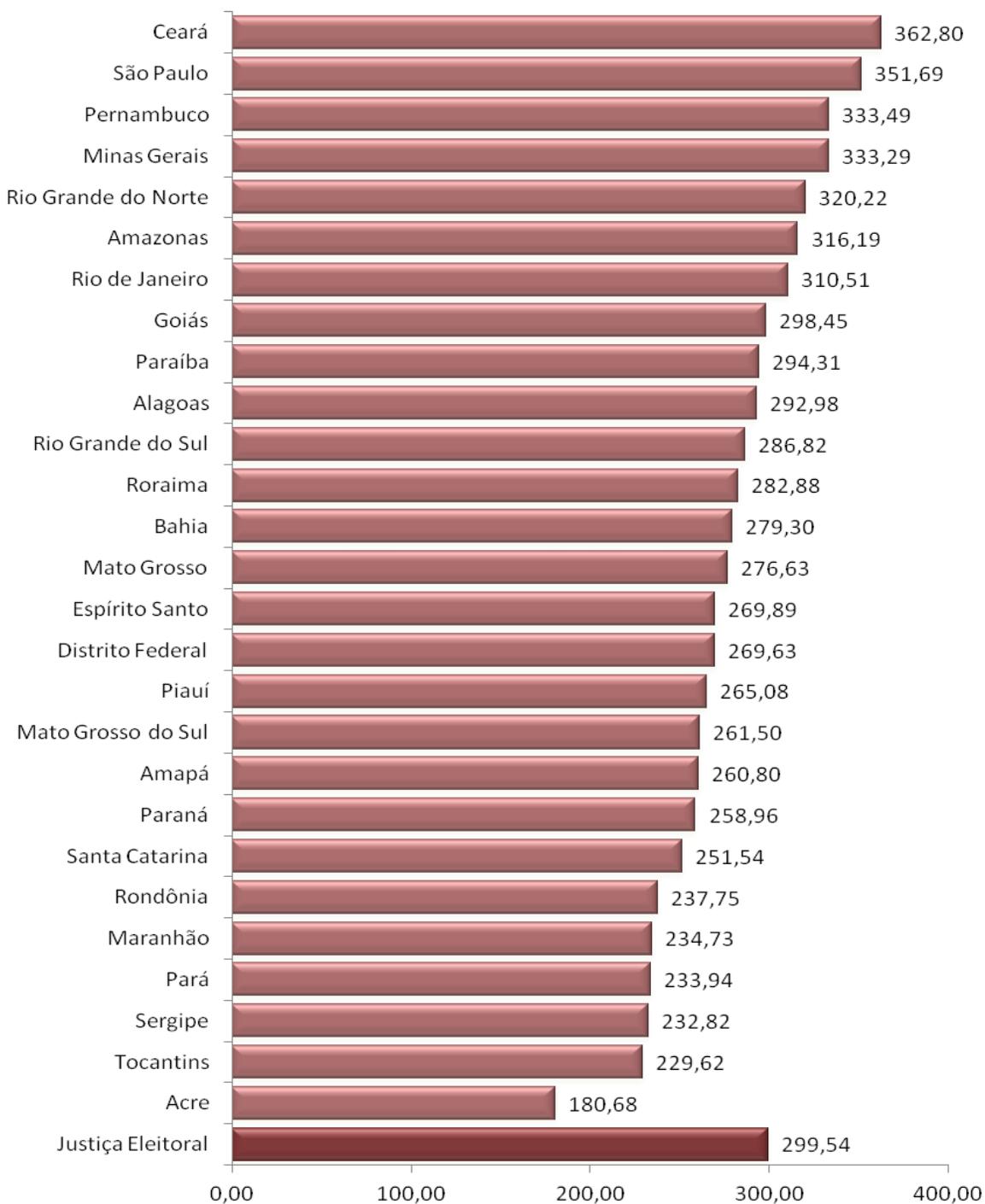
1.2.9. UE - Número de eleitores por Urna no Tribunal Regional Eleitoral

Tabela 1.27 UE - Número de eleitores por Urna no Tribunal Regional Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	Urnas - Número de Urnas no Tribunal Regional Eleitoral	EL - Número de Eleitores	UE - Número de eleitores por Urna no Tribunal Regional Eleitoral
Acre	2.637	476.459	180,68
Alagoas	7.041	2.062.896	292,98
Amazonas	6.547	2.070.107	316,19
Amapá	1.626	424.064	260,80
Bahia	34.507	9.637.971	279,30
Ceará	16.423	5.958.214	362,80
Distrito Federal	6.833	1.842.360	269,63
Espírito Santo	9.434	2.546.144	269,89
Goiás	13.912	4.152.069	298,45
Maranhão	18.497	4.341.732	234,73
Minas Gerais	43.637	14.543.741	333,29
Mato Grosso do Sul	6.536	1.709.186	261,50
Mato Grosso	7.505	2.076.114	276,63
Pará	20.627	4.825.567	233,94
Paraíba	9.394	2.764.743	294,31
Pernambuco	18.923	6.310.600	333,49
Piauí	8.550	2.266.425	265,08
Paraná	29.571	7.657.852	258,96
Rio de Janeiro	37.355	11.599.087	310,51
Rio Grande do Norte	7.009	2.244.422	320,22
Rondônia	4.596	1.092.712	237,75
Roraima	964	272.698	282,88
Rio Grande do Sul	28.308	8.119.349	286,82
Santa Catarina	18.182	4.573.435	251,54
Sergipe	6.032	1.404.351	232,82
São Paulo	87.152	30.650.543	351,69
Tocantins	4.147	952.245	229,62
Justiça Eleitoral	455.945	136.575.086	299,54

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 1.27 UE - Número de eleitores por Urna no Tribunal Regional Eleitoral



Glossário:

UE - Número de eleitores por Urna no Tribunal Regional Eleitoral

Finalidade: Indicar o número de eleitores para cada urna eletrônica do Tribunal Regional Eleitoral e em seus cartórios eleitorais no ano-base.

Fórmula: $UE = \text{Urnas} / EL$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Urnas - Número de Urnas no Tribunal Regional Eleitoral: Número total de urnas, em condições de uso, existentes no Tribunal Regional no ano-base. Excluem-se as urnas reservadas para substituição.
- EL - Número de Eleitores :Número de eleitores inscritos na área de atuação do TRE no período-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

1.2.10. Dm² - Área útil em Relação à Área Total do Tribunal Regional Eleitoral (em Metros Quadrados).

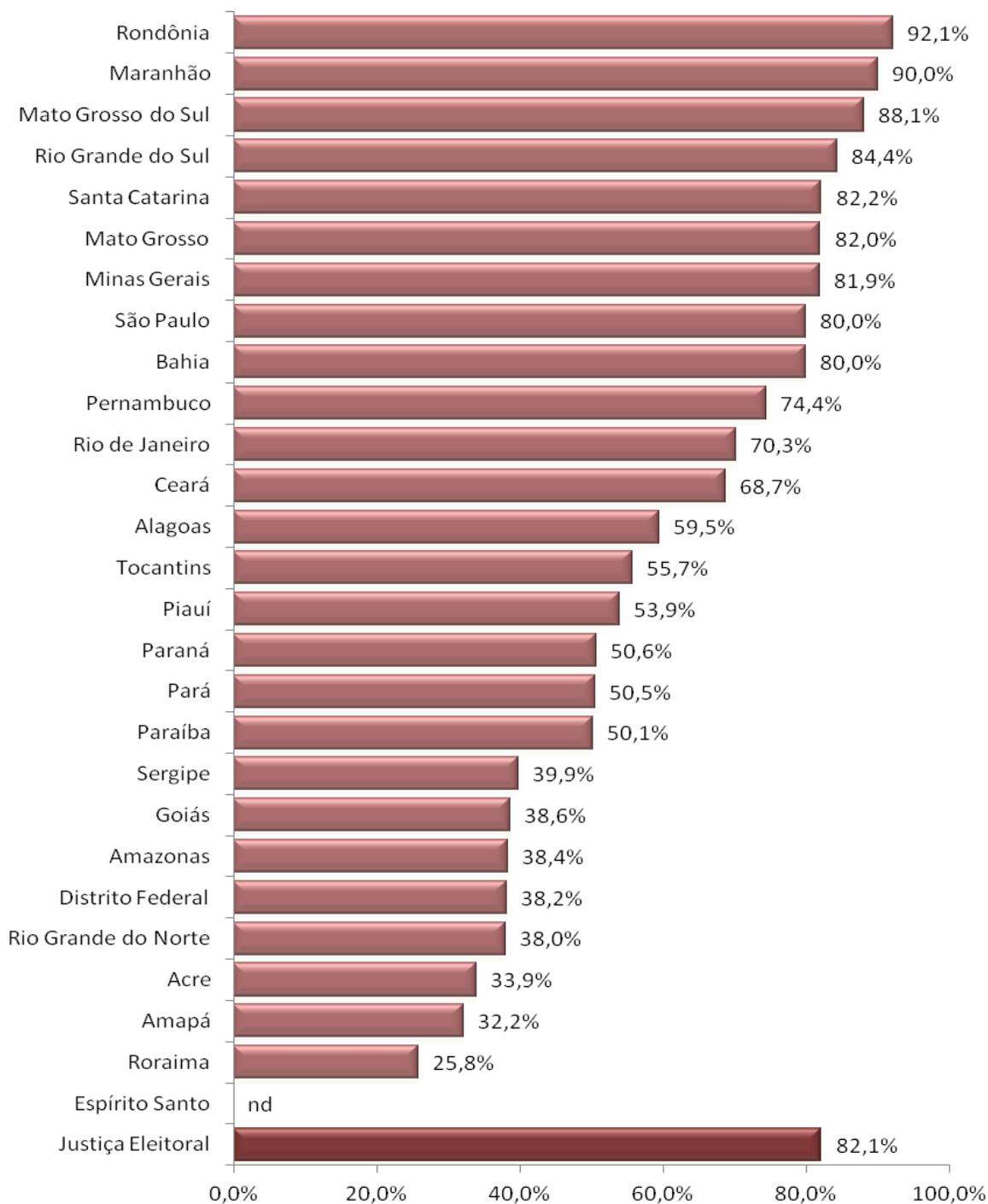
Tabela 1.28 Dm² - Área útil em Relação à Área Total do Tribunal Regional Eleitoral (em Metros Quadrados).

Tribunal Regional Eleitoral	m ² Util - Área Útil em Metros Quadrados do Tribunal Regional Eleitoral	m ² Total - Área Total em Metros Quadrados do Tribunal Regional Eleitoral	Dm ² - Área útil em Relação à Área Total do Tribunal Regional Eleitoral (em Metros Quadrados).
Acre	8.064	23.810	33,9%
Alagoas	11.751	19.737	59,5%
Amazonas	12.483	32.545	38,4%
Amapá	5.843	18.171	32,2%
Bahia	21.955	27.453	80,0%
Ceará	18.147	26.405	68,7%
Distrito Federal	27.766	72.755	38,2%
Espírito Santo	nd	nd	nd
Goiás	24.238	62.757	38,6%
Maranhão	1.943.850	2.159.833	90,0%
Minas Gerais	49.569	60.545	81,9%
Mato Grosso do Sul	47.965	54.472	88,1%
Mato Grosso	20.343	24.809	82,0%
Pará	14.504	28.713	50,5%
Paraíba	28.528	56.890	50,1%
Pernambuco	46.496	62.506	74,4%
Piauí	18.175	33.721	53,9%
Paraná	90.914	179.576	50,6%
Rio de Janeiro	56.629	80.599	70,3%
Rio Grande do Norte	16.633	43.801	38,0%
Rondônia	11.345	12.318	92,1%
Roraima	4.052	15.691	25,8%
Rio Grande do Sul	3.374.132	3.996.622	84,4%
Santa Catarina	2.310.636	2.812.368	82,2%
Sergipe	12.786	32.084	39,9%
São Paulo	155.152	193.940	80,0%
Tocantins	17.728	31.849	55,7%
Justiça Eleitoral	8.349.684	10.163.970	82,1%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.28 Dm² - Área útil em Relação à Área Total do Tribunal Regional Eleitoral (em Metros Quadrados).



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Dm² - Área útil em Relação à Área Total do Tribunal Regional Eleitoral (em Metros Quadrados).

Finalidade: Indicar o número de metros quadrados de área útil em relação à área total existente nos prédios dos órgãos integrantes da estrutura do Tribunal Regional Eleitoral e em seus cartórios eleitorais no ano-base.

Fórmula: $Dm^2 = m^2Util / m^2Total$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- m²Util - Área Útil em Metros Quadrados do Tribunal Regional Eleitoral: A área construída (própria ou não) destinada pelos órgãos integrantes da estrutura do Tribunal Regional Eleitoral e de suas respectivas unidades judiciárias, à atividade-fim e à atividade de apoio administrativo no ano-base, desconsideradas as áreas utilizadas como jardins, creche, áreas de lazer, estacionamentos e museus.
- m²Total - Área Total em Metros Quadrados do Tribunal Regional Eleitoral: A área total de todos os prédios, próprio ou não, dos órgãos integrantes da estrutura do Tribunal Regional Eleitoral e de suas respectivas unidades judiciárias, independentemente da finalidade, incluindo área para arquivos, depósitos, auditórios, museus, estacionamentos privativos e jardins, existente no final do ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

1.2.11. Pm² - Força de Trabalho Total em Relação à Área Útil do Tribunal Regional Eleitoral (em metros quadrados).

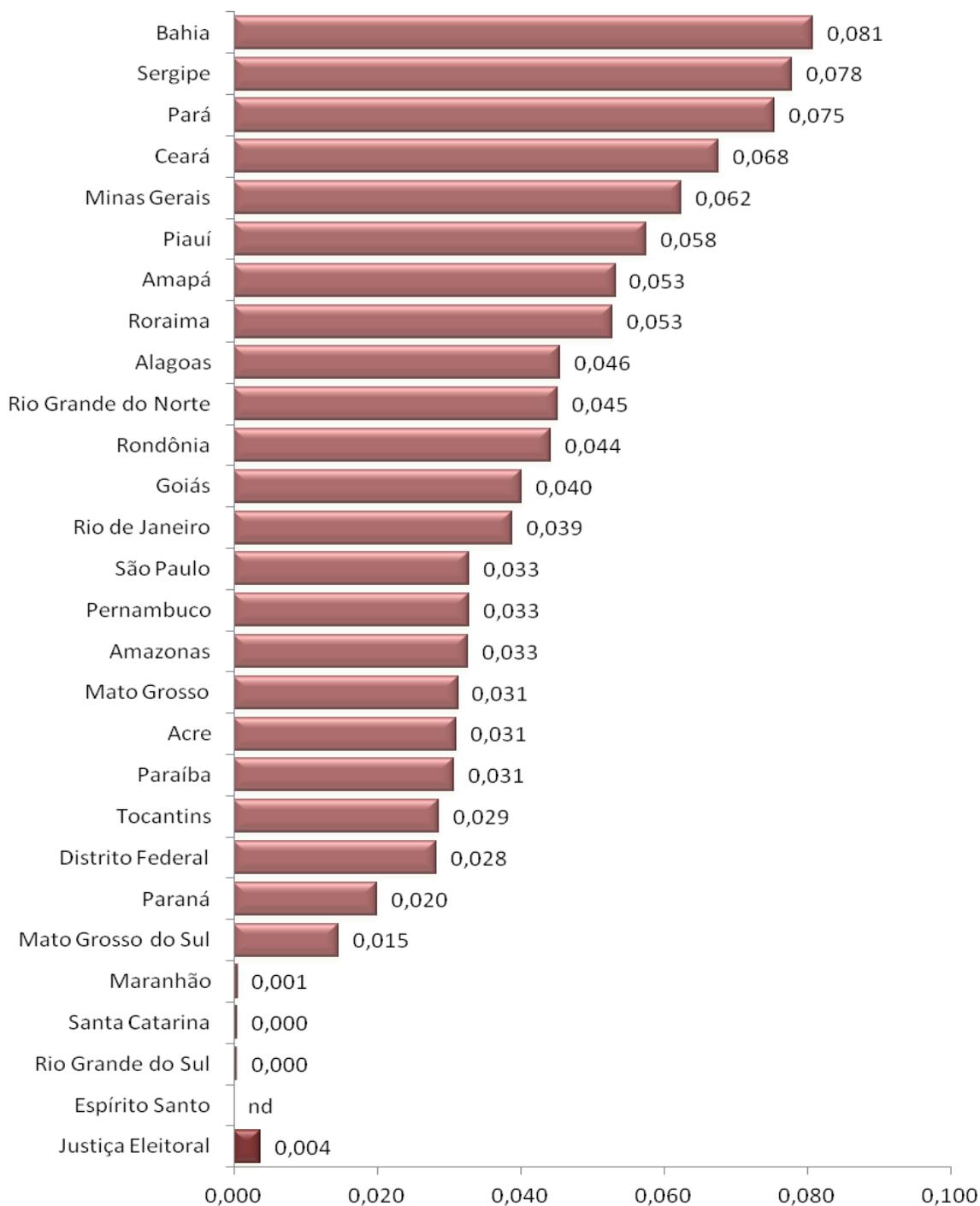
Tabela 1.29 Pm² - Força de Trabalho Total em Relação à Área Útil do Tribunal Regional Eleitoral (em metros quadrados).

Tribunal Regional Eleitoral	FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados do Tribunal Regional Eleitoral	m ² Util - Área Útil em Metros Quadrados do Tribunal Regional Eleitoral	Pm ² - Força de Trabalho Total em Relação à Área Útil do Tribunal Regional Eleitoral (em metros quadrados).
Acre	250	8.064	0,031
Alagoas	535	11.751	0,046
Amazonas	408	12.483	0,033
Amapá	311	5.843	0,053
Bahia	1.775	21.955	0,081
Ceará	1.228	18.147	0,068
Distrito Federal	784	27.766	0,028
Espírito Santo	391	nd	nd
Goiás	972	24.238	0,040
Maranhão	1.035	1.943.850	0,001
Minas Gerais	3.092	49.569	0,062
Mato Grosso do Sul	702	47.965	0,015
Mato Grosso	636	20.343	0,031
Pará	1.094	14.504	0,075
Paraíba	874	28.528	0,031
Pernambuco	1.527	46.496	0,033
Piauí	1.046	18.175	0,058
Paraná	1.813	90.914	0,020
Rio de Janeiro	2.200	56.629	0,039
Rio Grande do Norte	751	16.633	0,045
Rondônia	502	11.345	0,044
Roraima	214	4.052	0,053
Rio Grande do Sul	1.415	3.374.132	0,000
Santa Catarina	1.042	2.310.636	0,000
Sergipe	996	12.786	0,078
São Paulo	5.102	155.152	0,033
Tocantins	507	17.728	0,029
Justiça Eleitoral	31.202	8.349.684	0,004

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.29 Pm² - Força de Trabalho Total em Relação à Área Útil do Tribunal Regional Eleitoral (em metros quadrados).



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Pm² - Força de Trabalho Total em Relação à Área Útil do Tribunal Regional Eleitoral (em metros quadrados).

Finalidade: : Indicar o número total de força de trabalho em atividade (incluindo servidores efetivos, auxiliares e magistrados) em relação à área útil existente nos prédios dos órgãos integrantes da estrutura do Tribunal Regional Eleitoral e em seus cartórios eleitorais no ano-base.

Fórmula: $Pm^2 = FTT / m^2\text{util}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $FTT = TS + Mag$
- $m^2\text{Util}$ - Área Útil em Metros Quadrados do Tribunal Regional Eleitoral: A área construída (própria ou não) destinada pelos órgãos integrantes da estrutura do Tribunal Regional Eleitoral e de suas respectivas unidades judiciárias, à atividade-fim e à atividade de apoio administrativo no ano-base, desconsideradas as áreas utilizadas como jardins, creche, áreas de lazer, estacionamentos e museus.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

1.2.12. ProcML - Espaço Utilizado em Relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (em Metros Lineares) no Tribunal Regional Eleitoral.

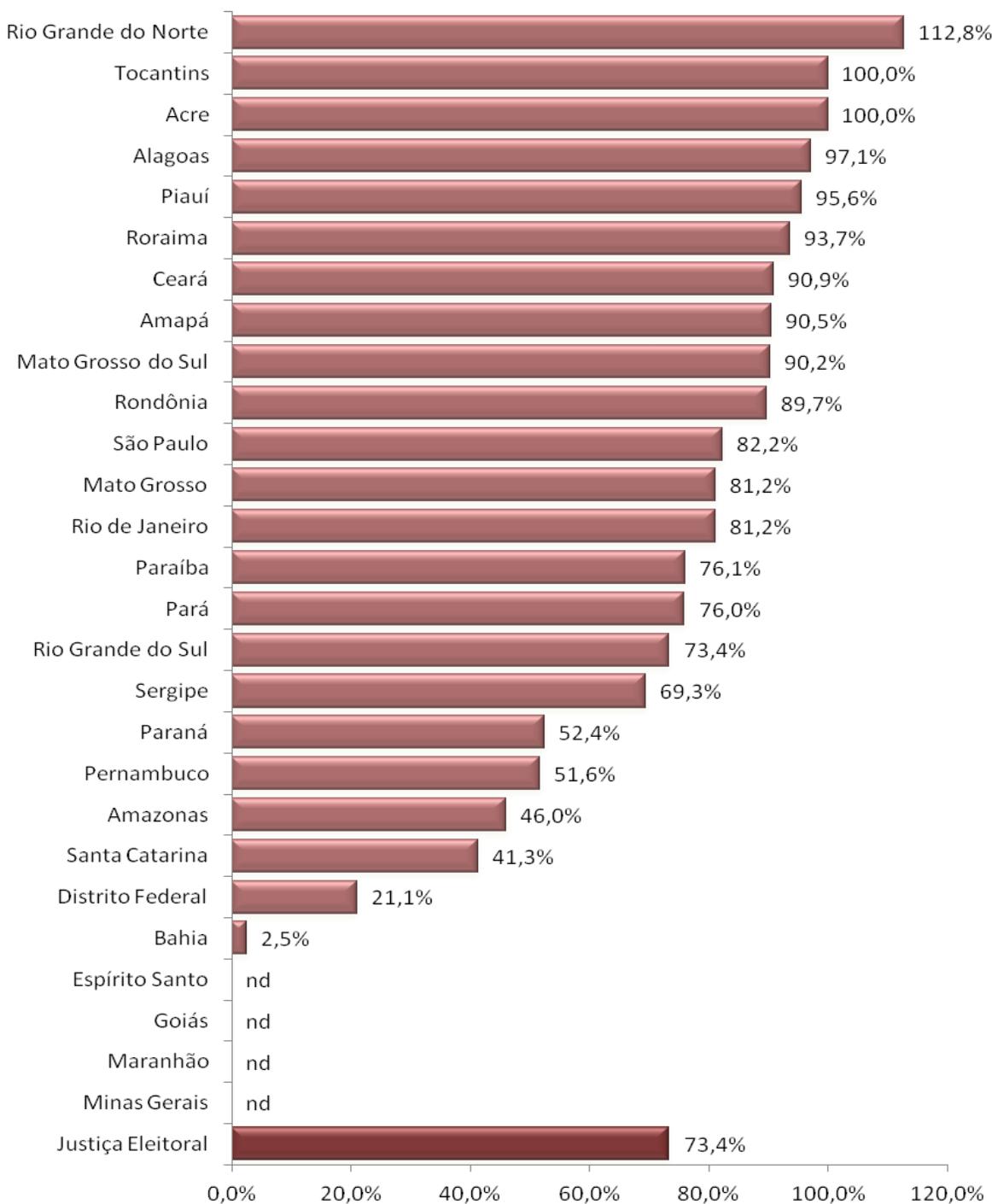
Tabela 1.30 ProcML - Espaço Utilizado em Relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (em Metros Lineares) no Tribunal Regional Eleitoral.

Tribunal Regional Eleitoral	MLUtilArq - Espaço Utilizado com Arquivo em metros lineares	MLDispArq - Espaço Disponível de Arquivo em metros lineares no Tribunal Regional Eleitoral	ProcML - Espaço Utilizado em Relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (em Metros Lineares) no Tribunal Regional Eleitoral.
Acre	679	679	100,0%
Alagoas	468	482	97,1%
Amazonas	766	1.667	46,0%
Amapá	38	42	90,5%
Bahia	15	589	2,5%
Ceará	300	330	90,9%
Distrito Federal	60	285	21,1%
Espírito Santo	nd	nd	nd
Goiás	nd	nd	nd
Maranhão	nd	nd	nd
Minas Gerais	nd	nd	nd
Mato Grosso do Sul	1.761	1.952	90,2%
Mato Grosso	3.226	3.973	81,2%
Pará	458	603	76,0%
Paraíba	4.321	5.681	76,1%
Pernambuco	291	564	51,6%
Piauí	239	250	95,6%
Paraná	2.180	4.160	52,4%
Rio de Janeiro	4.949	6.095	81,2%
Rio Grande do Norte	697	618	112,8%
Rondônia	1.599	1.782	89,7%
Roraima	682	728	93,7%
Rio Grande do Sul	439.196	598.286	73,4%
Santa Catarina	588	1.424	41,3%
Sergipe	319	460	69,3%
São Paulo	1.158	1.408	82,2%
Tocantins	170	170	100,0%
Justiça Eleitoral	464.160	632.228	73,4%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.30 ProcML - Espaço Utilizado em Relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (em Metros Lineares) no Tribunal Regional Eleitoral.



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

ProcML - Espaço Utilizado em Relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (em Metros Lineares) no Tribunal Regional Eleitoral.

Finalidade: Indicar a proporção, em metros lineares, do espaço utilizado com arquivamento de processos judiciais em relação ao espaço para arquivo disponível no Tribunal Regional Eleitoral e seus cartórios eleitorais no ano-base.

Fórmula: $\text{ProcML} = \text{MLUtilArq} / \text{MLDispArq}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- MLUtilArq - Espaço Utilizado com Arquivo em metros lineares: Espaço utilizado para arquivo de processos judiciais no Tribunal Regional Eleitoral e de suas respectivas unidades judiciárias, no ano-base. A metragem linear tem por base o comprimento das estantes e/ou a profundidade das gavetas dos arquivos de aço. E, ainda, para a documentação empacotada, amarrada ou amontoada utilizar-se-á a metragem cúbica, ou seja, comprimento \times altura \times largura das pilhas de documentos. Para conversão em metros lineares, multiplique o resultado obtido em m^3 por 12 (Fonte: Arquivo Nacional).
- MLDispArq - Espaço Disponível de Arquivo em metros lineares no Tribunal Regional Eleitoral: Espaço disponibilizado para arquivo de processos judiciais no Tribunal Regional Eleitoral e de suas respectivas unidades judiciárias, no ano-base. A metragem linear tem por base o comprimento das estantes e/ou a profundidade das gavetas dos arquivos de aço. E, ainda, para a documentação empacotada, amarrada ou amontoada utilizar-se-á a metragem cúbica, ou seja, comprimento \times altura \times largura das pilhas de documentos. Para conversão em metros lineares, multiplique o resultado obtido em m^3 por 12 (Fonte: Arquivo Nacional).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

1.2.13. UEMC - Espaço Utilizado em Relação ao Espaço Disponível para Armazenamento de Urnas Eletrônicas (em Metros Cúbicos) no Tribunal Regional Eleitoral.

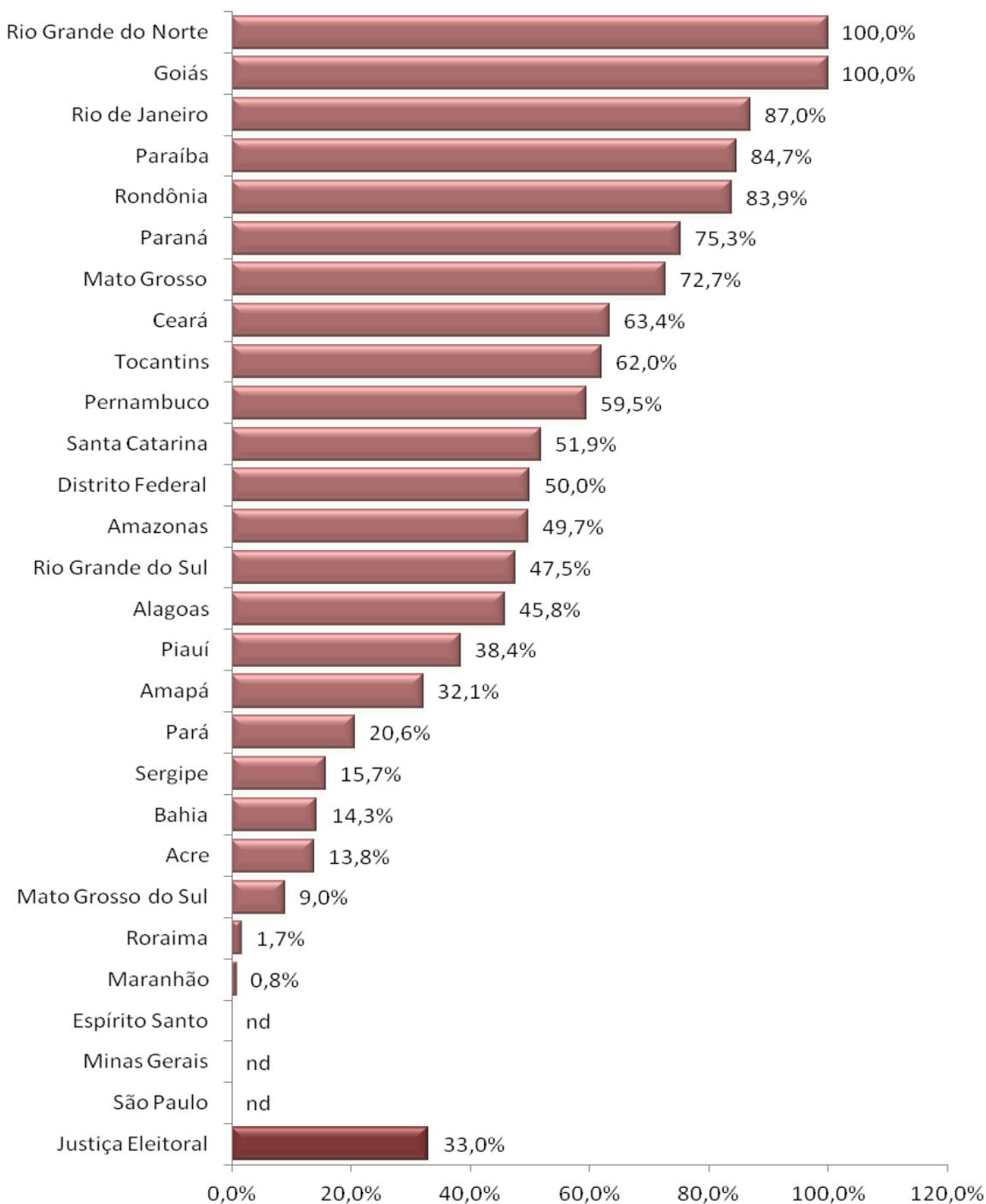
Tabela 1.31 UEMC - Espaço Utilizado em Relação ao Espaço Disponível para Armazenamento de Urnas Eletrônicas (em Metros Cúbicos) no Tribunal Regional Eleitoral.

Tribunal Regional Eleitoral	MCUtilUrna - Espaço Utilizado com Armazenamento da Urna Eletrônica, em metros cúbicos no Tribunal Regional Eleitoral	MCDispUrna - Espaço Disponível para Armazenamento da Urna Eletrônica em metros cúbicos no Tribunal Regional Eleitoral	UEMC - Espaço Utilizado em Relação ao Espaço Disponível para Armazenamento de Urnas Eletrônicas (em Metros Cúbicos) no Tribunal Regional Eleitoral.
Acre	145	1.054	13,8%
Alagoas	2.320	5.066	45,8%
Amazonas	904	1.818	49,7%
Amapá	135	420	32,1%
Bahia	4.373	30.613	14,3%
Ceará	2.326	3.671	63,4%
Distrito Federal	2.890	5.780	50,0%
Espírito Santo	nd	nd	nd
Goiás	7.021	7.021	100,0%
Maranhão	13.070	1.544.804	0,8%
Minas Gerais	3.013	nd	nd
Mato Grosso do Sul	472	5.245	9,0%
Mato Grosso	48	66	72,7%
Pará	1.128	5.486	20,6%
Paraíba	542	640	84,7%
Pernambuco	12.339	20.732	59,5%
Piauí	2.363	6.154	38,4%
Paraná	1.626	2.160	75,3%
Rio de Janeiro	10.938	12.573	87,0%
Rio Grande do Norte	2.786	2.786	100,0%
Rondônia	2.527	3.011	83,9%
Roraima	69	4.035	1,7%
Rio Grande do Sul	829.931	1.745.482	47,5%
Santa Catarina	626.486	1.207.442	51,9%
Sergipe	538	3.435	15,7%
São Paulo	47.934	nd	nd
Tocantins	228	368	62,0%
Justiça Eleitoral	1.576.152	4.619.862	33,0%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.31 UEMC - Espaço Utilizado em Relação ao Espaço Disponível para Armazenamento de Urnas Eletrônicas (em Metros Cúbicos) no Tribunal Regional Eleitoral.



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

UEMC - Espaço Utilizado em Relação ao Espaço Disponível para Armazenamento de Urnas Eletrônicas (em Metros Cúbicos) no Tribunal Regional Eleitoral.

Finalidade: Indicar a proporção, em metros cúbicos, do espaço utilizado com armazenamento de urnas em relação ao espaço para armazenamento disponível no Tribunal Regional Eleitoral e seus cartórios eleitorais no ano-base.

Fórmula: $UEMC = MCUtilUrna / MCDispUrna$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- MCUtilUrna - Espaço Utilizado com Armazenamento da Urna Eletrônica, em metros cúbicos no Tribunal Regional Eleitoral: Espaço utilizado para armazenamento de urnas no Tribunal Regional Eleitoral e suas respectivas unidades judiciárias, no ano-base. Considerando-se as medidas da caixa da urna modelo 2009: 23 (altura) x 42,5 (largura) x 52,5 (comprimento) = 51,32 cm³ é prudente reservar um espaço com 55cm³ para cada urna eletrônica.
- MCDispUrna - Espaço Disponível para Armazenamento da Urna Eletrônica em metros cúbicos no Tribunal Regional Eleitoral: Espaço disponibilizado para armazenamento de urnas eletrônicas no Tribunal Regional Eleitoral e suas respectivas unidades judiciárias, no ano-base.

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

2.1.1. Cn2º - Casos Novos no 2º Grau

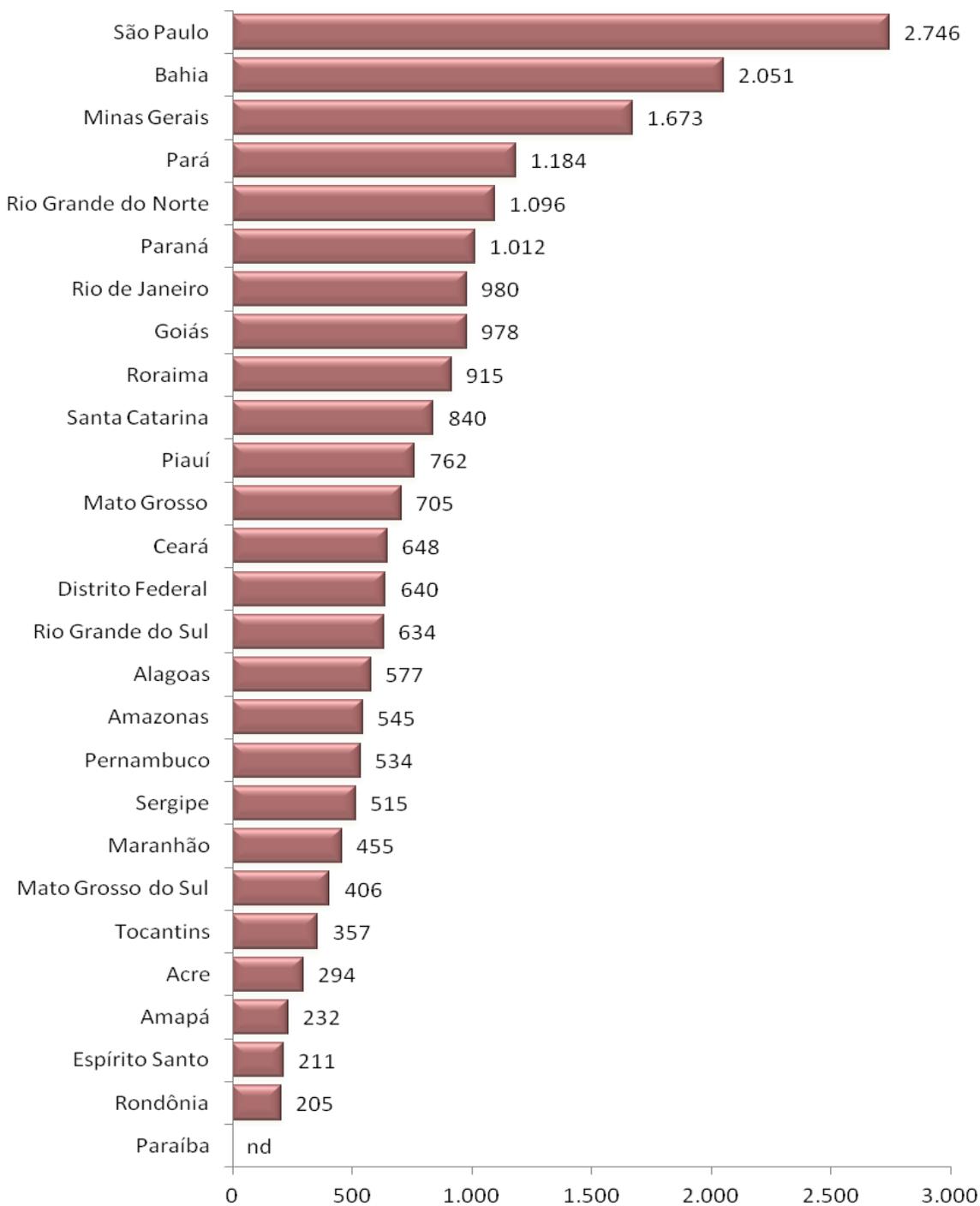
Tabela 2.1 - Cn2º - Casos Novos no 2º Grau

Tribunal Regional Eleitoral	CnCrim2º - Casos Novos Criminais no 2º Grau	CnNCrim2º - Casos Novos Não-Criminais no 2º Grau	Cn2º - Casos Novos no 2º Grau
Acre	5	289	294
Alagoas	14	563	577
Amazonas	4	541	545
Amapá	3	229	232
Bahia	10	2.041	2.051
Ceará	7	641	648
Distrito Federal	20	620	640
Espírito Santo	17	194	211
Goiás	20	958	978
Maranhão	12	443	455
Minas Gerais	140	1.533	1.673
Mato Grosso do Sul	10	396	406
Mato Grosso	20	685	705
Pará	9	1.175	1.184
Paraíba	nd	nd	nd
Pernambuco	18	516	534
Piauí	22	740	762
Paraná	27	985	1.012
Rio de Janeiro	123	857	980
Rio Grande do Norte	9	1.087	1.096
Rondônia	30	175	205
Roraima	3	912	915
Rio Grande do Sul	40	594	634
Santa Catarina	33	807	840
Sergipe	11	504	515
São Paulo	68	2.678	2.746
Tocantins	21	336	357
Justiça Eleitoral	696	20.499	21.195

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.1 - Cn2º - Casos Novos no 2º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Cn2º - Casos Novos no 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados no 2º Grau do Tribunal Regional Eleitoral no período-base (semestre).

Fórmula: $Cn2º = CnCrim2º + CnNCrim2º$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnCrim2º - Casos Novos Criminais no 2º Grau: Os processos criminais originários e os em grau de recurso oriundos da Justiça Eleitoral de 1º Grau, autuados no 2º Grau da Justiça Eleitoral no período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (Embargos de Declaração, Agravos Regimentais, Pedidos de Reconsideração, os recursos contra decisão monocrática de juiz substituto e as correções parciais) e os recursos externos (Recursos Ordinários, Recursos Especiais Eleitorais e Agravos de Instrumento), e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- CnNCrim2º - Casos Novos Não-Criminais no 2º Grau: Os processos não-criminais originários e os em grau de recurso oriundos da Justiça Eleitoral de 1º Grau, autuados no 2º Grau da Justiça Eleitoral no período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (Embargos de Declaração, Agravos Regimentais, Pedidos de Reconsideração, os recursos contra decisão monocrática de juiz substituto e as correções parciais) e os recursos externos (Recursos Ordinários, Recursos Especiais Eleitorais e Agravos de Instrumento), e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

2.1.2. Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau

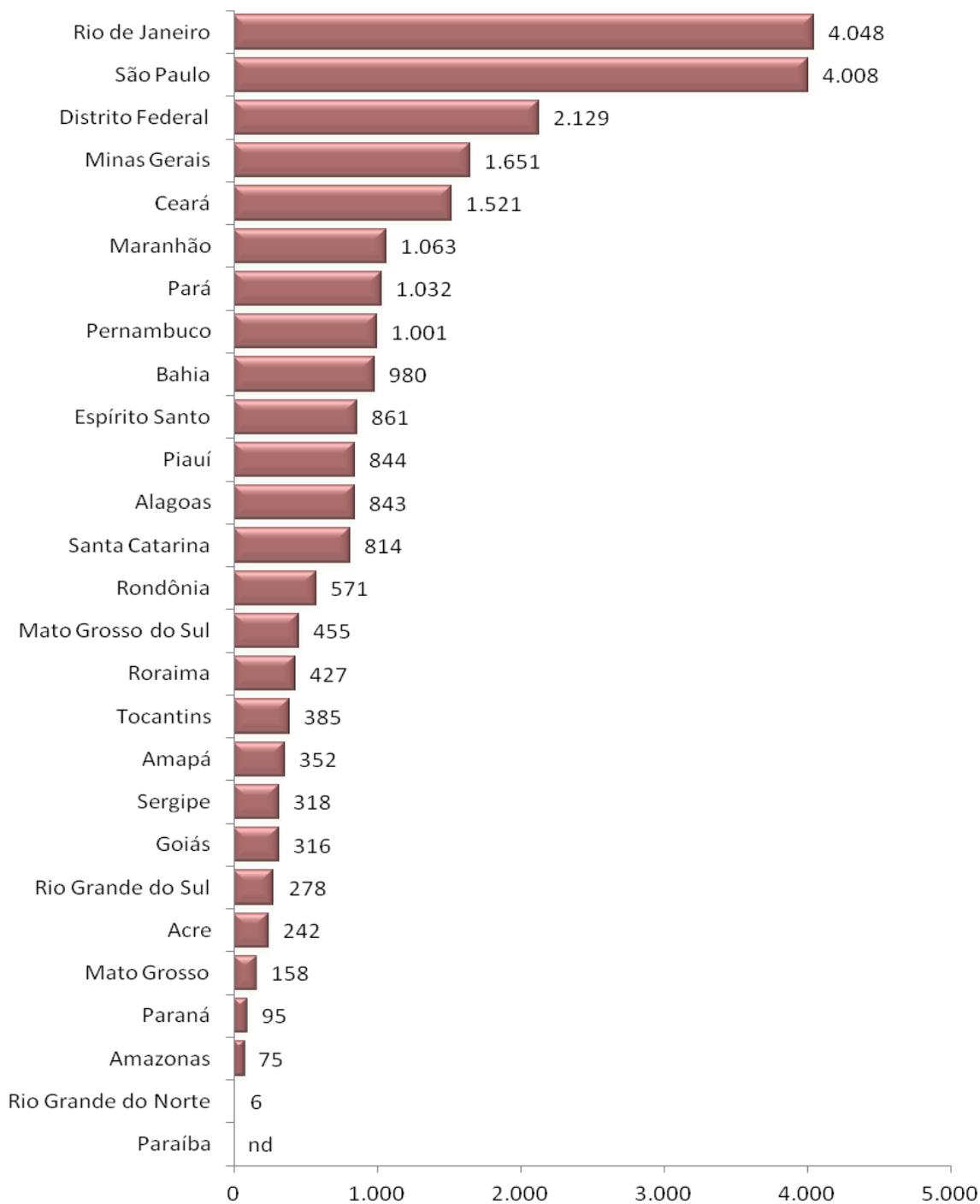
Tabela 2.2 - Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau

Tribunal Regional Eleitoral	CpCrim2º - Casos Pendentes Criminais no 2º Grau da Justiça Eleitoral	CpNCrim2º - Casos Pendentes Não-Criminais no 2º Grau da Justiça Eleitoral	Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau
Acre	3	239	242
Alagoas	37	806	843
Amazonas	0	75	75
Amapá	9	343	352
Bahia	22	958	980
Ceará	13	1.508	1.521
Distrito Federal	5	2.124	2.129
Espírito Santo	9	852	861
Goiás	18	298	316
Maranhão	15	1.048	1.063
Minas Gerais	23	1.628	1.651
Mato Grosso do Sul	4	451	455
Mato Grosso	3	155	158
Pará	13	1.019	1.032
Paraíba	nd	nd	nd
Pernambuco	29	972	1.001
Piauí	25	819	844
Paraná	0	95	95
Rio de Janeiro	129	3.919	4.048
Rio Grande do Norte	4	2	6
Rondônia	10	561	571
Roraima	3	424	427
Rio Grande do Sul	32	246	278
Santa Catarina	40	774	814
Sergipe	8	310	318
São Paulo	50	3.958	4.008
Tocantins	23	362	385
Justiça Eleitoral	527	23.946	24.473

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.2 - Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos pendentes no 2º Grau do Tribunal Regional Eleitoral no início do período-base (semestre).

Fórmula: $Cp2º = CpCrim2º + CpNCrim2º$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CpCrim2º - Casos Pendentes Criminais no 2º Grau da Justiça Eleitoral: Saldo residual de processos criminais originários ou em grau de recurso que foram autuados no 2º Grau da Justiça Eleitoral até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados no 2º Grau no final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (Embargos de Declaração, Agravos Regimentais, Pedidos de Reconsideração, os recursos contra decisão monocrática de Juiz Substituto e as correções parciais) e os recursos externos (Recursos Ordinários, Recursos Especiais Eleitorais e Agravos de Instrumento), e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- CpNCrim2º - Casos Pendentes Não-Criminais no 2º Grau da Justiça Eleitoral: Saldo residual de processos não-criminais originários ou em grau de recurso que foram autuados no 2º Grau da Justiça Eleitoral até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados no 2º Grau no final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (Embargos de Declaração, Agravos Regimentais, Pedidos de Reconsideração, os recursos contra decisão monocrática de Juiz Substituto e as correções parciais) e os recursos externos (Recursos Ordinários, Recursos Especiais Eleitorais e Agravos de Instrumento), e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

2.1.3. T Baix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau

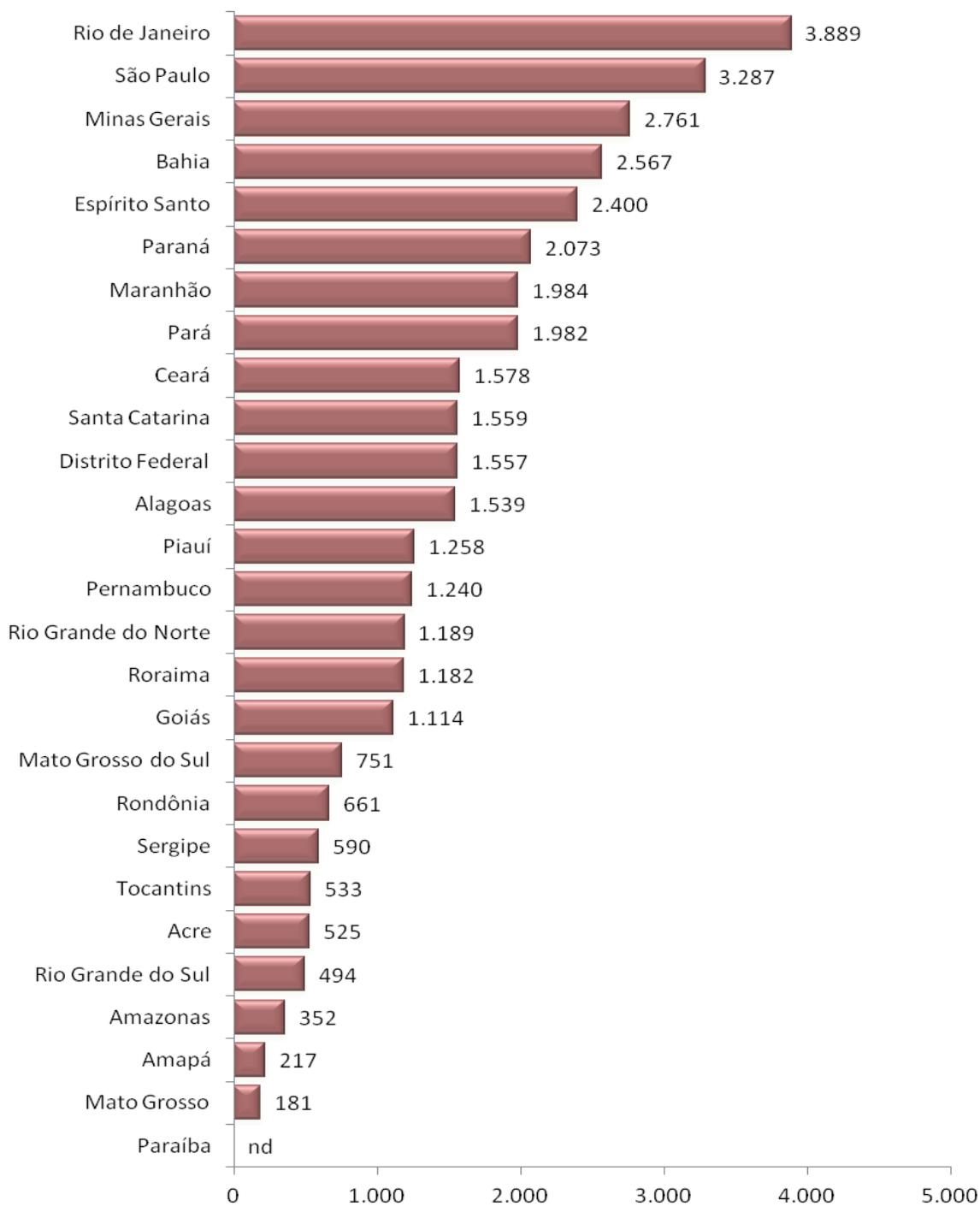
Tabela 2.3 - T Baix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau

Tribunal Regional Eleitoral	T BaixCrim2º - Total de Processos Criminais Baixados no 2º Grau	T BaixNCrim2º - Total de Processos Não-Criminais Baixados no 2º Grau	T Baix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau
Acre	4	521	525
Alagoas	3	1.536	1.539
Amazonas	3	349	352
Amapá	4	213	217
Bahia	10	2.557	2.567
Ceará	8	1.570	1.578
Distrito Federal	39	1.518	1.557
Espírito Santo	53	2.347	2.400
Goiás	18	1.096	1.114
Maranhão	27	1.957	1.984
Minas Gerais	136	2.625	2.761
Mato Grosso do Sul	4	747	751
Mato Grosso	6	175	181
Pará	9	1.973	1.982
Paraíba	nd	nd	nd
Pernambuco	24	1.216	1.240
Piauí	14	1.244	1.258
Paraná	32	2.041	2.073
Rio de Janeiro	69	3.820	3.889
Rio Grande do Norte	17	1.172	1.189
Rondônia	18	643	661
Roraima	1	1.181	1.182
Rio Grande do Sul	17	477	494
Santa Catarina	44	1.515	1.559
Sergipe	17	573	590
São Paulo	34	3.253	3.287
Tocantins	24	509	533
Justiça Eleitoral	635	36.828	37.463

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.3 - TBaix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

TBaix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de Processos Baixados no 2º Grau do Tribunal Regional Eleitoral durante o período-base (semestre).

Fórmula: $TBaix2º = TBaixCrim2º + TBaixNCrim2º$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

· TBaixCrim2º - Total de Processos Criminais Baixados no 2º Grau : Os processos criminais originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que foram baixados no 2º Grau da Justiça Eleitoral no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores ou inferiores; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Não são contabilizados os recursos internos (Embargos de Declaração, Agravos Regimentais, Pedidos de Reconsideração, os recursos contra decisão monocrática de Juiz Substituto e as correções parciais) e os recursos externos (Recursos Ordinários, Recursos Especiais Eleitorais e Agravos de Instrumento). Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas nas variáveis CnCrim2º - Casos Novos Criminais no 2º Grau.

· TBaixNCrim2º - Total de Processos Não-Criminais Baixados no 2º Grau : Os processos não-criminais originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que foram baixados no 2º Grau da Justiça Eleitoral no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores ou inferiores; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Não são contabilizados os recursos internos (Embargos de Declaração, Agravos Regimentais, Pedidos de Reconsideração, os recursos contra decisão monocrática de Juiz Substituto e as correções parciais) e os recursos externos (Recursos Ordinários, Recursos Especiais Eleitorais e Agravos de Instrumento). Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas nas variáveis CnNCrim2º - Casos Novos Não-Criminais no 2º Grau.

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

2.1.4. Dec2º - Total de Decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau

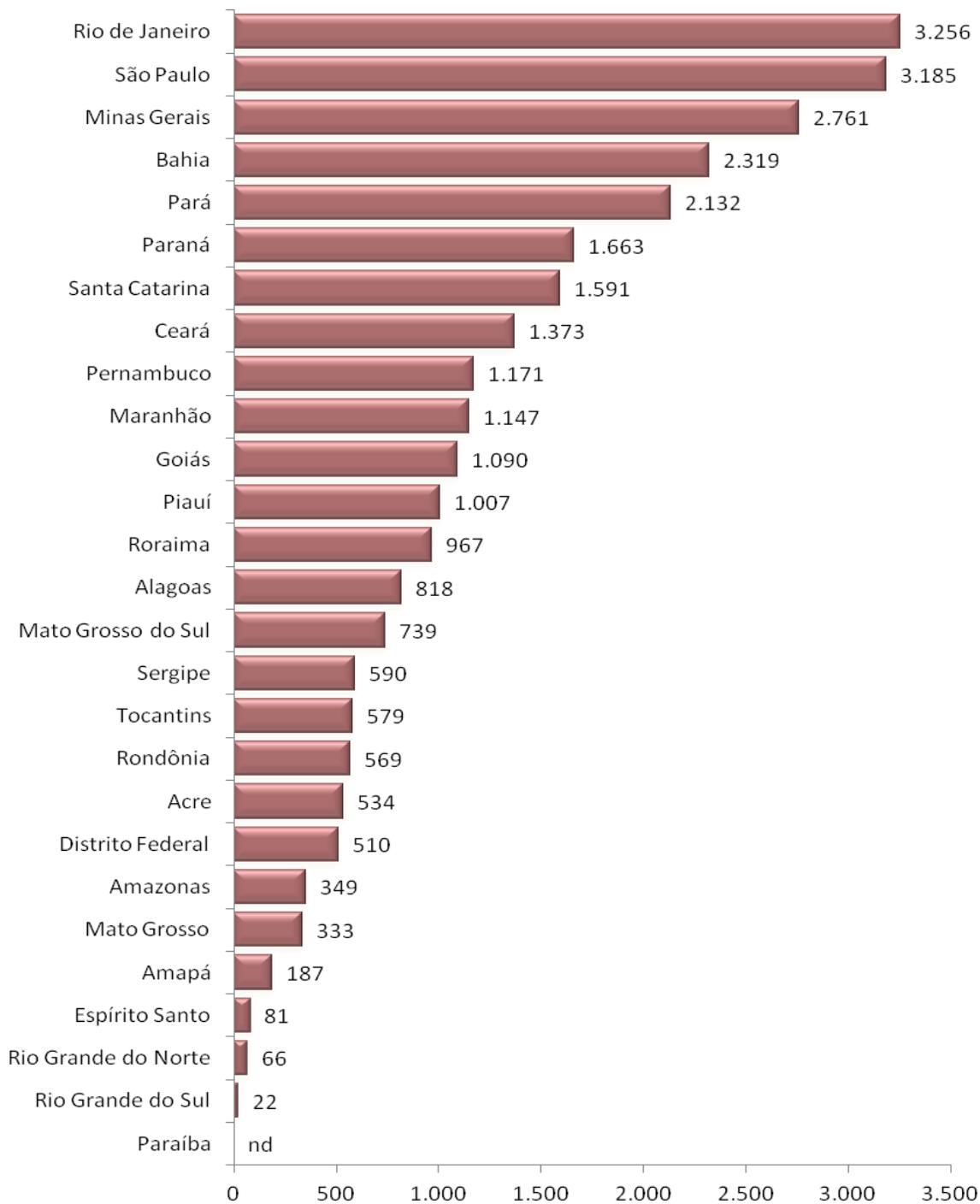
Tabela 2.4 - Dec2º - Total de Decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau

Tribunal Regional Eleitoral	DecCrim2º - Decisões que Põem Fim à Relação Processual Criminal no 2º Grau da Justiça Eleitoral	DecNCrim2º - Decisões que Põem Fim à Relação Processual Não-Criminal no 2º Grau da Justiça Eleitoral	Dec2º - Total de Decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau
Acre	4	530	534
Alagoas	78	740	818
Amazonas	3	346	349
Amapá	2	185	187
Bahia	22	2.297	2.319
Ceará	13	1.360	1.373
Distrito Federal	9	501	510
Espírito Santo	4	77	81
Goiás	26	1.064	1.090
Maranhão	8	1.139	1.147
Minas Gerais	136	2.625	2.761
Mato Grosso do Sul	10	729	739
Mato Grosso	27	306	333
Pará	13	2.119	2.132
Paraíba	nd	nd	nd
Pernambuco	25	1.146	1.171
Piauí	14	993	1.007
Paraná	38	1.625	1.663
Rio de Janeiro	103	3.153	3.256
Rio Grande do Norte	6	60	66
Rondônia	22	547	569
Roraima	1	966	967
Rio Grande do Sul	0	22	22
Santa Catarina	38	1.553	1.591
Sergipe	17	573	590
São Paulo	70	3.115	3.185
Tocantins	18	561	579
Justiça Eleitoral	707	28.332	29.039

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.4 - Dec2º - Total de Decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Dec2º - Total de Decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de Decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau do Tribunal Regional Eleitoral no período-base (semestre).

Fórmula: $Dec2º = DecCrim2º + DecNCrim2º$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

· DecCrim2º - Decisões que Põem Fim à Relação Processual Criminal no 2º Grau da Justiça Eleitoral: Todas as decisões colegiadas e monocráticas que põem fim à relação processual criminal no 2º Grau da Justiça Eleitoral, excluindo os despachos de mero expediente, as decisões interlocutórias no período-base (semestre). Havendo mais de uma decisão no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Devem Incluir-se apenas as decisões nas classes processuais compreendidas nas variáveis CnCrim2º - Casos Novos Criminais no 2º Grau.

· DecNCrim2º - Decisões que Põem Fim à Relação Processual Não-Criminal no 2º Grau da Justiça Eleitoral: Todas as decisões colegiadas e monocráticas que põem fim à relação processual não-criminal no 2º Grau da Justiça Eleitoral, excluindo os despachos de mero expediente, as decisões interlocutórias no período-base (semestre). Havendo mais de uma decisão no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Devem Incluir-se apenas as decisões nas classes processuais compreendidas nas variáveis CnNCrim2º - Casos Novos Não-Criminais no 2º Grau.

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

2.1.5. Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no Tribunal Regional Eleitoral

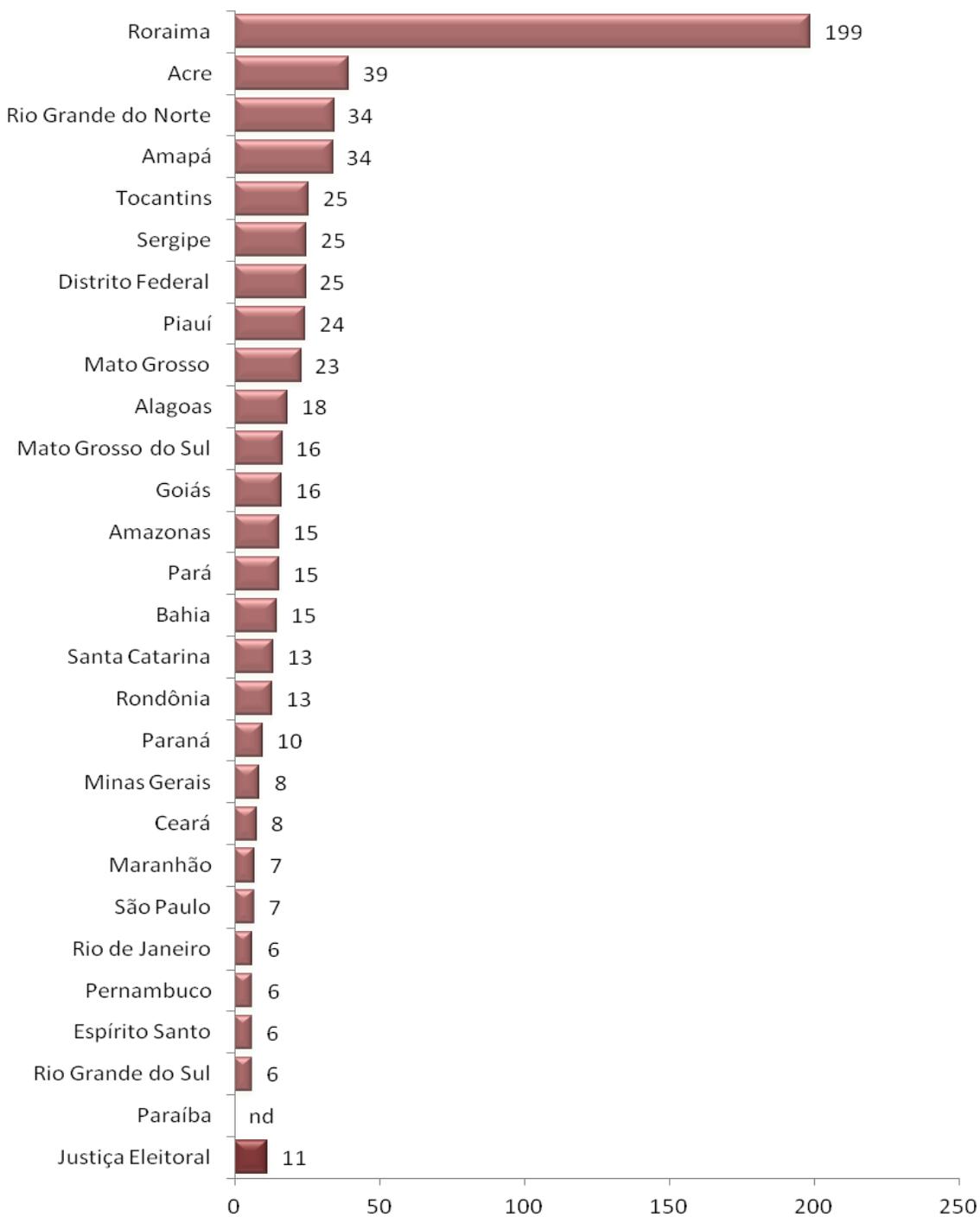
Tabela 2.5 - Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no Tribunal Regional Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	Cn2º - Casos Novos no 2º Grau	h2 - Número de Habitantes Dividido por 100.000	Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no Tribunal Regional Eleitoral
Acre	294	7	39
Alagoas	577	31	18
Amazonas	545	35	15
Amapá	232	7	34
Bahia	2.051	141	15
Ceará	648	85	8
Distrito Federal	640	26	25
Espírito Santo	211	35	6
Goiás	978	61	16
Maranhão	455	66	7
Minas Gerais	1.673	197	8
Mato Grosso do Sul	406	25	16
Mato Grosso	705	31	23
Pará	1.184	77	15
Paraíba	nd	38	nd
Pernambuco	534	89	6
Piauí	762	31	24
Paraná	1.012	105	10
Rio de Janeiro	980	161	6
Rio Grande do Norte	1.096	32	34
Rondônia	205	16	13
Roraima	915	5	199
Rio Grande do Sul	634	107	6
Santa Catarina	840	63	13
Sergipe	515	21	25
São Paulo	2.746	416	7
Tocantins	357	14	25
Justiça Eleitoral	21.195	1.924	11

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.5 - Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no Tribunal Regional Eleitoral



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no Tribunal Regional Eleitoral

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram no 2º Grau da Justiça Eleitoral para cada 100.000 habitantes do estado no período-base (semestre).

Fórmula: $Ch2º = Cn2º / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $Cn2º = CnCrim2º + CnNCrim2º$
- h2 - Número de Habitantes Dividido por 100.000: Número de habitantes do Estado baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

2.1.6. Cm2º - Casos Novos por Magistrado no Tribunal Regional Eleitoral

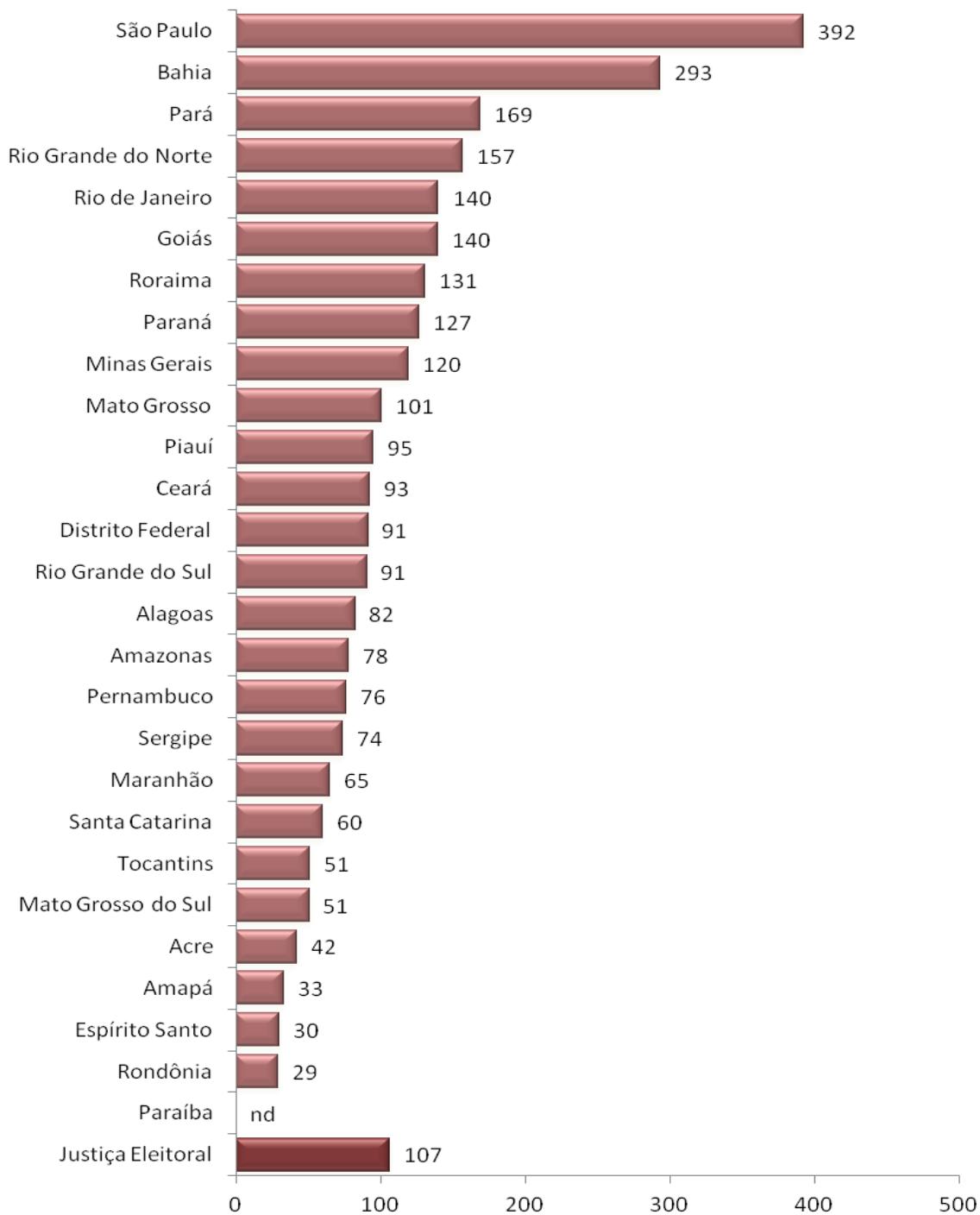
Tabela 2.6 - Cm2º - Casos Novos por Magistrado no Tribunal Regional Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	Cn2º - Casos Novos no 2º Grau	Mag2º - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 2º Grau	Cm2º - Casos Novos por Magistrado no Tribunal Regional Eleitoral
Acre	294	7	42
Alagoas	577	7	82
Amazonas	545	7	78
Amapá	232	7	33
Bahia	2.051	7	293
Ceará	648	7	93
Distrito Federal	640	7	91
Espírito Santo	211	7	30
Goiás	978	7	140
Maranhão	455	7	65
Minas Gerais	1.673	14	120
Mato Grosso do Sul	406	8	51
Mato Grosso	705	7	101
Pará	1.184	7	169
Paraíba	nd	7	nd
Pernambuco	534	7	76
Piauí	762	8	95
Paraná	1.012	8	127
Rio de Janeiro	980	7	140
Rio Grande do Norte	1.096	7	157
Rondônia	205	7	29
Roraima	915	7	131
Rio Grande do Sul	634	7	91
Santa Catarina	840	14	60
Sergipe	515	7	74
São Paulo	2.746	7	392
Tocantins	357	7	51
Justiça Eleitoral	21.195	206	107

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.6 - Cm2º - Casos Novos por Magistrado no Tribunal Regional Eleitoral



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Cm2º - Casos Novos por Magistrado no Tribunal Regional Eleitoral

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram no 2º Grau da Justiça Eleitoral para cada cargo de magistrado no período-base (semestre).

Fórmula: $Cm2º = Cn2º / Mag2º$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $Cn2º = CnCrim2º + CnNCrim2º$
- Mag2º - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 2º Grau: Número de cargos de Magistrado existentes no 2º Grau da Justiça Eleitoral no final do ano-base, providos ou não.

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

2.1.7. Cs2º - Casos Novos por Servidor no Tribunal Regional Eleitoral

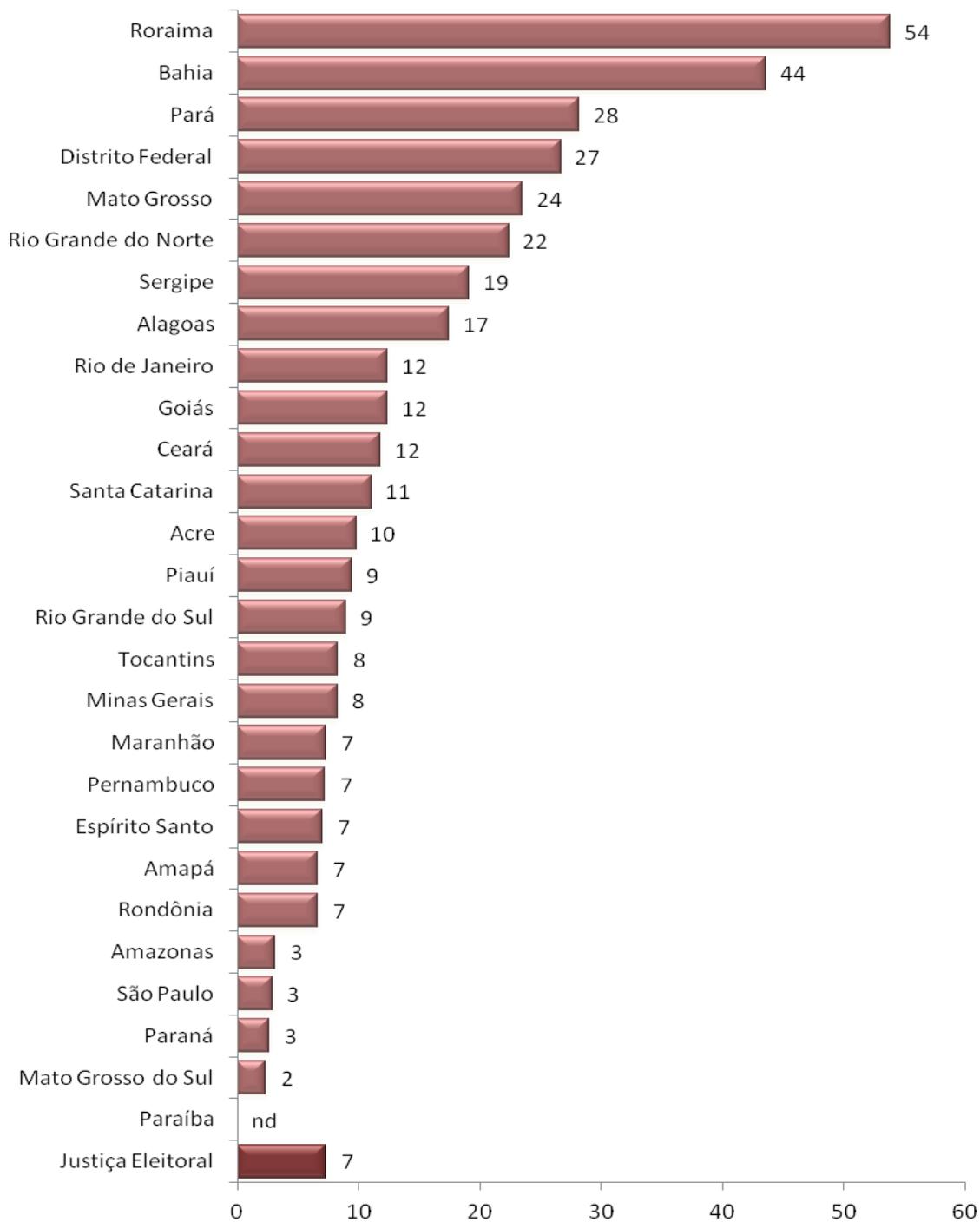
Tabela 2.7 - Cs2º - Casos Novos por Servidor no Tribunal Regional Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	Cn2º - Casos Novos no 2º Grau	SaJud2º - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária do 2º Grau	Cs2º - Casos Novos por Servidor no Tribunal Regional Eleitoral
Acre	294	30	10
Alagoas	577	33	17
Amazonas	545	176	3
Amapá	232	35	7
Bahia	2.051	47	44
Ceará	648	55	12
Distrito Federal	640	24	27
Espírito Santo	211	30	7
Goiás	978	79	12
Maranhão	455	62	7
Minas Gerais	1.673	203	8
Mato Grosso do Sul	406	172	2
Mato Grosso	705	30	24
Pará	1.184	42	28
Paraíba	nd	53	nd
Pernambuco	534	74	7
Piauí	762	81	9
Paraná	1.012	384	3
Rio de Janeiro	980	79	12
Rio Grande do Norte	1.096	49	22
Rondônia	205	31	7
Roraima	915	17	54
Rio Grande do Sul	634	71	9
Santa Catarina	840	76	11
Sergipe	515	27	19
São Paulo	2.746	955	3
Tocantins	357	43	8
Justiça Eleitoral	21.195	2.958	7

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.7 - Cs2º - Casos Novos por Servidor no Tribunal Regional Eleitoral



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Cs2º - Casos Novos por Servidor no Tribunal Regional Eleitoral

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram no 2º Grau da Justiça Eleitoral para cada servidor lotado na área judiciária no período-base (semestre).

Fórmula: $Cs2º = Cn2º / SaJud2º$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

· $Cn2º = CnCrim2º + CnNCrim2º$

· SaJud2º - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária do 2º Grau: Número total de servidores lotados na área judiciária do 2º grau da Justiça Estadual, em efetiva atividade no final do período-base (semestre), abrangendo os servidores efetivos (exceto cedidos), os requisitados e os ocupantes apenas de cargo em comissão.

Considera-se área judiciária os setores que impulsionam diretamente a tramitação do processo judicial, tais como: protocolo judicial, distribuição, gabinetes, contadoria, precatórios, secretarias judiciárias, centrais de mandados, taquigrafias, estenotipia, setores de processamentos de autos, hastas públicas, perícia (contábil, médica, de serviço social e de psicologia), central de conciliação, setores de admissibilidade de recursos, arquivo.

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

2.1.8. K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no Tribunal Regional Eleitoral

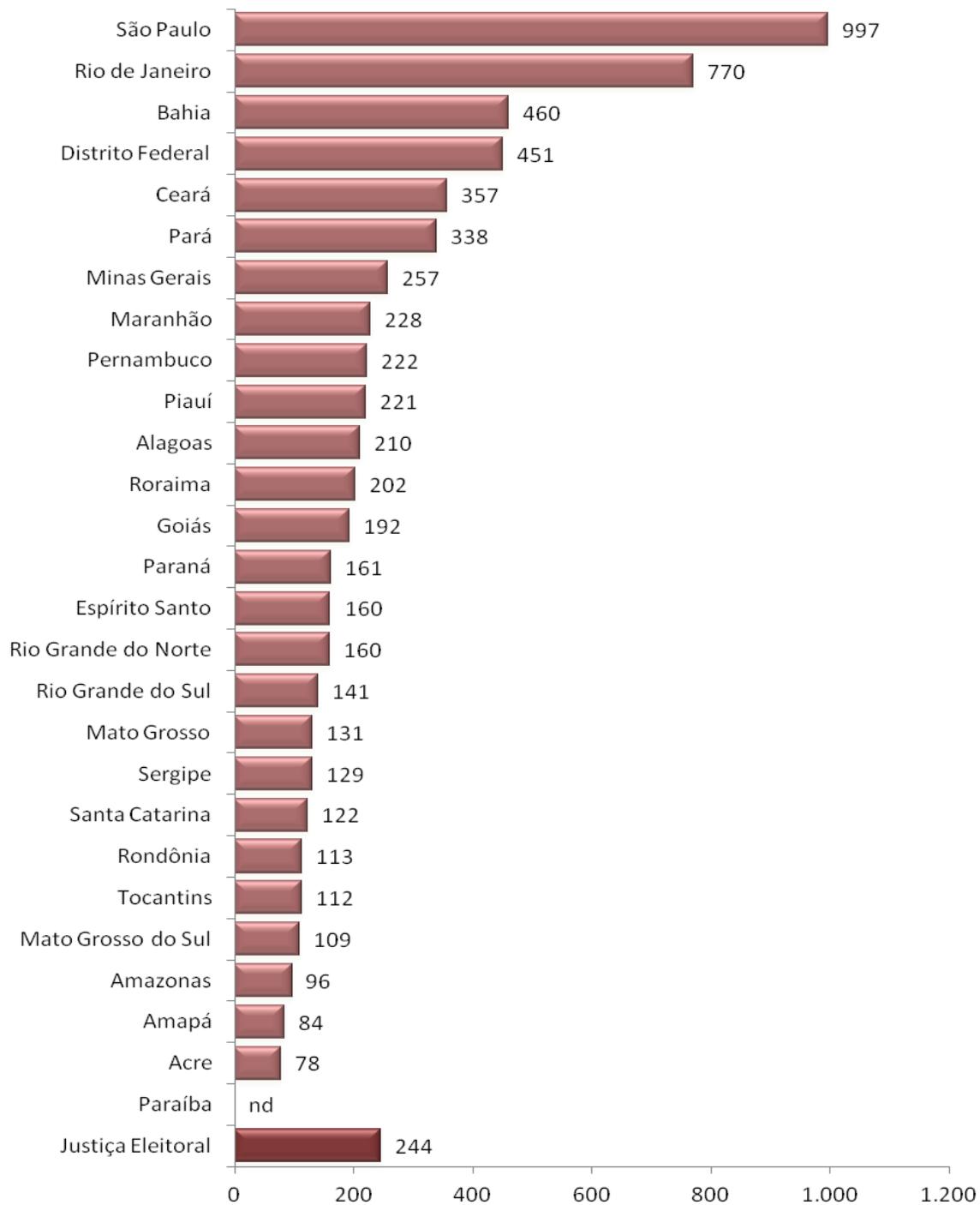
Tabela 2.8 - K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no Tribunal Regional Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	Cn2º - Casos Novos no 2º Grau	Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau	RInt2º - Recursos Internos no 2º Grau	RIntP2º - Recursos Internos Pendentes no 2º Grau	Mag2º - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 2º Grau	K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no Tribunal Regional Eleitoral
Acre	294	242	12	0	7	78
Alagoas	577	843	31	17	7	210
Amazonas	545	75	53	0	7	96
Amapá	232	352	1	1	7	84
Bahia	2.051	980	189	0	7	460
Ceará	648	1.521	144	187	7	357
Distrito Federal	640	2.129	27	360	7	451
Espírito Santo	211	861	38	13	7	160
Goiás	978	316	47	5	7	192
Maranhão	455	1.063	58	17	7	228
Minas Gerais	1.673	1.651	257	11	14	257
Mato Grosso do Sul	406	455	12	1	8	109
Mato Grosso	705	158	48	4	7	131
Pará	1.184	1.032	143	8	7	338
Paraíba	nd	nd	nd	nd	7	nd
Pernambuco	534	1.001	17	4	7	222
Piauí	762	844	148	12	8	221
Paraná	1.012	95	177	0	8	161
Rio de Janeiro	980	4.048	344	21	7	770
Rio Grande do Norte	1.096	6	20	0	7	160
Rondônia	205	571	15	2	7	113
Roraima	915	427	70	2	7	202
Rio Grande do Sul	634	278	73	0	7	141
Santa Catarina	840	814	56	0	14	122
Sergipe	515	318	57	16	7	129
São Paulo	2.746	4.008	198	27	7	997
Tocantins	357	385	39	2	7	112
Justiça Eleitoral	21.195	24.473	2.274	710	206	244

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.8 - K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no Tribunal Regional Eleitoral



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no Tribunal Regional Eleitoral

Finalidade: Indicar a carga de trabalho dos magistrados do 2º Grau da Justiça Eleitoral no período-base (semestre).

Fórmula: $K2º = (Cn2º + Cp2º + RInt2º + RIntP2º) / Mag2º$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $Cn2º = CnCrim2º + CnNCrim2º$
- $Cp2º = CpCrim2º + CpNCrim2º$
- **RInt2º - Recursos Internos no 2º Grau:** Os recursos interpostos de decisão no 2º Grau para julgamento no mesmo grau de jurisdição, no período base (semestre), abrangendo os embargos de declaração e infringentes, os agravos regimentais, os agravos do art. 557 do CPC e outros recursos regimentais.
- **RIntP2º - Recursos Internos Pendentes no 2º Grau:** Saldo residual de recursos interpostos até o final do período anterior ao período-base (semestre), contra decisão do 2º Grau, para julgamento no mesmo grau de jurisdição e que não foram decididos até o final do período anterior ao período-base (semestre), abrangendo embargos de declaração e infringentes, os agravos regimentais, os agravos do art. 557 do CPC e outros recursos regimentais.
- **Mag2º - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 2º Grau:** Número de cargos de Magistrado existentes no 2º Grau da Justiça Eleitoral no final do ano-base, providos ou não.

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

2.1.9. TC2º - Taxa de Congestionamento no Tribunal Regional Eleitoral

Tabela 2.9 - TC2º - Taxa de Congestionamento no Tribunal Regional Eleitoral

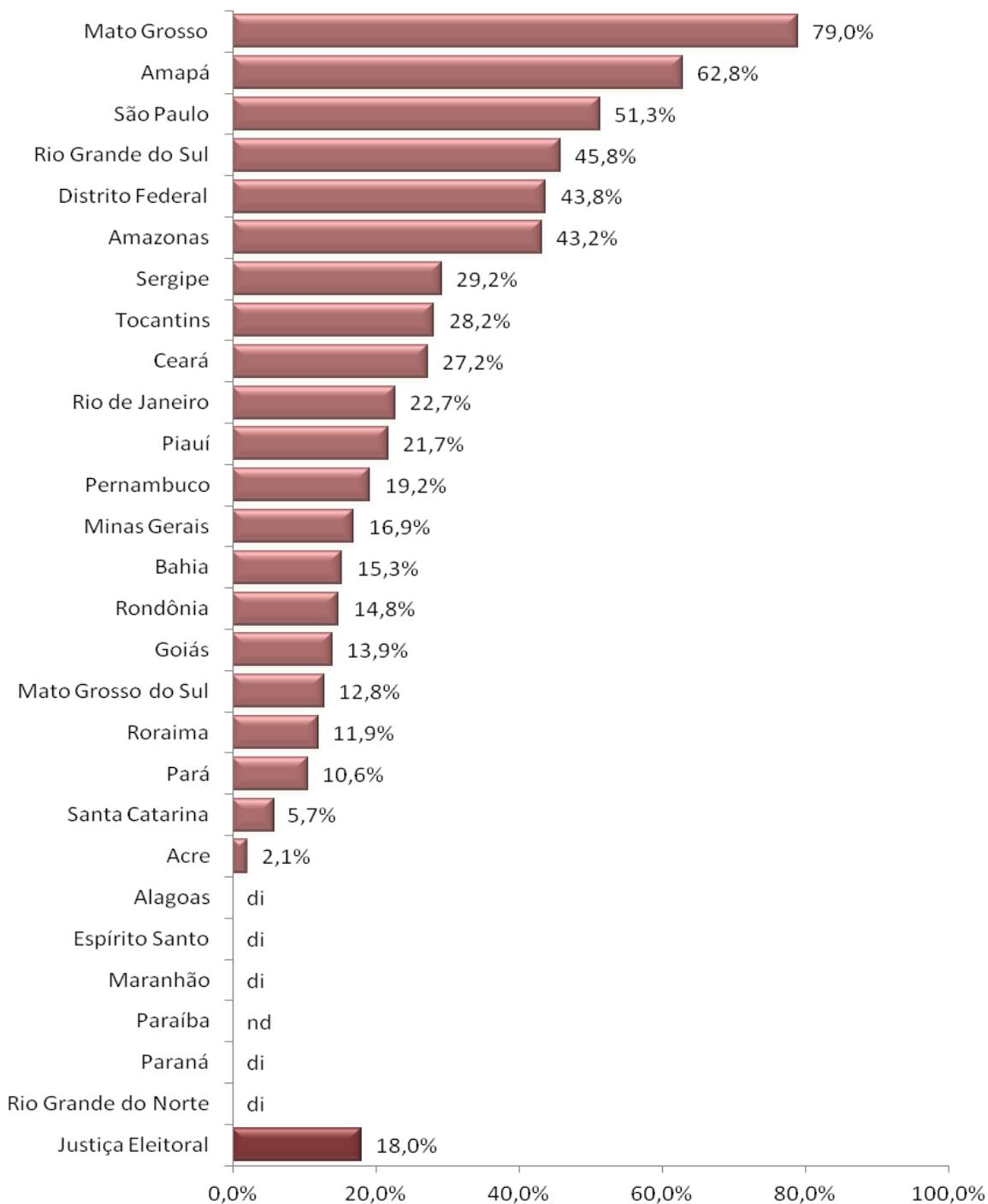
Tribunal Regional Eleitoral	TBaix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau	Cn2º - Casos Novos no 2º Grau	Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau	TC2º - Taxa de Congestionamento no Tribunal Regional Eleitoral
Acre	525	294	242	2,1%
Alagoas	1.539	577	843	-8%(*)
Amazonas	352	545	75	43,2%
Amapá	217	232	352	62,8%
Bahia	2.567	2.051	980	15,3%
Ceará	1.578	648	1.521	27,2%
Distrito Federal	1.557	640	2.129	43,8%
Espírito Santo	2.400	211	861	-124%(*)
Goiás	1.114	978	316	13,9%
Maranhão	1.984	455	1.063	-31%(*)
Minas Gerais	2.761	1.673	1.651	16,9%
Mato Grosso do Sul	751	406	455	12,8%
Mato Grosso	181	705	158	79,0%
Pará	1.982	1.184	1.032	10,6%
Paraíba	nd	nd	nd	nd
Pernambuco	1.240	534	1.001	19,2%
Piauí	1.258	762	844	21,7%
Paraná	2.073	1.012	95	-87%(*)
Rio de Janeiro	3.889	980	4.048	22,7%
Rio Grande do Norte	1.189	1.096	6	-8%(*)
Rondônia	661	205	571	14,8%
Roraima	1.182	915	427	11,9%
Rio Grande do Sul	494	634	278	45,8%
Santa Catarina	1.559	840	814	5,7%
Sergipe	590	515	318	29,2%
São Paulo	3.287	2.746	4.008	51,3%
Tocantins	533	357	385	28,2%
Justiça Eleitoral	37.463	21.195	24.473	18,0%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

(*) Dado inconsistente (di): O total de Processos Baixados foi maior que o número de processos em tramitação.

Gráfico 2.9 - TC2º - Taxa de Congestionamento no Tribunal Regional Eleitoral



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

(*) Dado inconsistente (di): O total de Processos Baixados foi maior que o número de processos em tramitação.

Glossário:

TC2º - Taxa de Congestionamento no Tribunal Regional Eleitoral

Finalidade: Indicar a taxa de congestionamento do 2º Grau da Justiça Eleitoral no período-base (semestre).

Fórmula: $TC2^\circ = 1 - (T\text{Baix}2^\circ / (Cn2^\circ + Cp2^\circ))$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $T\text{Baix}2^\circ = T\text{BaixCrim}2^\circ + T\text{BaixNCrim}2^\circ$
- $Cn2^\circ = Cn\text{Crim}2^\circ + Cn\text{NCrim}2^\circ$
- $Cp2^\circ = Cp\text{Crim}2^\circ + Cp\text{NCrim}2^\circ$

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

2.1.10. DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no Tribunal Regional Eleitoral

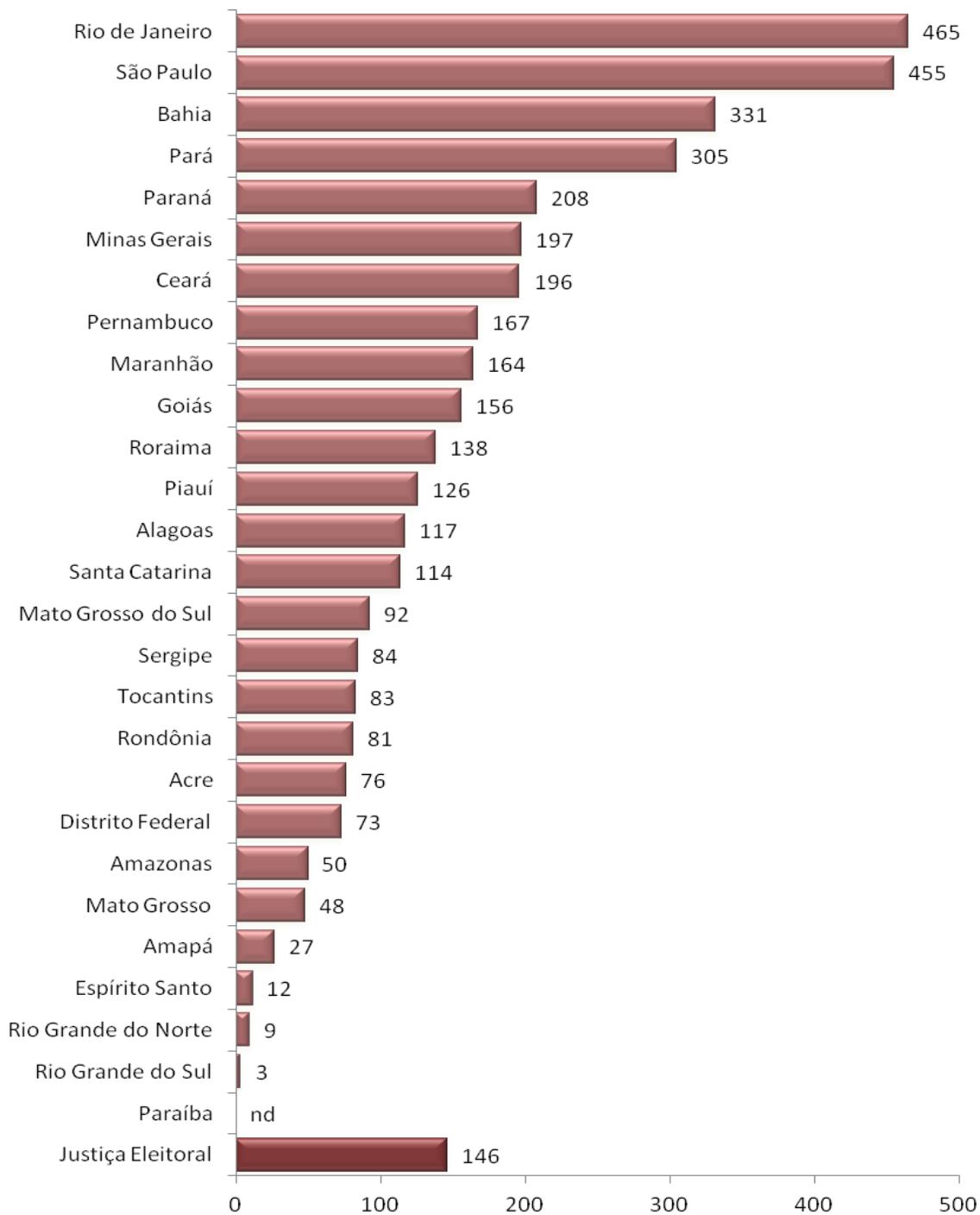
Tabela 2.10 - DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no Tribunal Regional Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	Dec2º - Total de Decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau	Mag2º - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 2º Grau	DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no Tribunal Regional Eleitoral
Acre	534	7	76
Alagoas	818	7	117
Amazonas	349	7	50
Amapá	187	7	27
Bahia	2.319	7	331
Ceará	1.373	7	196
Distrito Federal	510	7	73
Espírito Santo	81	7	12
Goiás	1.090	7	156
Maranhão	1.147	7	164
Minas Gerais	2.761	14	197
Mato Grosso do Sul	739	8	92
Mato Grosso	333	7	48
Pará	2.132	7	305
Paraíba	nd	7	nd
Pernambuco	1.171	7	167
Piauí	1.007	8	126
Paraná	1.663	8	208
Rio de Janeiro	3.256	7	465
Rio Grande do Norte	66	7	9
Rondônia	569	7	81
Roraima	967	7	138
Rio Grande do Sul	22	7	3
Santa Catarina	1.591	14	114
Sergipe	590	7	84
São Paulo	3.185	7	455
Tocantins	579	7	83
Justiça Eleitoral	29.039	206	146

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.10 - DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no Tribunal Regional Eleitoral



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no Tribunal Regional Eleitoral

Finalidade: Indicar a média de decisões terminativas de processo por magistrado no 2º Grau no período-base (semestre).

Fórmula: $DTM2º = Dec2º / Mag2º$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $Dec2º = DecCrim2º + DecNCrim2º$
- $Mag2º$ - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 2º Grau: Número de cargos de Magistrado existentes no 2º Grau da Justiça Eleitoral no final do ano-base, providos ou não.

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

2.1.11. ProcEI2º - Índice de Processos Eletrônicos no Tribunal Regional Eleitoral

Tabela 2.11 - ProcEI2º - Índice de Processos Eletrônicos no Tribunal Regional Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	CnElet2º - Casos Novos Eletrônicos no 2º Grau	Cn2º - Casos Novos no 2º Grau	ProcEI2º - Índice de Processos Eletrônicos no Tribunal Regional Eleitoral
Acre	0	294	0%
Alagoas	0	577	0%
Amazonas	0	545	0%
Amapá	0	232	0%
Bahia	0	2.051	0%
Ceará	0	648	0%
Distrito Federal	0	640	0%
Espírito Santo	0	211	0%
Goiás	0	978	0%
Maranhão	0	455	0%
Minas Gerais	0	1.673	0%
Mato Grosso do Sul	0	406	0%
Mato Grosso	0	705	0%
Pará	0	1.184	0%
Paraíba	nd	nd	nd
Pernambuco	0	534	0%
Piauí	0	762	0%
Paraná	0	1.012	0%
Rio de Janeiro	0	980	0%
Rio Grande do Norte	0	1.096	0%
Rondônia	nd	205	nd
Roraima	0	915	0%
Rio Grande do Sul	0	634	0%
Santa Catarina	0	840	0%
Sergipe	0	515	0%
São Paulo	0	2.746	0%
Tocantins	0	357	0%
Justiça Eleitoral	0	21.195	0%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.11 - ProcEI2º - Índice de Processos Eletrônicos no Tribunal Regional Eleitoral



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

ProcEI2º - Índice de Processos Eletrônicos no Tribunal Regional Eleitoral

Finalidade: Demonstrar o percentual de processos que ingressaram por meio eletrônico em relação ao total de processos ingressados no 2º Grau da Justiça Eleitoral no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{ProcEI2º} = \text{CnElet2º} / \text{Cn2º}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnElet2º - Casos Novos Eletrônicos no 2º Grau: Os processos eletrônicos, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que ingressaram na Justiça de 2º Grau no período-base (semestre). Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas nas variáveis: a) CnNCrim2º - Casos Novos no 2º Grau não-criminais e b) CnCrim2º - Casos Novos no 2º Grau criminais.

- $\text{Cn2º} = \text{CnCrim2º} + \text{CnNCrim2º}$

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

2.1.12. TbCn2º - Processos Baixados por Caso Novo no 2º grau

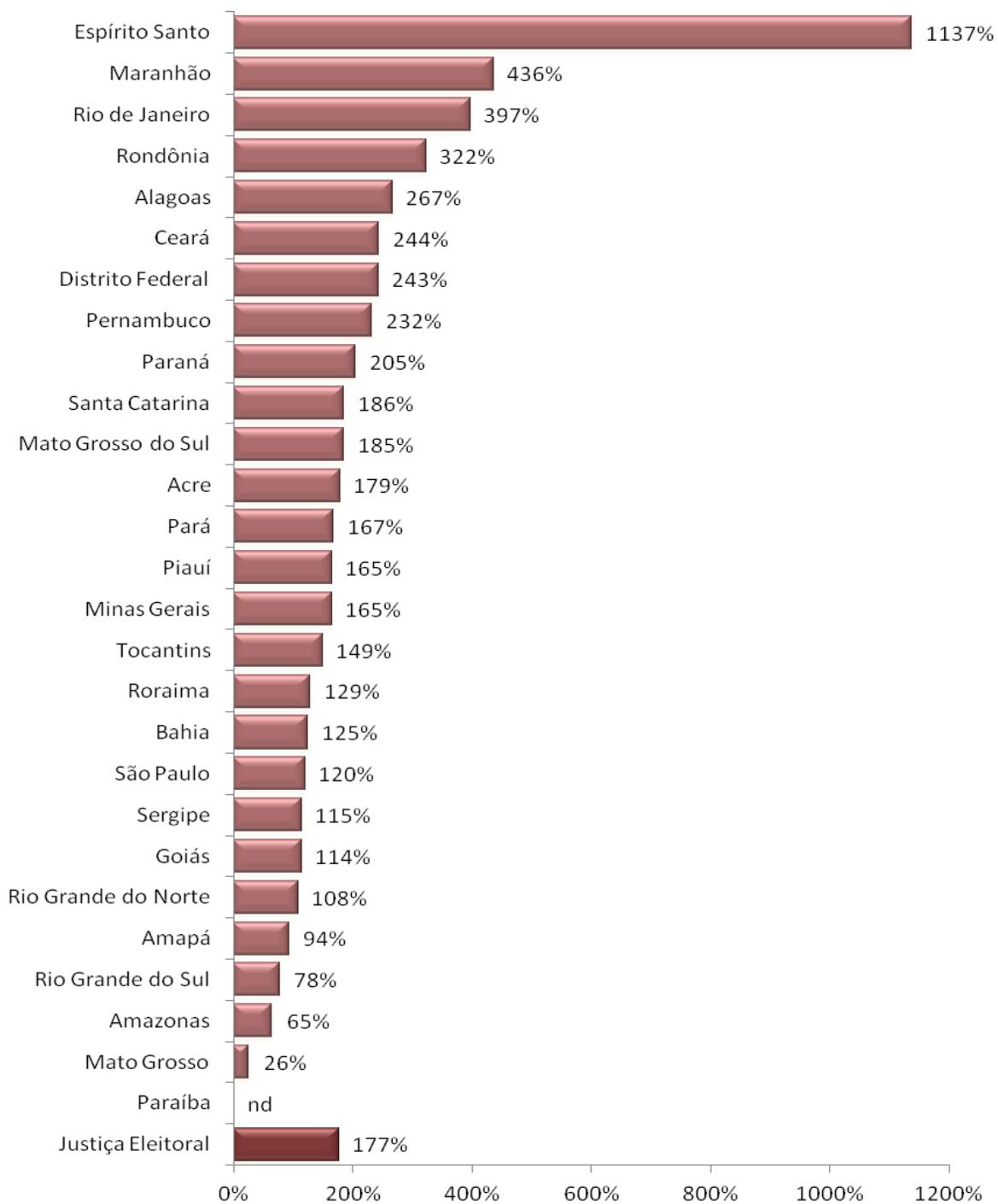
Tabela 2.12 - TbCn2º - Processos Baixados por Caso Novo no 2º grau

Tribunal Regional Eleitoral	TBaix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau	Cn2º - Casos Novos no 2º Grau	TbCn2º - Processos Baixados por Caso Novo no 2º grau
Acre	525	294	179%
Alagoas	1.539	577	267%
Amazonas	352	545	65%
Amapá	217	232	94%
Bahia	2.567	2.051	125%
Ceará	1.578	648	244%
Distrito Federal	1.557	640	243%
Espírito Santo	2.400	211	1137%
Goiás	1.114	978	114%
Maranhão	1.984	455	436%
Minas Gerais	2.761	1.673	165%
Mato Grosso do Sul	751	406	185%
Mato Grosso	181	705	26%
Pará	1.982	1.184	167%
Paraíba	nd	nd	nd
Pernambuco	1.240	534	232%
Piauí	1.258	762	165%
Paraná	2.073	1.012	205%
Rio de Janeiro	3.889	980	397%
Rio Grande do Norte	1.189	1.096	108%
Rondônia	661	205	322%
Roraima	1.182	915	129%
Rio Grande do Sul	494	634	78%
Santa Catarina	1.559	840	186%
Sergipe	590	515	115%
São Paulo	3.287	2.746	120%
Tocantins	533	357	149%
Justiça Eleitoral	37.463	21.195	177%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.12 - TbCn2º - Processos Baixados por Caso Novo no 2º grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

TbCn2º - Processos Baixados por Caso Novo no 2º grau

Finalidade: Indicar o percentual de processos baixados em relação ao total de casos novos no 2º grau no período-base (semestre).

$$\cdot \quad \text{TbCn2º} = \text{TBaix2º} / \text{Cn2º}$$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

$$\cdot \quad \text{TBaix2º} = \text{TBaixCrim2º} + \text{TBaixNCrim2º}$$

$$\cdot \quad \text{Cn2º} = \text{CnCrim2º} + \text{CnNCrim2º}$$

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

2.1.13. Rx2º - Recorribilidade Externa no 2º Grau

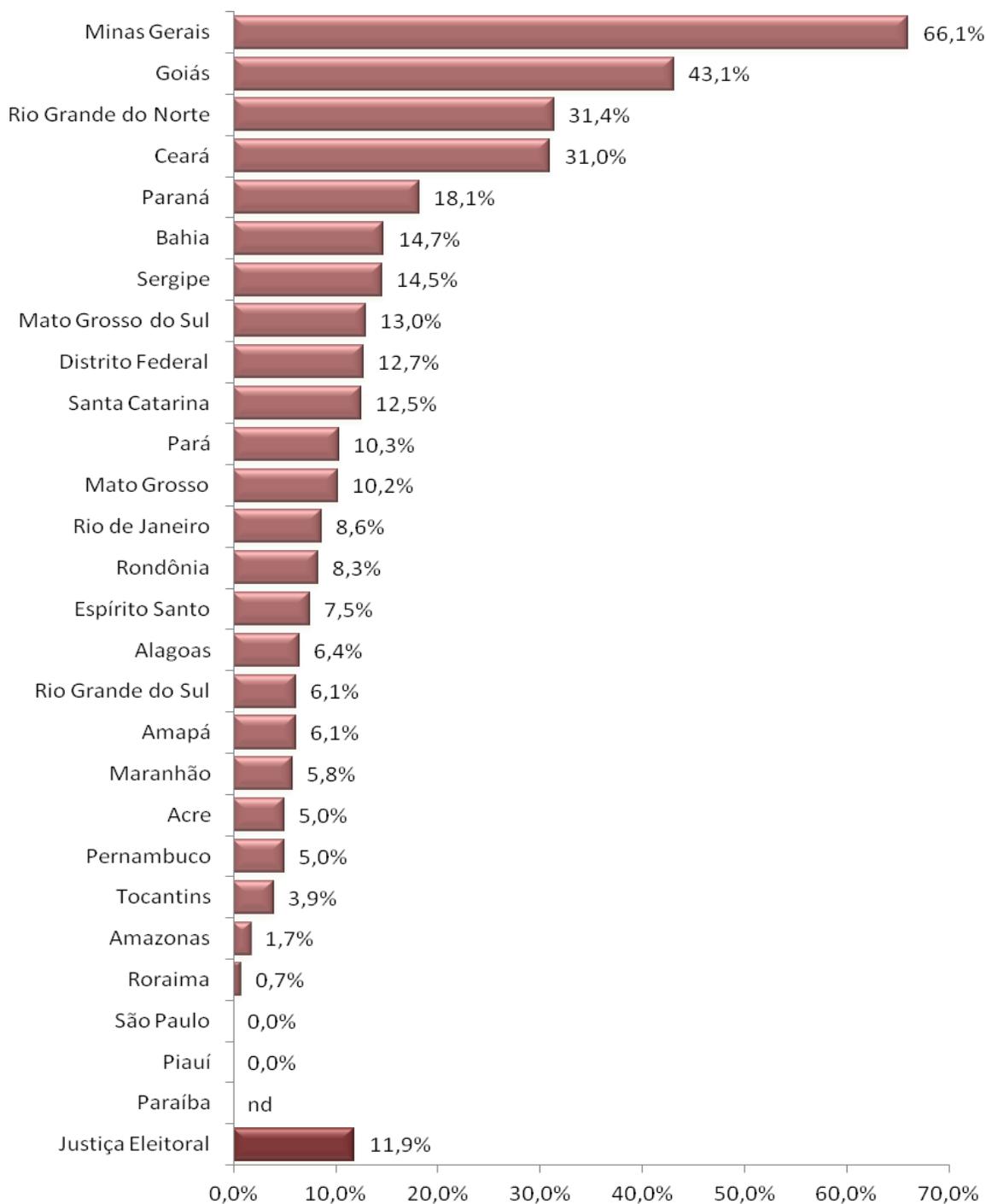
Tabela 2.13 - Rx2º - Recorribilidade Externa no 2º Grau

Tribunal Regional Eleitoral	RSup2º - Recursos a Instância Superior no 2º Grau	APublic2º - Acórdãos Publicados no Tribunal Regional Eleitoral	Rx2º - Recorribilidade Externa no 2º Grau
Acre	14	282	5,0%
Alagoas	43	669	6,4%
Amazonas	14	801	1,7%
Amapá	10	164	6,1%
Bahia	177	1.204	14,7%
Ceará	277	894	31,0%
Distrito Federal	36	284	12,7%
Espírito Santo	47	629	7,5%
Goiás	44	102	43,1%
Maranhão	46	800	5,8%
Minas Gerais	679	1.028	66,1%
Mato Grosso do Sul	17	131	13,0%
Mato Grosso	65	636	10,2%
Pará	105	1.016	10,3%
Paraíba	nd	nd	nd
Pernambuco	41	826	5,0%
Piauí	0	462	0,0%
Paraná	130	717	18,1%
Rio de Janeiro	248	2.884	8,6%
Rio Grande do Norte	37	118	31,4%
Rondônia	43	518	8,3%
Roraima	4	545	0,7%
Rio Grande do Sul	75	1.230	6,1%
Santa Catarina	87	698	12,5%
Sergipe	55	379	14,5%
São Paulo	0	2.004	0,0%
Tocantins	19	484	3,9%
Justiça Eleitoral	2.313	19.505	11,9%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.13 - Rx2º - Recorribilidade Externa no 2º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Rx2º - Recorribilidade Externa no 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de recursos endereçados ao Tribunal Superior Eleitoral, em relação ao número de acórdãos publicados no 2º Grau da Justiça Eleitoral no período-base (semestre).

Fórmula: $Rx2º = RSup2º / Apublic2º$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- RSup2º - Recursos a Instância Superior no 2º Grau: Número de recursos interpostos em decisões do 2º Grau da Justiça Eleitoral no período-base, endereçadas ao Tribunal Superior Eleitoral.
- APublic2º - Acórdãos Publicados no Tribunal Regional Eleitoral: Os acórdãos em processos judiciais publicados pelo Tribunal Regional Eleitoral, passíveis de recurso para o Tribunal Superior Eleitoral, no período-base (semestre), excluídos os acórdãos proferidos em embargos de declaração.

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

2.1.14. Rln2º - Recorribilidade Interna no Tribunal Regional Eleitoral

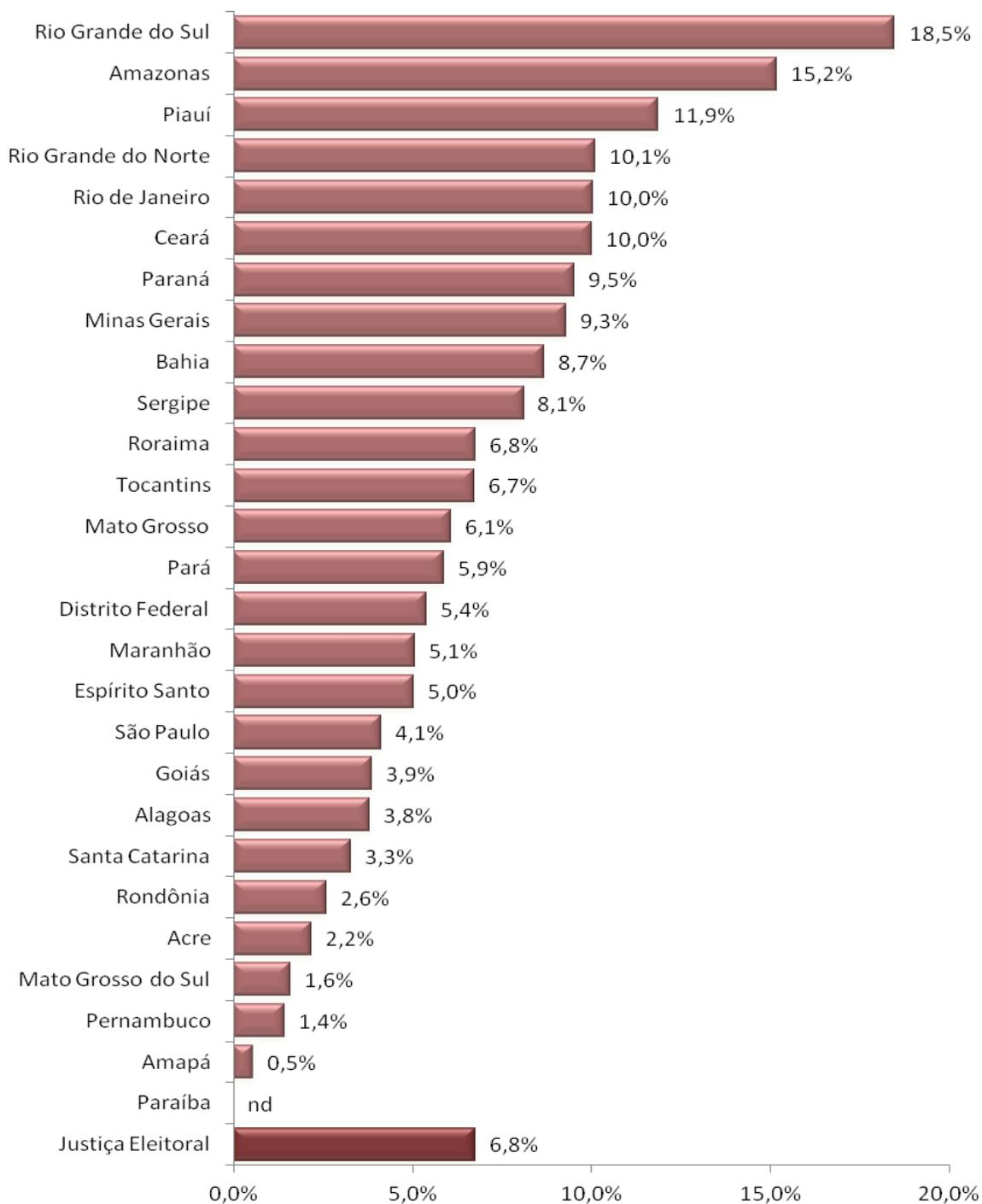
Tabela 2.14 - Rln2º - Recorribilidade Interna no Tribunal Regional Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	RInt2º - Recursos Internos no 2º Grau	DeRInt2º - Decisões Passíveis de Recurso Interno no 2º Grau	Rln2º - Recorribilidade Interna no Tribunal Regional Eleitoral
Acre	12	554	2,2%
Alagoas	31	818	3,8%
Amazonas	53	349	15,2%
Amapá	1	187	0,5%
Bahia	189	2.176	8,7%
Ceará	144	1.439	10,0%
Distrito Federal	27	500	5,4%
Espírito Santo	38	755	5,0%
Goiás	47	1.216	3,9%
Maranhão	58	1.147	5,1%
Minas Gerais	257	2.761	9,3%
Mato Grosso do Sul	12	754	1,6%
Mato Grosso	48	789	6,1%
Pará	143	2.437	5,9%
Paraíba	nd	nd	nd
Pernambuco	17	1.192	1,4%
Piauí	148	1.246	11,9%
Paraná	177	1.857	9,5%
Rio de Janeiro	344	3.423	10,0%
Rio Grande do Norte	20	198	10,1%
Rondônia	15	579	2,6%
Roraima	70	1.037	6,8%
Rio Grande do Sul	73	395	18,5%
Santa Catarina	56	1.703	3,3%
Sergipe	57	703	8,1%
São Paulo	198	4.794	4,1%
Tocantins	39	579	6,7%
Justiça Eleitoral	2.274	33.588	6,8%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.14 - Rln2º - Recorribilidade Interna no Tribunal Regional Eleitoral



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

RIn2º - Recorribilidade Interna no Tribunal Regional Eleitoral

Finalidade: Indicar o número de recursos internos interpostos no 2º Grau da Justiça Eleitoral em relação ao número de decisões proferidas pelo TRE no período-base (semestre).

Fórmula: $RIn2^\circ = RInt2^\circ / DeRInt2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- RInt2º - Recursos Internos no 2º Grau: Os recursos interpostos de decisão no 2º Grau para julgamento no mesmo grau de jurisdição, no período base (semestre), abrangendo os embargos de declaração e infringentes, os agravos regimentais, os agravos do art. 557 do CPC e outros recursos regimentais.
- DeRInt2º - Decisões Passíveis de Recurso Interno no 2º Grau: As decisões, colegiadas e monocráticas, proferidas no âmbito da Justiça Estadual de 2º Grau, das quais caiba recurso (embargos de declaração e infringentes, agravos regimentais, agravos do art. 557 do CPC e outros recursos regimentais) para o próprio Tribunal no período-base (semestre), incluídas as decisões proferidas nestes recursos.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.1. Cn1º - Casos Novos no 1º Grau

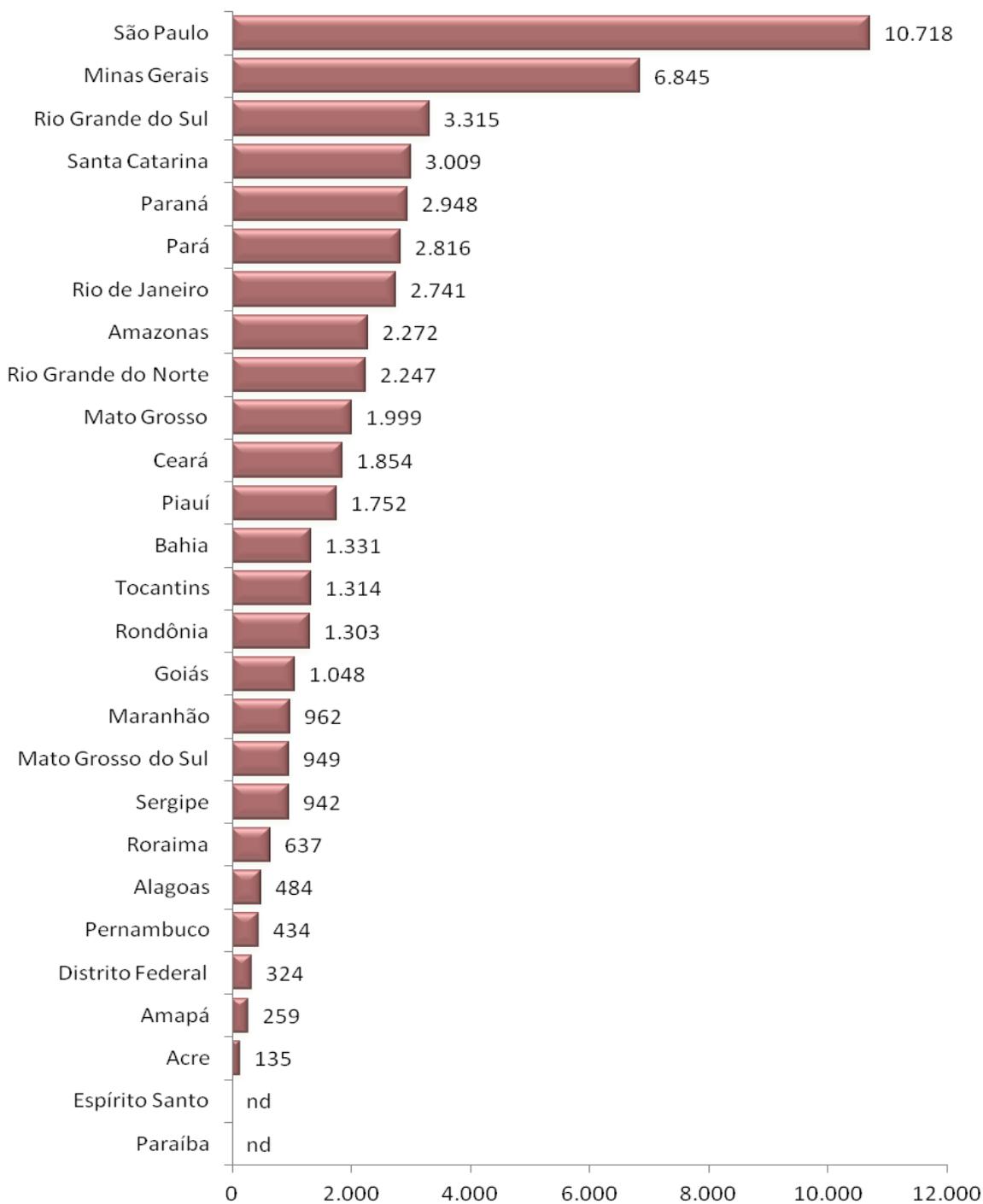
Tabela 2.15 - Cn1º - Casos Novos no 1º Grau

Tribunal Regional Eleitoral	CnCrim1º - Casos Novos de Conhecimento Criminais no 1º Grau	CnCNCrim1º - Casos Novos de Conhecimento Não-Criminais no 1º Grau	CnExtFisc1º - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau	Cn1º - Casos Novos no 1º Grau
Acre	18	102	15	135
Alagoas	54	410	20	484
Amazonas	60	2.205	7	2.272
Amapá	31	221	7	259
Bahia	243	1.063	25	1.331
Ceará	85	1.702	67	1.854
Distrito Federal	18	306	0	324
Espírito Santo	nd	nd	nd	nd
Goiás	205	821	22	1.048
Maranhão	127	829	6	962
Minas Gerais	490	6.288	67	6.845
Mato Grosso do Sul	107	795	47	949
Mato Grosso	103	1.839	57	1.999
Pará	211	2.493	112	2.816
Paraíba	nd	nd	nd	nd
Pernambuco	134	262	38	434
Piauí	117	1.627	8	1.752
Paraná	109	2.776	63	2.948
Rio de Janeiro	270	2.405	66	2.741
Rio Grande do Norte	239	1.974	34	2.247
Rondônia	73	1.211	19	1.303
Roraima	6	631	0	637
Rio Grande do Sul	155	3.134	26	3.315
Santa Catarina	75	2.911	23	3.009
Sergipe	164	749	29	942
São Paulo	243	10.384	91	10.718
Tocantins	162	1.121	31	1.314
Justiça Eleitoral	3.499	48.259	880	52.638

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.15 - Cn1º - Casos Novos no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Cn1º - Casos Novos no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados no 1º Grau do Tribunal Regional Eleitoral no período-base (semestre).

Fórmula: $Cn1º = CnCrim1º + CnCNCrim1º + CnExtFisc1º$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnCrim1º - Casos Novos de Conhecimento Criminais no 1º Grau: Os processos de conhecimento criminais originários no 1º Grau da Justiça Eleitoral no período-base (semestre). Devem ser consideradas todas as classes definidas pela Resolução TSE nº 22.676/2007, alterada pela Resolução TSE nº 23.119/2009.
- CnCNCrim1º - Casos Novos de Conhecimento Não-Criminais no 1º Grau: Os processos de conhecimento não-criminais originários no 1º Grau da Justiça Eleitoral no período-base (semestre). Devem ser consideradas todas as classes definidas pela Resolução TSE nº 22.676/2007, alterada pela Resolução TSE nº 23.119/2009.
- CnExtFisc1º - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau: As execuções fiscais que ingressaram ou foram protocolizadas na Justiça Eleitoral de 1º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's)

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.2. Cp1º - Casos Pendentes no 1º Grau

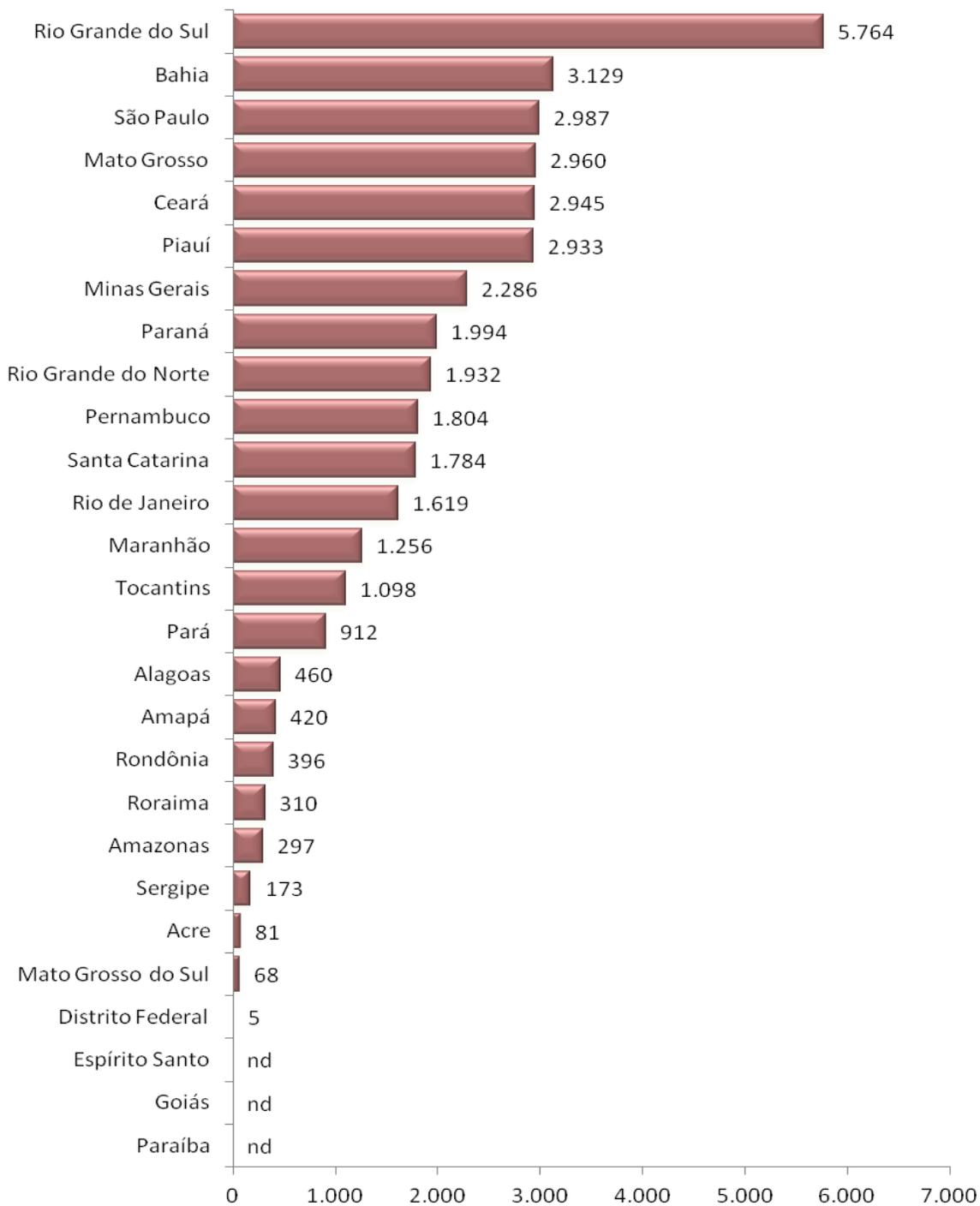
Tabela 2.16 - Cp1º - Casos Pendentes no 1º Grau

Tribunal Regional Eleitoral	CpCCrim1º - Casos Pendentes de Conhecimento Criminais na Justiça Eleitoral de 1º Grau	CpCNCrim1º - Casos Pendentes de Conhecimento Não-Criminais na Justiça Eleitoral de 1º Grau	CpExtFisc1º - Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau	Cp1º - Casos Pendentes no 1º Grau
Acre	29	51	1	81
Alagoas	190	248	22	460
Amazonas	68	211	18	297
Amapá	31	357	32	420
Bahia	536	2.443	150	3.129
Ceará	441	2.356	148	2.945
Distrito Federal	0	5	0	5
Espírito Santo	nd	nd	nd	nd
Goiás	nd	nd	nd	nd
Maranhão	476	756	24	1.256
Minas Gerais	160	2.112	14	2.286
Mato Grosso do Sul	35	27	6	68
Mato Grosso	255	2.603	102	2.960
Pará	50	779	83	912
Paraíba	nd	nd	nd	nd
Pernambuco	1.157	616	31	1.804
Piauí	212	2.709	12	2.933
Paraná	281	1.554	159	1.994
Rio de Janeiro	734	755	130	1.619
Rio Grande do Norte	481	1.342	109	1.932
Rondônia	115	248	33	396
Roraima	46	264	0	310
Rio Grande do Sul	1.294	4.356	114	5.764
Santa Catarina	199	1.555	30	1.784
Sergipe	59	32	82	173
São Paulo	465	2.313	209	2.987
Tocantins	269	793	36	1.098
Justiça Eleitoral	7.583	28.485	1.545	37.613

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.16 - Cp1º - Casos Pendentes no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Cp1º - Casos Pendentes no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos pendentes no 1º Grau do Tribunal Regional Eleitoral no início do período-base (semestre).

Fórmula: $Cp1º = CpCCrim1º + CpCNCrim1º + CpExtFisc1º$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CpCCrim1º - Casos Pendentes de Conhecimento Criminais na Justiça Eleitoral de 1º Grau: Saldo residual de processos de conhecimento criminais originários que foram recebidos no 1º Grau da Justiça Eleitoral até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados no 1º Grau no final do período anterior ao período-base (semestre).
- CpCNCrim1º - Casos Pendentes de Conhecimento Não-Criminais na Justiça Eleitoral de 1º Grau: Saldo residual de processos de conhecimento não-criminais originários que foram recebidos no 1º Grau da Justiça Eleitoral até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados no 1º Grau no final do período anterior ao período-base (semestre).
- CpExtFisc1º - Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau: Saldo residual de processos de execução fiscal que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Eleitoral de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's)

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.3. T Baix1º - Total de Processos Baixados no 1º Grau

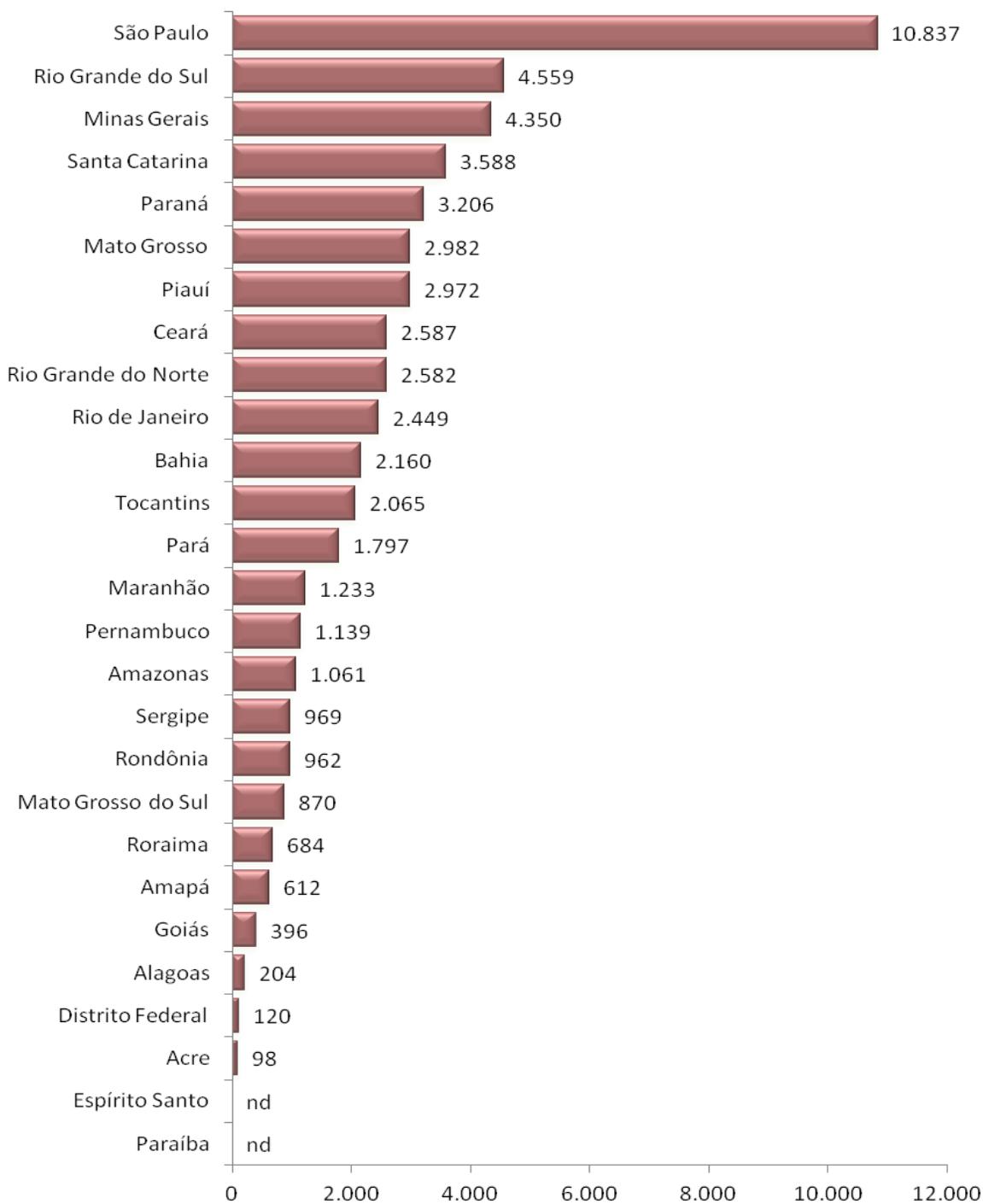
Tabela 2.17 - T Baix1º - Total de Processos Baixados no 1º Grau

Tribunal Regional Eleitoral	T BaixCCrim1º - Total de Processos de Conhecimento Criminais Baixados no 1º Grau	T BaixCNCrim1º - Total de Processos de Conhecimento Não-Criminais Baixados no 1º Grau	T BaixExtFisc1º - Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau	T Baix1º - Total de Processos Baixados no 1º Grau
Acre	17	68	13	98
Alagoas	57	138	9	204
Amazonas	54	1.005	2	1.061
Amapá	37	575	0	612
Bahia	365	1.781	14	2.160
Ceará	143	2.417	27	2.587
Distrito Federal	23	97	0	120
Espírito Santo	nd	nd	nd	nd
Goiás	134	252	10	396
Maranhão	151	1.082	0	1.233
Minas Gerais	498	3.835	17	4.350
Mato Grosso do Sul	113	749	8	870
Mato Grosso	127	2.844	11	2.982
Pará	65	1.711	21	1.797
Paraíba	nd	nd	nd	nd
Pernambuco	468	660	11	1.139
Piauí	191	2.781	nd	2.972
Paraná	178	3.011	17	3.206
Rio de Janeiro	330	2.106	13	2.449
Rio Grande do Norte	123	2.451	8	2.582
Rondônia	101	856	5	962
Roraima	19	665	0	684
Rio Grande do Sul	547	3.984	28	4.559
Santa Catarina	154	3.402	32	3.588
Sergipe	93	869	7	969
São Paulo	256	10.528	53	10.837
Tocantins	304	1.751	10	2.065
Justiça Eleitoral	4.548	49.618	316	54.482

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.17 - TBaix1º - Total de Processos Baixados no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

TBaix1º - Total de Processos Baixados no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de Processos Baixados no 1º Grau do Tribunal Regional Eleitoral durante o período-base (semestre).

Fórmula: $TBaix1^\circ = TBaixCCrim1^\circ + TBaixCNCrim1^\circ + TBaixExtFisc1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

· **TBaixCCrim1º** - Total de Processos de Conhecimento Criminais Baixados no 1º Grau : Os processos criminais originários que foram baixados no 1º Grau da Justiça Eleitoral no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Não são contabilizados os recursos internos (Embargos de Declaração e Pedidos de Reconsideração) e os recursos externos (Recurso Eleitoral), bem como os processos sobrestados. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas nas variáveis CnNCrim1º - Casos Novos Não-Criminais no 1º Grau.

· **TBaixCNCrim1º** - Total de Processos de Conhecimento Não-Criminais Baixados no 1º Grau : Os processos de conhecimento não-criminais originários que foram baixados no 1º Grau da Justiça Eleitoral no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Não são contabilizados os recursos internos (Embargos de Declaração e Pedidos de Reconsideração), os recursos externos (Recurso Eleitoral), bem como os processos sobrestados. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas nas variáveis CnNCrim1º - Casos Novos Não-Criminais no 1º Grau.

· **TBaixExtFisc1º** - Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau: Os processos de execuções fiscais que foram baixados na Justiça Eleitoral de 1º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para a instância superior; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.4. Sent1º - Total de Sentenças no 1º Grau

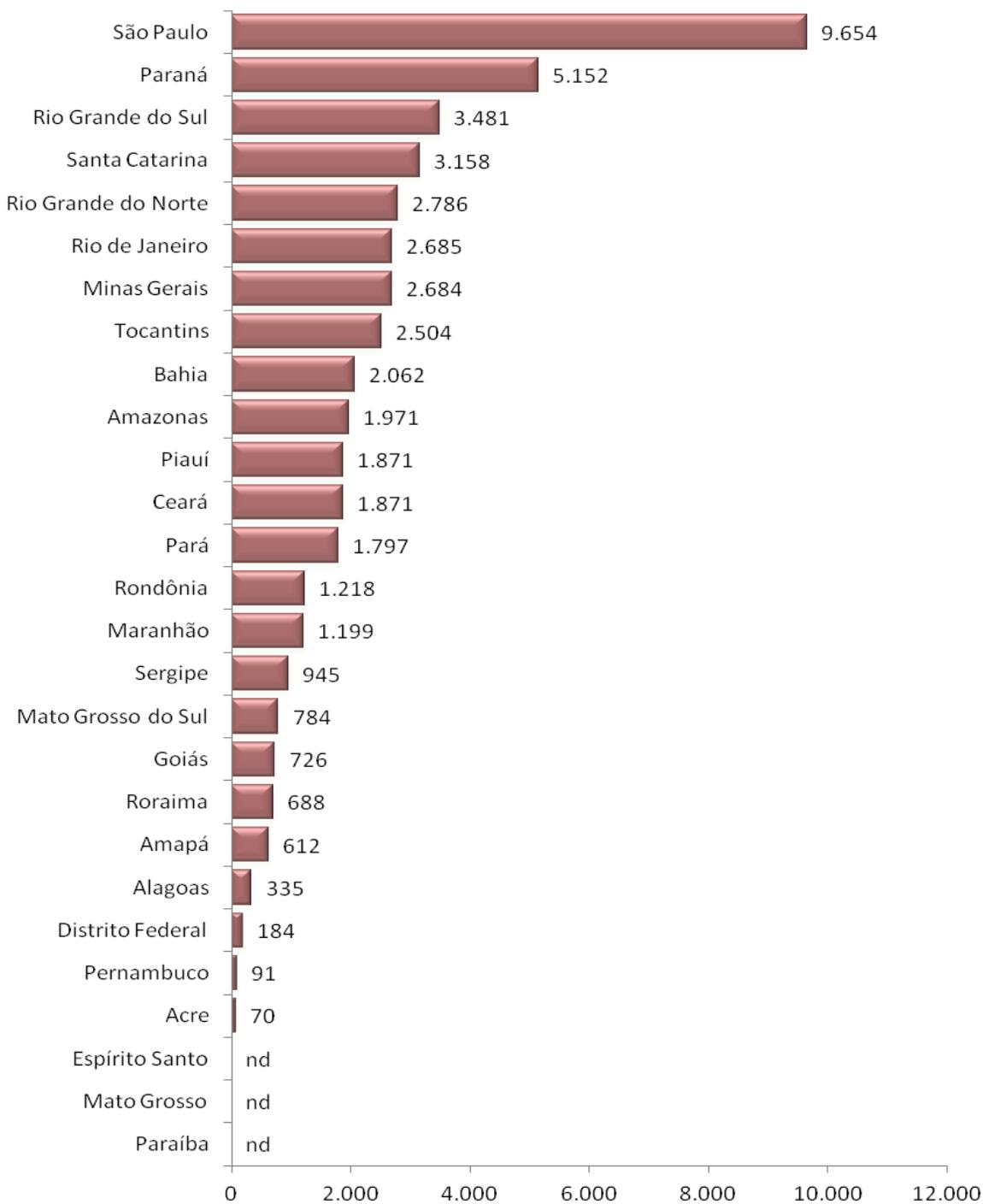
Tabela 2.18 - Sent1º - Total de Sentenças no 1º Grau

Tribunal Regional Eleitoral	SentCCrim1º - Sentenças de Conhecimento Criminais no 1º Grau	SentCNCrim1º - Sentenças de Conhecimento Não-Criminais no 1º Grau	SentExtFisc1º - Sentenças em Execução Fiscal no 1º grau	Sent1º - Total de Sentenças no 1º Grau
Acre	34	33	3	70
Alagoas	77	254	4	335
Amazonas	46	1.922	3	1.971
Amapá	37	575	0	612
Bahia	399	1.650	13	2.062
Ceará	154	1.708	9	1.871
Distrito Federal	25	159	0	184
Espírito Santo	nd	nd	nd	nd
Goiás	247	471	8	726
Maranhão	169	1.030	0	1.199
Minas Gerais	17	2.667	0	2.684
Mato Grosso do Sul	118	657	9	784
Mato Grosso	nd	nd	nd	nd
Pará	65	1.711	21	1.797
Paraíba	nd	nd	nd	nd
Pernambuco	27	63	1	91
Piauí	70	1.799	2	1.871
Paraná	545	4.590	17	5.152
Rio de Janeiro	524	2.155	6	2.685
Rio Grande do Norte	138	2.642	6	2.786
Rondônia	109	1.095	14	1.218
Roraima	19	669	0	688
Rio Grande do Sul	127	3.348	6	3.481
Santa Catarina	164	2.989	5	3.158
Sergipe	90	848	7	945
São Paulo	250	9.382	22	9.654
Tocantins	657	1.839	8	2.504
Justiça Eleitoral	4.108	44.256	164	48.528

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.18 - Sent1º - Total de Sentenças no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Sent1º - Total de Sentenças no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de sentenças no 1º Grau do Tribunal Regional Eleitoral no período-base (semestre).

Fórmula: $Sent1º = SentCCrim1º + SentCNCrim1º + SentExtFisc1º$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- SentCCrim1º - Sentenças de Conhecimento Criminais no 1º Grau: Todas as sentenças criminais proferidas no período-base. Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as decisões nas classes processuais compreendidas nas variáveis CnCrim1º - Casos Novos Criminais no 1º Grau.
- SentCNCrim1º - Sentenças de Conhecimento Não-Criminais no 1º Grau: Todas as sentenças de conhecimento não-criminais proferidas no período-base. Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as decisões nas classes processuais compreendidas nas variáveis CnNCrim1º - Casos Novos Não-Criminais no 1º Grau.
- SentExtFisc1º - Sentenças em Execução Fiscal no 1º grau: Todas as sentenças em execução fiscal proferidas no 1º Grau da Justiça Eleitoral no período-base (semestre). Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.5. Ch1º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau

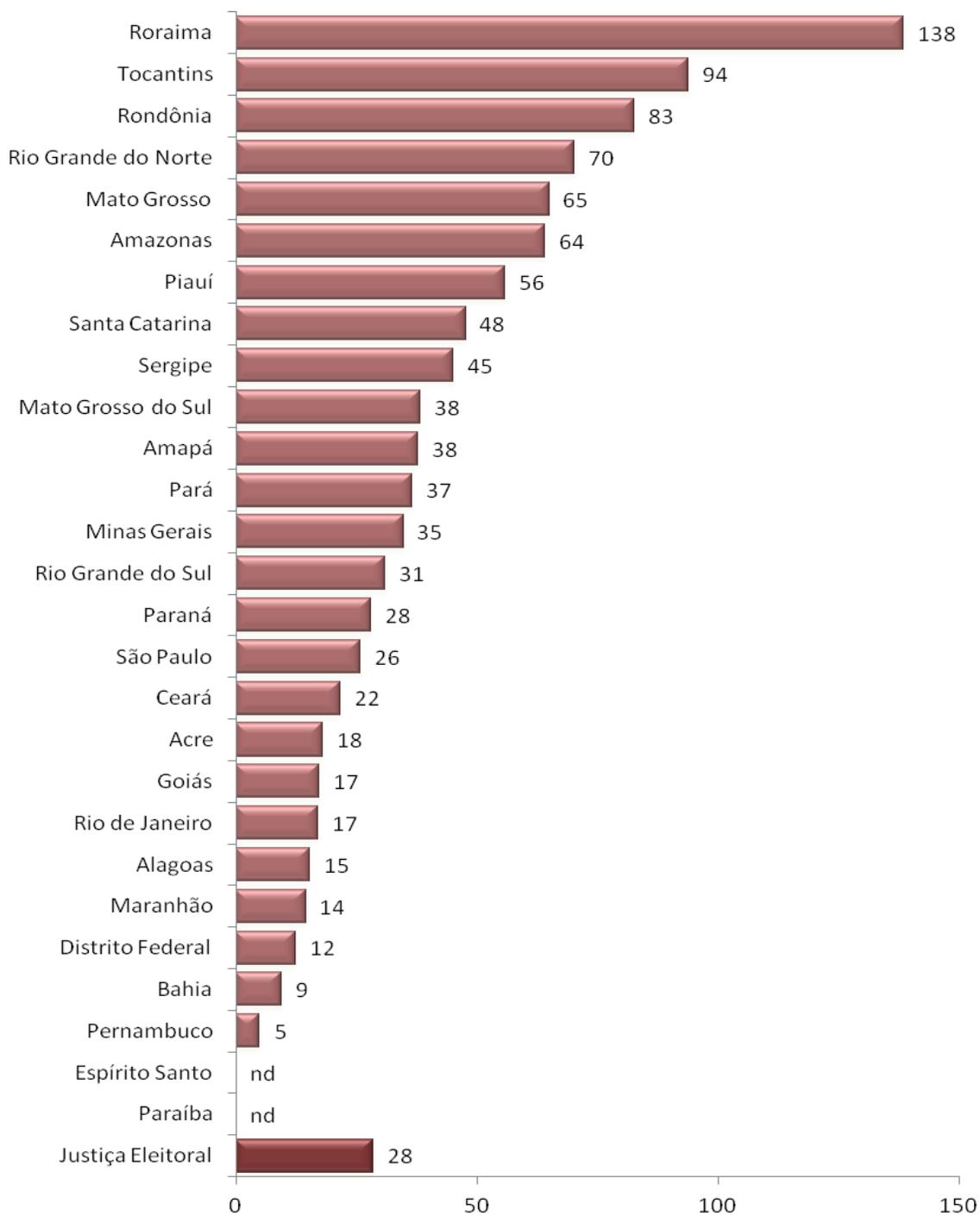
Tabela 2.19 - Ch1º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau

Tribunal Regional Eleitoral	Cn1º - Casos Novos no 1º Grau	h2 - Número de Habitantes Dividido por 100.000	Ch1º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau
Acre	135	7	18
Alagoas	484	31	15
Amazonas	2.272	35	64
Amapá	259	7	38
Bahia	1.331	141	9
Ceará	1.854	85	22
Distrito Federal	324	26	12
Espírito Santo	nd	35	nd
Goiás	1.048	61	17
Maranhão	962	66	14
Minas Gerais	6.845	197	35
Mato Grosso do Sul	949	25	38
Mato Grosso	1.999	31	65
Pará	2.816	77	37
Paraíba	nd	38	nd
Pernambuco	434	89	5
Piauí	1.752	31	56
Paraná	2.948	105	28
Rio de Janeiro	2.741	161	17
Rio Grande do Norte	2.247	32	70
Rondônia	1.303	16	83
Roraima	637	5	138
Rio Grande do Sul	3.315	107	31
Santa Catarina	3.009	63	48
Sergipe	942	21	45
São Paulo	10.718	416	26
Tocantins	1.314	14	94
Justiça Eleitoral	52.638	1.924	28

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.19 - Ch1º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Ch1º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram no 1º Grau da Justiça Eleitoral para cada 100.000 habitantes do estado no período-base (semestre).

Fórmula: $Ch1^\circ = Cn1^\circ / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $Cn1^\circ = CnCCrim1^\circ + CnCNCrim1^\circ + CnExtFisc1^\circ$
- h2 - Número de Habitantes Dividido por 100.000: Número de habitantes do Estado baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.6. Cm1º - Casos Novos por magistrado no 1º Grau

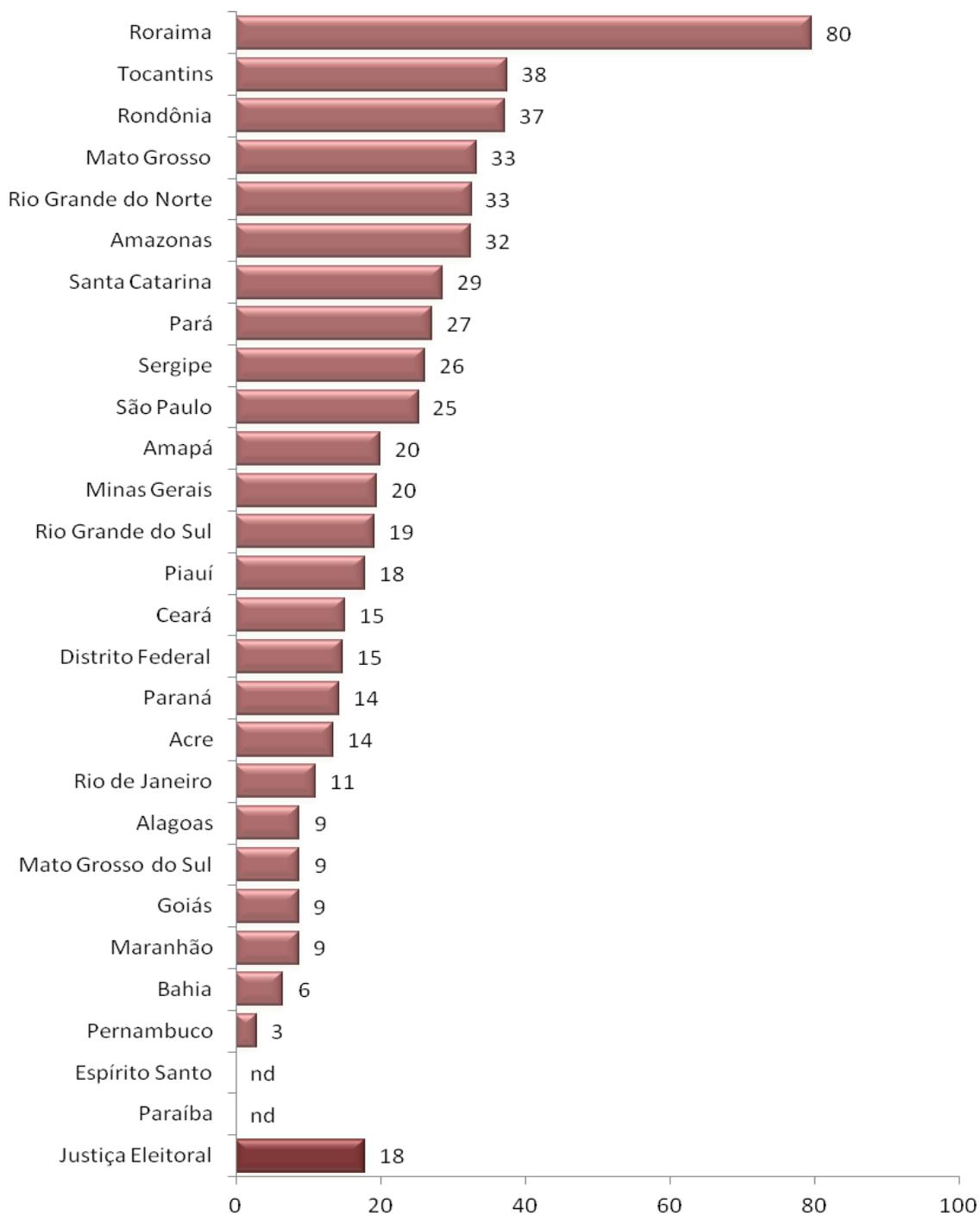
Tabela 2.20 - Cm1º - Casos Novos por magistrado no 1º Grau

Tribunal Regional Eleitoral	Cn1º - Casos Novos no 1º Grau	Mag1º - Número de Cargos de Magistrado no 1º Grau	Cm1º - Casos Novos por magistrado no 1º Grau
Acre	135	10	14
Alagoas	484	55	9
Amazonas	2.272	70	32
Amapá	259	13	20
Bahia	1.331	205	6
Ceará	1.854	123	15
Distrito Federal	324	22	15
Espírito Santo	nd	55	nd
Goiás	1.048	120	9
Maranhão	962	111	9
Minas Gerais	6.845	351	20
Mato Grosso do Sul	949	108	9
Mato Grosso	1.999	60	33
Pará	2.816	104	27
Paraíba	nd	77	nd
Pernambuco	434	151	3
Piauí	1.752	98	18
Paraná	2.948	206	14
Rio de Janeiro	2.741	249	11
Rio Grande do Norte	2.247	69	33
Rondônia	1.303	35	37
Roraima	637	8	80
Rio Grande do Sul	3.315	173	19
Santa Catarina	3.009	105	29
Sergipe	942	36	26
São Paulo	10.718	424	25
Tocantins	1.314	35	38
Justiça Eleitoral	52.638	3.073	18

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.20 - Cm1º - Casos Novos por magistrado no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Cm1º - Casos Novos por magistrado no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram no 1º Grau da Justiça Eleitoral para cada cargo de magistrado do 1º Grau no período-base (semestre).

Fórmula: $Cm1º = Cn1º / Mag1º$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $Cn1º = CnCCrim1º + CnCNCrim1º + CnExtFisc1º$
- Mag1º - Número de Cargos de Magistrado no 1º Grau: Número de cargos de Magistrado no 1º Grau da Justiça Eleitoral no final do ano-base.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.7. Cs1º - Casos Novos por Servidor no Tribunal Regional Eleitoral no 1º Grau.

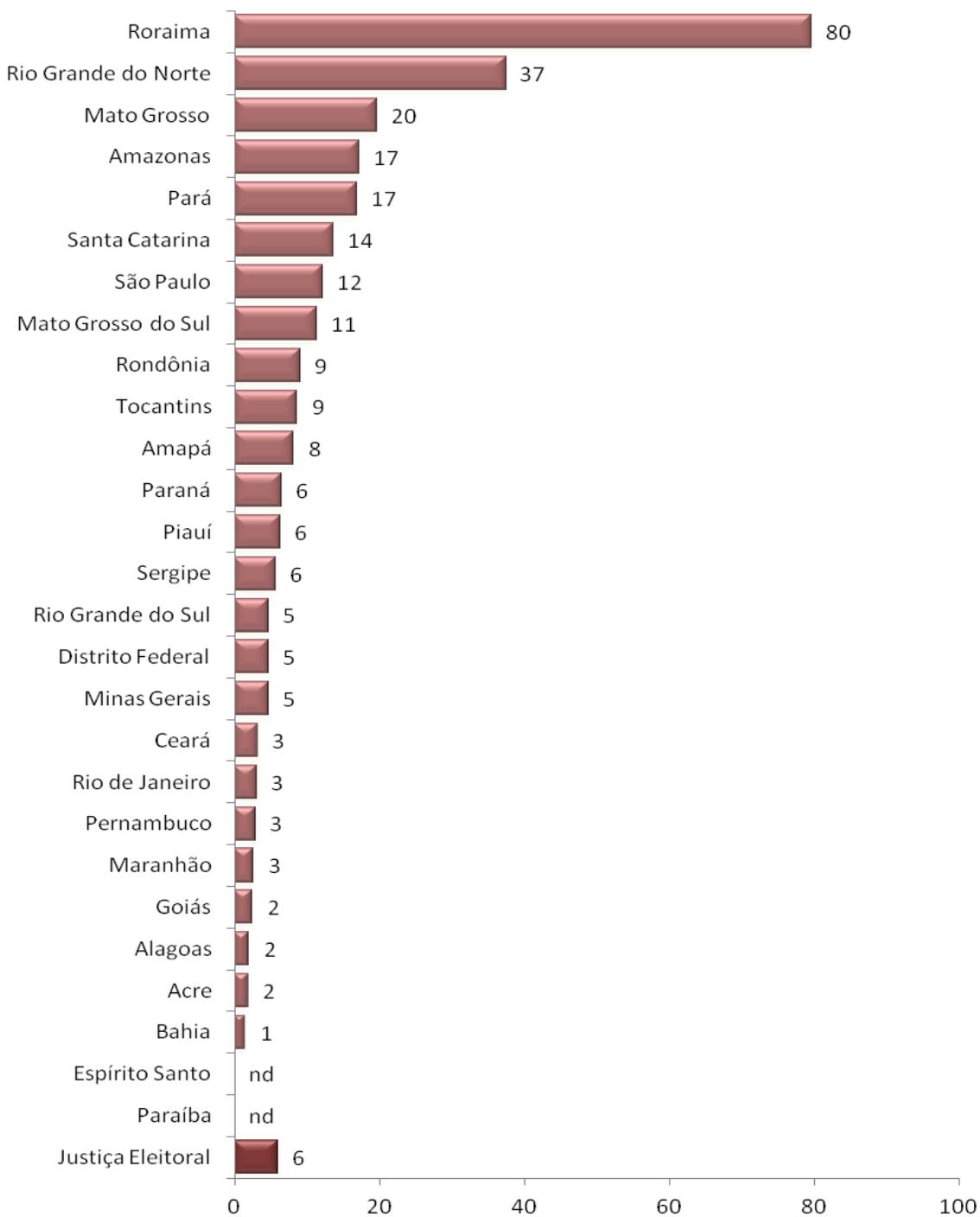
Tabela 2.21 - Cs1º - Casos Novos por Servidor no Tribunal Regional Eleitoral no 1º Grau.

Tribunal Regional Eleitoral	Cn1º - Casos Novos no 1º Grau	SaJud1º - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária do 1º Grau	Cs1º - Casos Novos por Servidor no Tribunal Regional Eleitoral no 1º Grau.
Acre	135	71	2
Alagoas	484	244	2
Amazonas	2.272	132	17
Amapá	259	32	8
Bahia	1.331	920	1
Ceará	1.854	584	3
Distrito Federal	324	70	5
Espírito Santo	nd	127	nd
Goiás	1.048	433	2
Maranhão	962	368	3
Minas Gerais	6.845	1.480	5
Mato Grosso do Sul	949	84	11
Mato Grosso	1.999	102	20
Pará	2.816	167	17
Paraíba	nd	368	nd
Pernambuco	434	151	3
Piauí	1.752	280	6
Paraná	2.948	458	6
Rio de Janeiro	2.741	904	3
Rio Grande do Norte	2.247	60	37
Rondônia	1.303	144	9
Roraima	637	8	80
Rio Grande do Sul	3.315	713	5
Santa Catarina	3.009	220	14
Sergipe	942	168	6
São Paulo	10.718	877	12
Tocantins	1.314	152	9
Justiça Eleitoral	52.638	9.317	6

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.21 - Cs1º - Casos Novos por Servidor no Tribunal Regional Eleitoral no 1º Grau.



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Cs1º - Casos Novos por Servidor no Tribunal Regional Eleitoral no 1º Grau.

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram no 1º Grau da Justiça Eleitoral para cada servidor lotado na área judiciária no período-base (semestre).

Fórmula: $Cs1º = Cn1º / SaJud1º$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

· $Cn1º = CnCCrim1º + CnCNCrim1º + CnExtFisc1º$

· SaJud1º - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária do 1º Grau: Número total de servidores lotados na área judiciária do 1º grau da Justiça Eleitoral, em efetiva atividade no final do período-base (semestre), abrangendo os servidores efetivos (exceto cedidos), os requisitados e os ocupantes apenas de cargo em comissão.

Considera-se área judiciária os setores que impulsionam diretamente a tramitação do processo judicial, tais como: protocolo judicial, distribuição, gabinetes, contadoria, precatórios, secretarias judiciárias, centrais de mandados, taquigrafias, estenotipia, setores de processamentos de autos, hastas públicas, perícia (contábil, médica, de serviço social e de psicologia), central de conciliação, setores de admissibilidade de recursos, arquivo.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.8. K1º - Carga de trabalho dos magistrados no 1º Grau

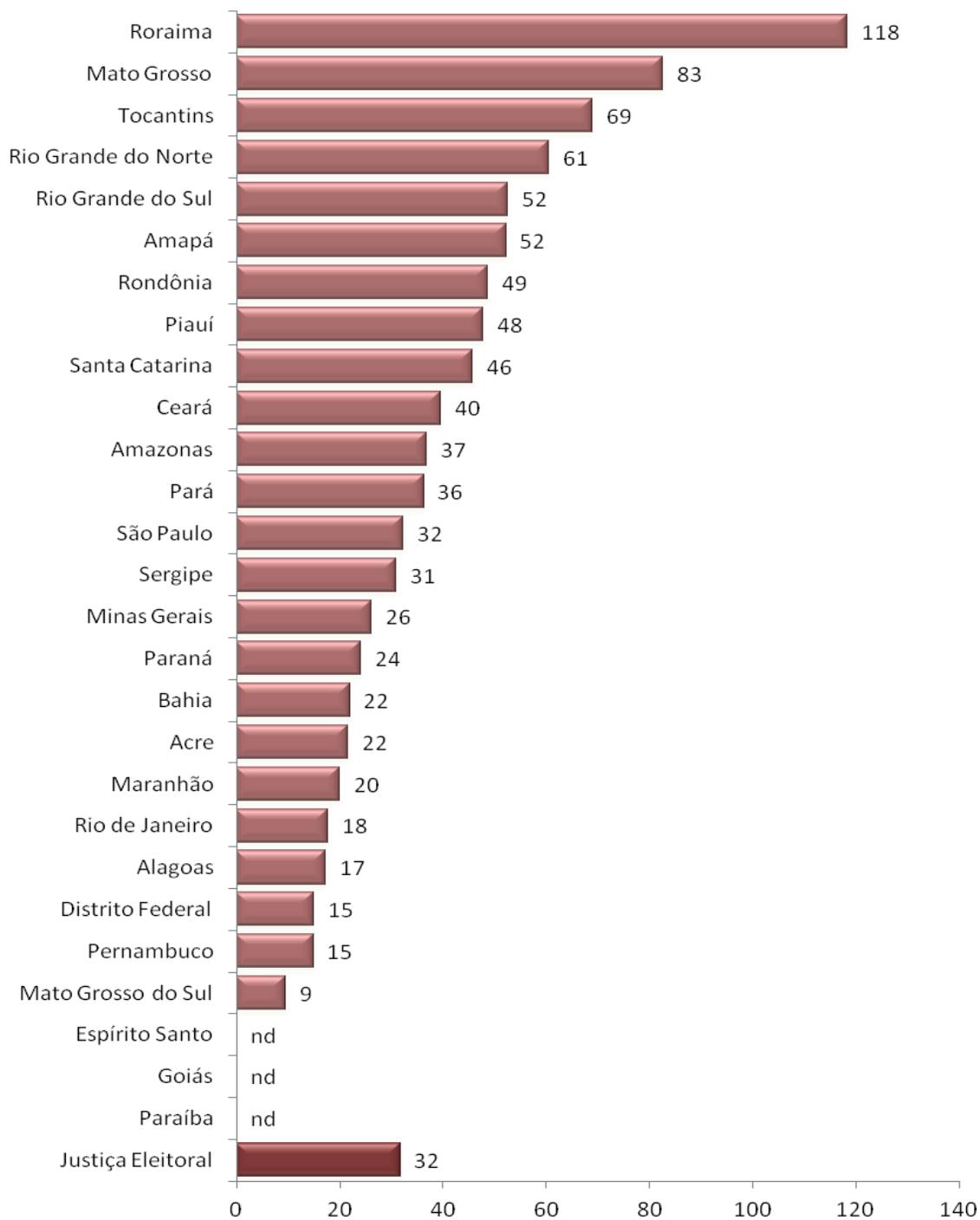
Tabela 2.22 - K1º - Carga de trabalho dos magistrados no 1º Grau

Tribunal Regional Eleitoral	Cn1º - Casos Novos no 1º Grau	Cp1º - Casos Pendentes no 1º Grau	RIntC1º - Recursos Internos no 1º Grau na Fase de Conhecimento	RIntCP1º - Recursos Internos Pendentes no 1º Grau na Fase de Conhecimento	Mag1º - Número de Cargos de Magistrado no 1º Grau	K1º - Carga de trabalho dos magistrados no 1º Grau
Acre	135	81	0	0	10	22
Alagoas	484	460	10	0	55	17
Amazonas	2.272	297	6	0	70	37
Amapá	259	420	0	0	13	52
Bahia	1.331	3.129	30	5	205	22
Ceará	1.854	2.945	48	16	123	40
Distrito Federal	324	5	0	0	22	15
Espírito Santo	nd	nd	nd	nd	55	nd
Goiás	1.048	nd	2	nd	120	nd
Maranhão	962	1.256	0	0	111	20
Minas Gerais	6.845	2.286	15	3	351	26
Mato Grosso do Sul	949	68	1	1	108	9
Mato Grosso	1.999	2.960	nd	nd	60	83
Pará	2.816	912	41	5	104	36
Paraíba	nd	nd	nd	nd	77	nd
Pernambuco	434	1.804	5	3	151	15
Piauí	1.752	2.933	nd	nd	98	48
Paraná	2.948	1.994	21	0	206	24
Rio de Janeiro	2.741	1.619	33	1	249	18
Rio Grande do Norte	2.247	1.932	1	0	69	61
Rondônia	1.303	396	3	nd	35	49
Roraima	637	310	0	0	8	118
Rio Grande do Sul	3.315	5.764	0	0	173	52
Santa Catarina	3.009	1.784	6	0	105	46
Sergipe	942	173	nd	nd	36	31
São Paulo	10.718	2.987	10	0	424	32
Tocantins	1.314	1.098	2	0	35	69
Justiça Eleitoral	52.638	37.613	234	34	3.073	32

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.22 - K1º - Carga de trabalho dos magistrados no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

K1º - Carga de trabalho dos magistrados no 1º Grau

Finalidade: Indicar a carga de trabalho dos magistrados do 1º Grau da Justiça Eleitoral no período-base (semestre).

Fórmula: $K1º = (Cn1º + Cp1º + RIntC1º + RIntCP1º) / Mag1º$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

· $Cn1º = CnCCrim1º + CnCNCrim1º + CnExtFisc1º$

· $Cp1º = CpCCrim1º + CpCNCrim1º + CpExtFisc1º$

· $RIntC1º$ - Recursos Internos no 1º Grau na Fase de Conhecimento: Os embargos de declaração opostos contra decisão de 1º Grau, no período-base (semestre).

· $RIntCP1º$ - Recursos Internos Pendentes no 1º Grau na Fase de Conhecimento: Saldo residual de embargos de declaração contra decisão de 1º Grau opostos até o final do período anterior ao período-base e que não foram decididos até o final do período anterior ao período-base (semestre).

· $Mag1º$ - Número de Cargos de Magistrado no 1º Grau: Número de cargos de Magistrado no 1º Grau da Justiça Eleitoral no final do ano-base.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.9. TC1º - Taxa de congestionamento no 1º Grau

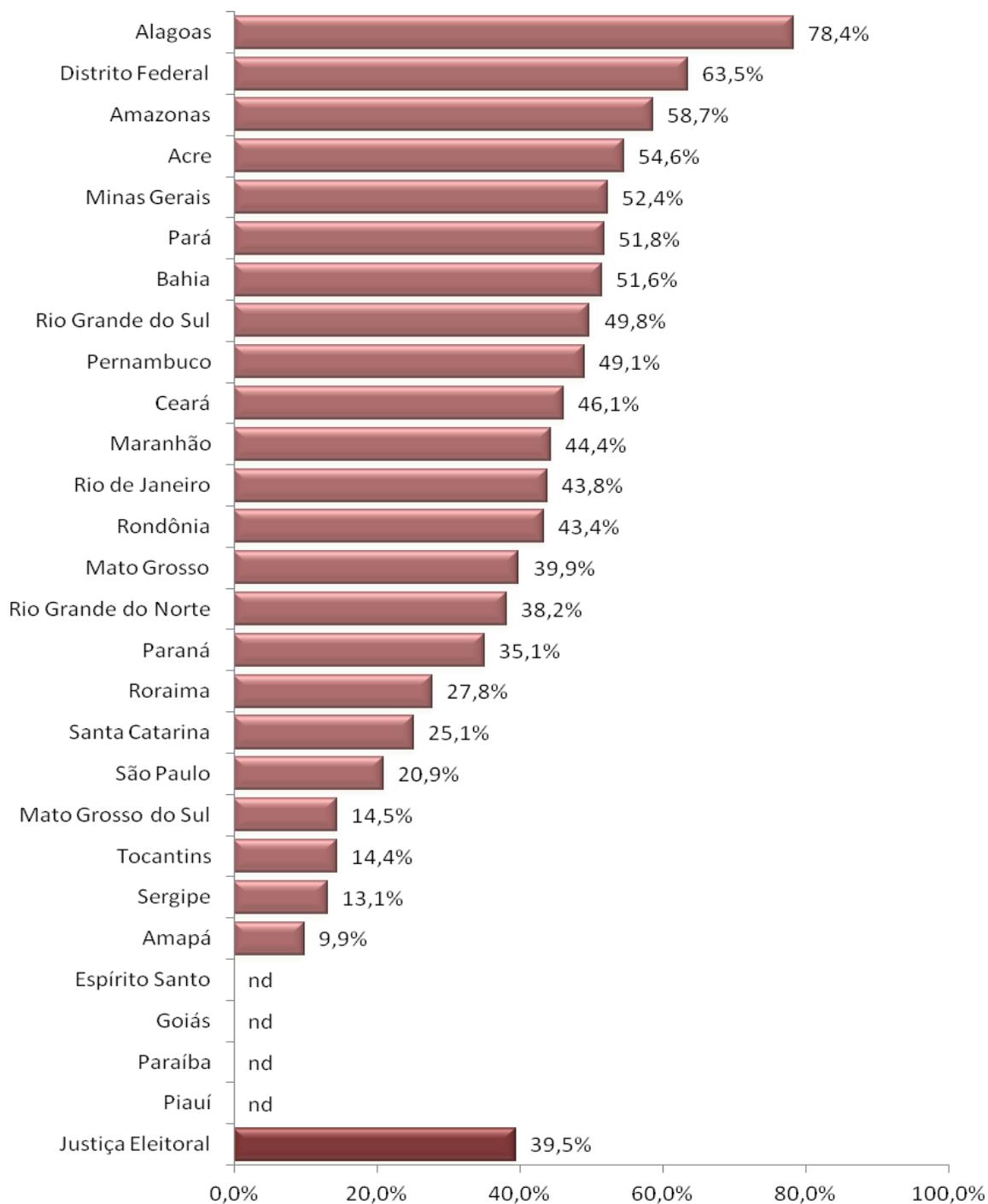
Tabela 2.23 - TC1º - Taxa de congestionamento no 1º Grau

Tribunal Regional Eleitoral	TBaix1º - Total de Processos Baixados no 1º Grau	Cn1º - Casos Novos no 1º Grau	Cp1º - Casos Pendentes no 1º Grau	TC1º - Taxa de congestionamento no 1º Grau
Acre	98	135	81	54,6%
Alagoas	204	484	460	78,4%
Amazonas	1.061	2.272	297	58,7%
Amapá	612	259	420	9,9%
Bahia	2.160	1.331	3.129	51,6%
Ceará	2.587	1.854	2.945	46,1%
Distrito Federal	120	324	5	63,5%
Espírito Santo	nd	nd	nd	nd
Goiás	396	1.048	nd	nd
Maranhão	1.233	962	1.256	44,4%
Minas Gerais	4.350	6.845	2.286	52,4%
Mato Grosso do Sul	870	949	68	14,5%
Mato Grosso	2.982	1.999	2.960	39,9%
Pará	1.797	2.816	912	51,8%
Paraíba	nd	nd	nd	nd
Pernambuco	1.139	434	1.804	49,1%
Piauí	2.972	1.752	2.933	nd
Paraná	3.206	2.948	1.994	35,1%
Rio de Janeiro	2.449	2.741	1.619	43,8%
Rio Grande do Norte	2.582	2.247	1.932	38,2%
Rondônia	962	1.303	396	43,4%
Roraima	684	637	310	27,8%
Rio Grande do Sul	4.559	3.315	5.764	49,8%
Santa Catarina	3.588	3.009	1.784	25,1%
Sergipe	969	942	173	13,1%
São Paulo	10.837	10.718	2.987	20,9%
Tocantins	2.065	1.314	1.098	14,4%
Justiça Eleitoral	54.482	52.638	37.613	39,5%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.23 - TC1º - Taxa de congestionamento no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

TC1º - Taxa de congestionamento no 1º Grau

Finalidade: Indicar a taxa de congestionamento do 1º Grau da Justiça Eleitoral no período-base (semestre).

Fórmula: $TC1^\circ = 1 - (TBaix1^\circ / (Cn1^\circ + Cp1^\circ))$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $TBaix1^\circ = TBaixCCrim1^\circ + TBaixCNCrim1^\circ + TBaixExtFisc1^\circ$
- $Cn1^\circ = CnCCrim1^\circ + CnCNCrim1^\circ + CnExtFisc1^\circ$
- $Cp1^\circ = CpCCrim1^\circ + CpCNCrim1^\circ + CpExtFisc1^\circ$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.10. SM1º - Sentenças por Magistrado no 1º Grau

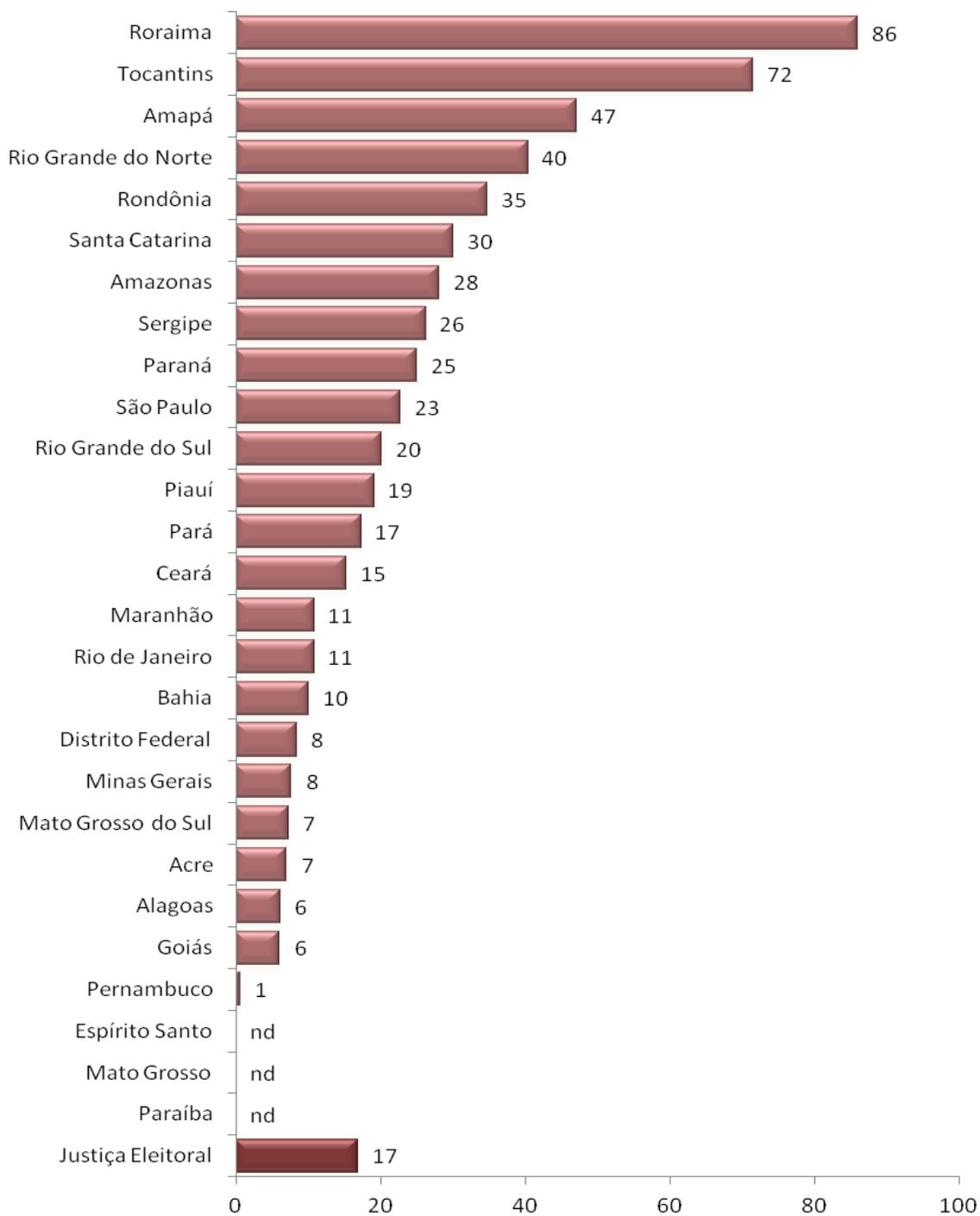
Tabela 2.24 - SM1º - Sentenças por Magistrado no 1º Grau

Tribunal Regional Eleitoral	Sent1º - Total de Sentenças no 1º Grau	Mag1º - Número de Cargos de Magistrado no 1º Grau	SM1º - Sentenças por Magistrado no 1º Grau
Acre	70	10	7
Alagoas	335	55	6
Amazonas	1.971	70	28
Amapá	612	13	47
Bahia	2.062	205	10
Ceará	1.871	123	15
Distrito Federal	184	22	8
Espírito Santo	nd	55	nd
Goiás	726	120	6
Maranhão	1.199	111	11
Minas Gerais	2.684	351	8
Mato Grosso do Sul	784	108	7
Mato Grosso	nd	60	nd
Pará	1.797	104	17
Paraíba	nd	77	nd
Pernambuco	91	151	1
Piauí	1.871	98	19
Paraná	5.152	206	25
Rio de Janeiro	2.685	249	11
Rio Grande do Norte	2.786	69	40
Rondônia	1.218	35	35
Roraima	688	8	86
Rio Grande do Sul	3.481	173	20
Santa Catarina	3.158	105	30
Sergipe	945	36	26
São Paulo	9.654	424	23
Tocantins	2.504	35	72
Justiça Eleitoral	48.528	3.073	17

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.24 - SM1º - Sentenças por Magistrado no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

SM1º - Sentenças por Magistrado no 1º Grau

Finalidade: Indicar a média de sentenças por Magistrado do 1º grau de jurisdição da Justiça Eleitoral no período-base (semestre).

Fórmula: $SM1º = \text{Sent}1º / \text{Mag}1º$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $\text{Sent}1º = \text{SentCCrim}1º + \text{SentCNCrim}1º + \text{SentExtFisc}1º$
- $\text{Mag}1º$ - Número de Cargos de Magistrado no 1º Grau: Número de cargos de Magistrado no 1º Grau da Justiça Eleitoral no final do ano-base.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.11. ProcE1º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau

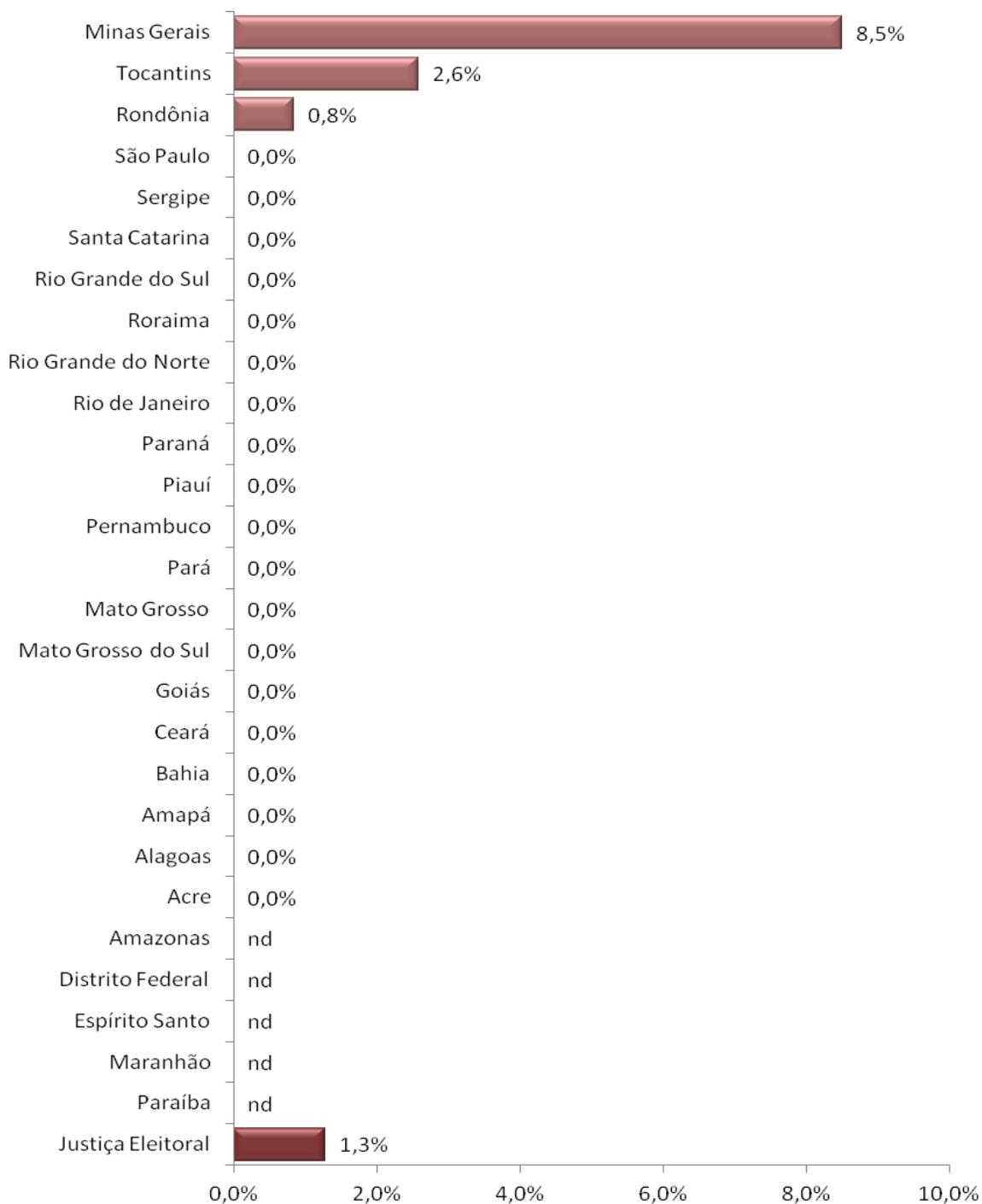
Tabela 2.25 - ProcE1º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau

Tribunal Regional Eleitoral	CnElet1º - Casos Novos Eletrônicos no 1º Grau	Cn1º - Casos Novos no 1º Grau	ProcE1º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau
Acre	0	135	0,0%
Alagoas	0	484	0,0%
Amazonas	nd	2.272	nd
Amapá	0	259	0,0%
Bahia	0	1.331	0,0%
Ceará	0	1.854	0,0%
Distrito Federal	nd	324	nd
Espírito Santo	nd	nd	nd
Goiás	0	1.048	0,0%
Maranhão	nd	962	nd
Minas Gerais	582	6.845	8,5%
Mato Grosso do Sul	0	949	0,0%
Mato Grosso	0	1.999	0,0%
Pará	0	2.816	0,0%
Paraíba	nd	nd	nd
Pernambuco	0	434	0,0%
Piauí	0	1.752	0,0%
Paraná	0	2.948	0,0%
Rio de Janeiro	0	2.741	0,0%
Rio Grande do Norte	0	2.247	0,0%
Rondônia	11	1.303	0,8%
Roraima	0	637	0,0%
Rio Grande do Sul	0	3.315	0,0%
Santa Catarina	0	3.009	0,0%
Sergipe	0	942	0,0%
São Paulo	0	10.718	0,0%
Tocantins	34	1.314	2,6%
Justiça Eleitoral	627	52.638	1,3%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.25 - ProcE1º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

ProcEI1º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau

Finalidade: Demonstrar o percentual de processos que ingressaram por meio eletrônico em relação ao total de processos ingressados no 1º Grau da Justiça Eleitoral no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{ProcEI1}^\circ = \text{CnElet1}^\circ / \text{Cn1}^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnElet1º - Casos Novos Eletrônicos no 1º Grau: Os processos eletrônicos, originários que ingressaram na Justiça Eleitoral de 1º Grau no período-base (semestre).
- $\text{Cn1}^\circ = \text{CnCCrim1}^\circ + \text{CnCNCrim1}^\circ + \text{CnExtFisc1}^\circ$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.12. TbCn1º - Processos Baixados por Caso Novo no 1º Grau

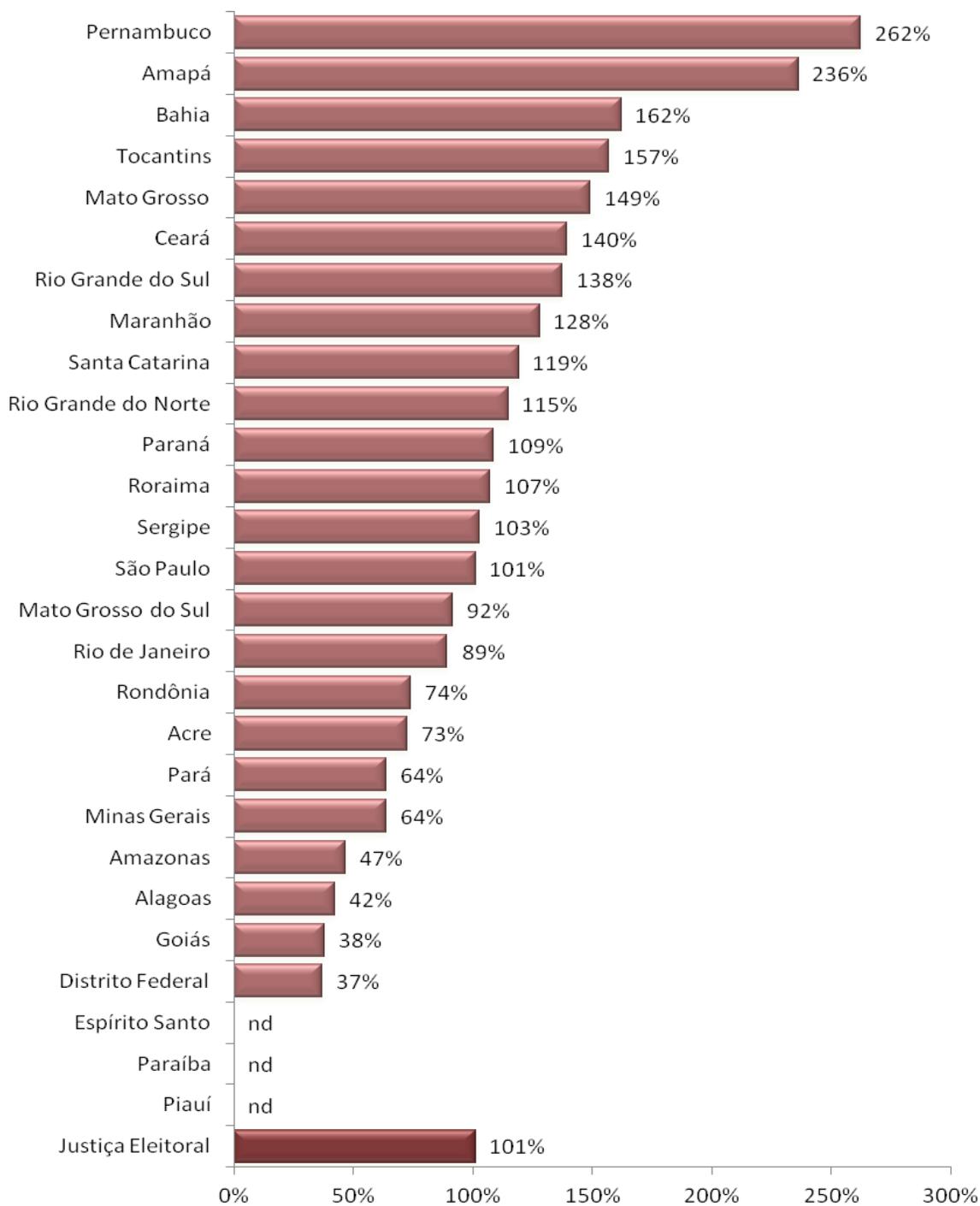
Tabela 2.26 - TbCn1º - Processos Baixados por Caso Novo no 1º Grau

Tribunal Regional Eleitoral	TBaix1º - Total de Processos Baixados no 1º Grau	Cn1º - Casos Novos no 1º Grau	TbCn1º - Processos Baixados por Caso Novo no 1º Grau
Acre	98	135	73%
Alagoas	204	484	42%
Amazonas	1.061	2.272	47%
Amapá	612	259	236%
Bahia	2.160	1.331	162%
Ceará	2.587	1.854	140%
Distrito Federal	120	324	37%
Espírito Santo	nd	nd	nd
Goiás	396	1.048	38%
Maranhão	1.233	962	128%
Minas Gerais	4.350	6.845	64%
Mato Grosso do Sul	870	949	92%
Mato Grosso	2.982	1.999	149%
Pará	1.797	2.816	64%
Paraíba	nd	nd	nd
Pernambuco	1.139	434	262%
Piauí	2.972	1.752	nd
Paraná	3.206	2.948	109%
Rio de Janeiro	2.449	2.741	89%
Rio Grande do Norte	2.582	2.247	115%
Rondônia	962	1.303	74%
Roraima	684	637	107%
Rio Grande do Sul	4.559	3.315	138%
Santa Catarina	3.588	3.009	119%
Sergipe	969	942	103%
São Paulo	10.837	10.718	101%
Tocantins	2.065	1.314	157%
Justiça Eleitoral	54.482	52.638	101%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.26 - TbCn1º - Processos Baixados por Caso Novo no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

TbCn1º - Processos Baixados por Caso Novo no 1º Grau

Finalidade: Indicar o percentual de processos baixados no 1º grau em relação ao total de casos novos no período-base (semestre).

Fórmula: $TbCn1^\circ = T\text{Baix}1^\circ / Cn1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $T\text{Baix}1^\circ = T\text{BaixCCrim}1^\circ + T\text{BaixCNCrim}1^\circ + T\text{BaixExtFisc}1^\circ$
- $Cn1^\circ = Cn\text{CCrim}1^\circ + Cn\text{CNCrim}1^\circ + Cn\text{ExtFisc}1^\circ$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.13. Rx1º - Recorribilidade Externa no 1º Grau

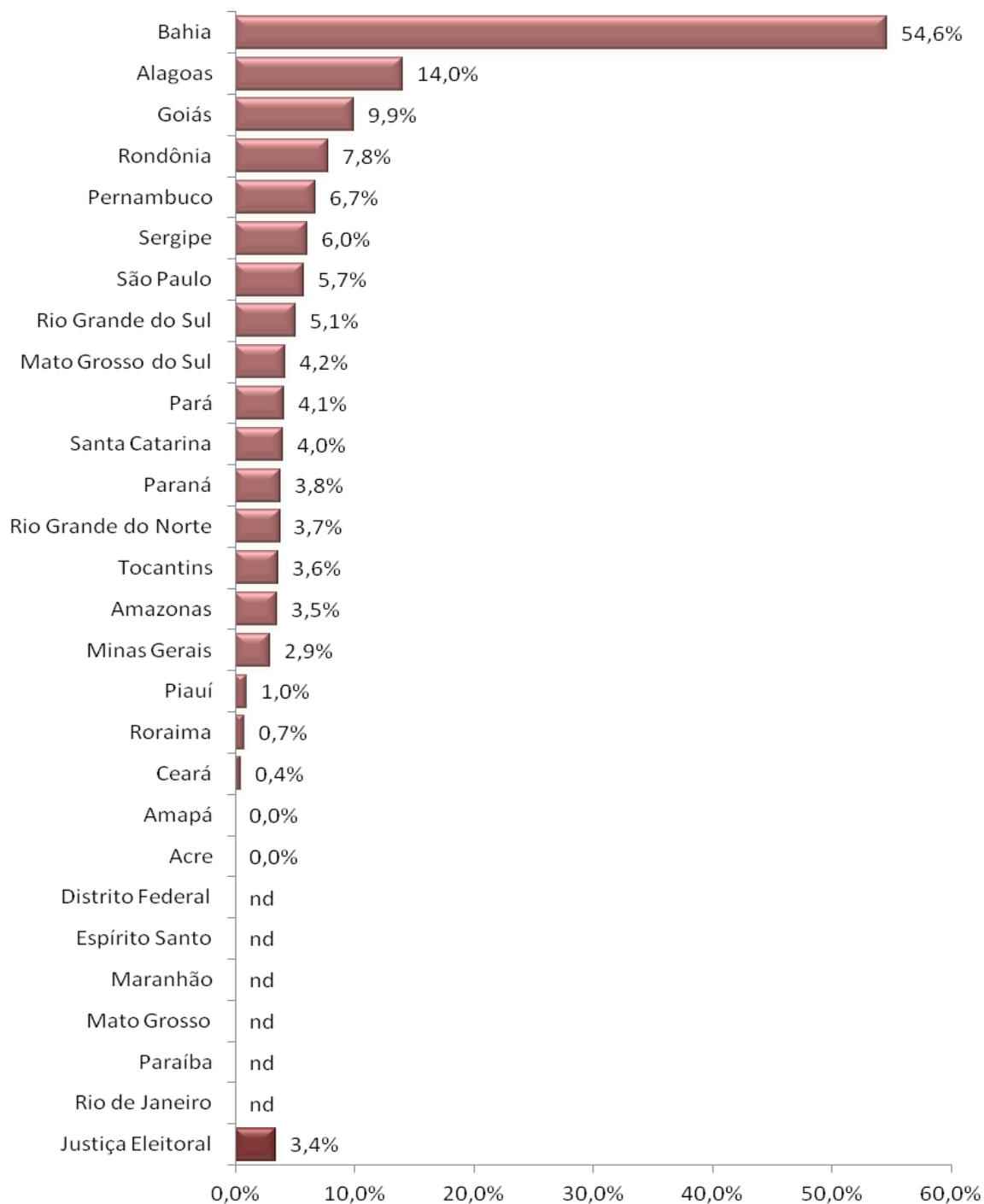
Tabela 2.27 - Rx1º - Recorribilidade Externa no 1º Grau

Tribunal Regional Eleitoral	RSup1º - Recursos a Instância Superior no 1º Grau	DeRExt1º - Decisões Passíveis de Recurso Externo no 1º Grau	Rx1º - Recorribilidade Externa no 1º Grau
Acre	0	157	0,0%
Alagoas	8	57	14,0%
Amazonas	22	633	3,5%
Amapá	0	49	0,0%
Bahia	238	436	54,6%
Ceará	121	27.954	0,4%
Distrito Federal	nd	nd	nd
Espírito Santo	33	nd	nd
Goiás	72	726	9,9%
Maranhão	86	0	nd
Minas Gerais	654	22.358	2,9%
Mato Grosso do Sul	28	664	4,2%
Mato Grosso	nd	nd	nd
Pará	73	1.797	4,1%
Paraíba	nd	nd	nd
Pernambuco	181	2.701	6,7%
Piauí	18	1.869	1,0%
Paraná	208	5.474	3,8%
Rio de Janeiro	100	0	nd
Rio Grande do Norte	115	3.075	3,7%
Rondônia	69	883	7,8%
Roraima	5	688	0,7%
Rio Grande do Sul	178	3.518	5,1%
Santa Catarina	139	3.517	4,0%
Sergipe	83	1.379	6,0%
São Paulo	546	9.570	5,7%
Tocantins	23	646	3,6%
Justiça Eleitoral	3.000	88.151	3,4%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.27 - Rx1º - Recorribilidade Externa no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Rx1º - Recorribilidade Externa no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de recursos endereçados ao Tribunal Regional Eleitoral, em relação ao número de decisões no 1º Grau da Justiça Eleitoral, passíveis de recurso externo no período-base (semestre).

Fórmula: $Rx1^\circ = RSup1^\circ / DeRExt1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- RSup1º - Recursos a Instância Superior no 1º Grau: Número de recursos interpostos em decisões da Justiça Eleitoral de 1º grau no período-base, endereçadas ao Tribunal Regional Eleitoral.
- DeRExt1º - Decisões Passíveis de Recurso Externo no 1º Grau: Decisões proferidas no 1º grau da Justiça Eleitoral passíveis de recurso ao Tribunal Regional Eleitoral.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.14. Rin1º - Recorribilidade Interna na Fase de Conhecimento do 1º Grau

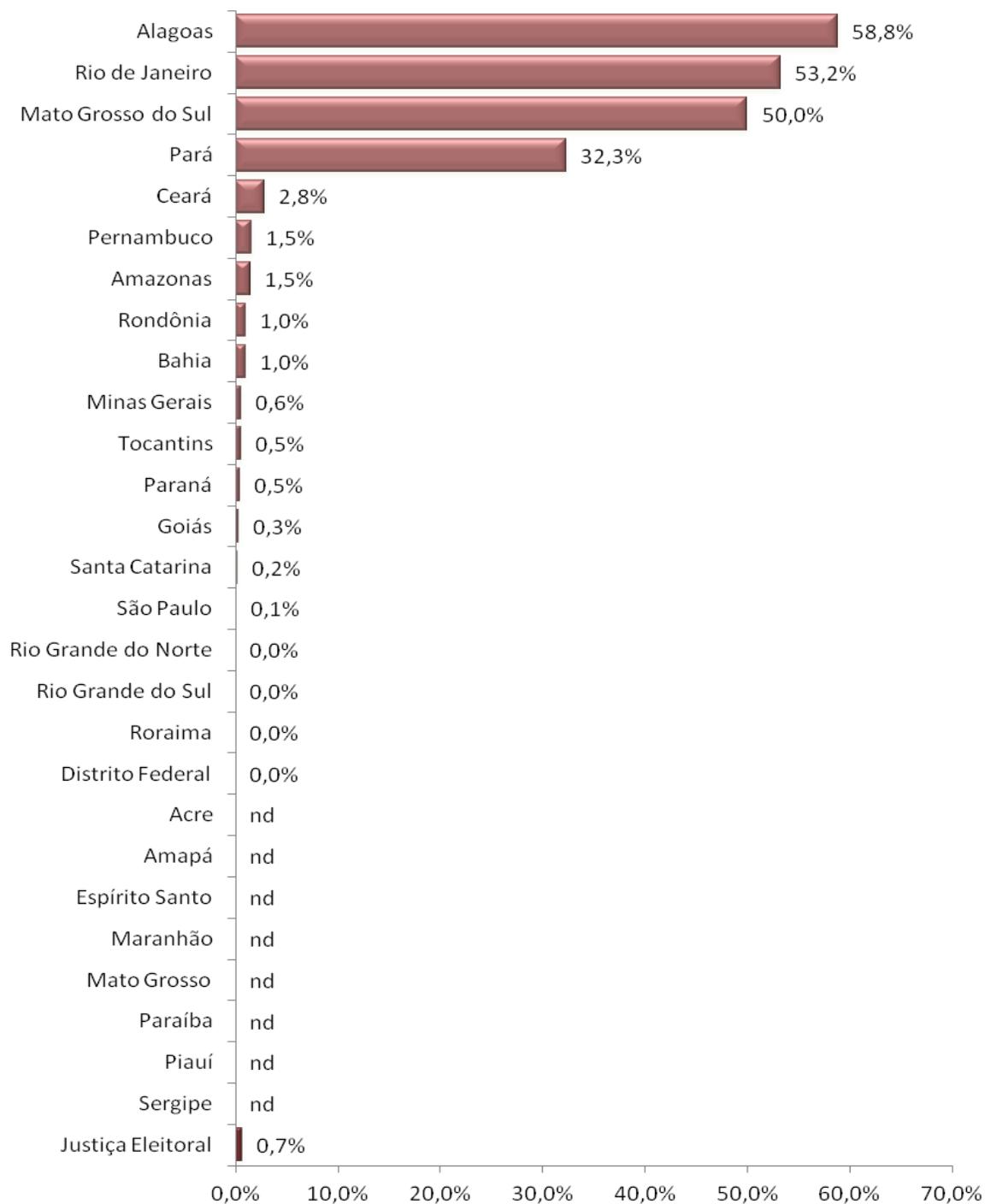
Tabela 2.28 - Rin1º - Recorribilidade Interna na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Tribunal Regional Eleitoral	RIntC1º - Recursos Internos no 1º Grau na Fase de Conhecimento	SeRInt1º - Sentenças no 1º Grau Passíveis de Recurso Interno	Rin1º - Recorribilidade Interna na Fase de Conhecimento do 1º Grau
Acre	0	0	nd
Alagoas	10	17	58,8%
Amazonas	6	406	1,5%
Amapá	0	0	nd
Bahia	30	2.975	1,0%
Ceará	48	1.710	2,8%
Distrito Federal	0	3	0,0%
Espírito Santo	nd	nd	nd
Goiás	2	726	0,3%
Maranhão	0	0	nd
Minas Gerais	15	2.684	0,6%
Mato Grosso do Sul	1	2	50,0%
Mato Grosso	nd	nd	nd
Pará	41	127	32,3%
Paraíba	nd	nd	nd
Pernambuco	5	324	1,5%
Piauí	nd	4.957	nd
Paraná	21	4.590	0,5%
Rio de Janeiro	33	62	53,2%
Rio Grande do Norte	1	2.642	0,0%
Rondônia	3	292	1,0%
Roraima	0	688	0,0%
Rio Grande do Sul	0	3.518	0,0%
Santa Catarina	6	3.012	0,2%
Sergipe	nd	848	nd
São Paulo	10	9.570	0,1%
Tocantins	2	381	0,5%
Justiça Eleitoral	234	39.534	0,7%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.28 - Rin1º - Recorribilidade Interna na Fase de Conhecimento do 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Rin1º - Recorribilidade Interna na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de recursos internos interpostos no 1º Grau da Justiça Eleitoral em relação ao número de sentenças passíveis de recurso interno proferidas no período-base (semestre).

Fórmula: $Rin1^\circ = RIntC1^\circ / SeRInt1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- RIntC1º - Recursos Internos no 1º Grau na Fase de Conhecimento: Os embargos de declaração opostos contra decisão de 1º Grau, no período-base (semestre).
- SeRInt1º - Sentenças no 1º Grau Passíveis de Recurso Interno: As decisões que põem fim à relação processual na fase de conhecimento no 1º Grau, com ou sem a análise do mérito, de extinção de processo por desistência ou renúncia ao direito sobre que se funda a ação, no período-base (semestre).

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.15. Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau

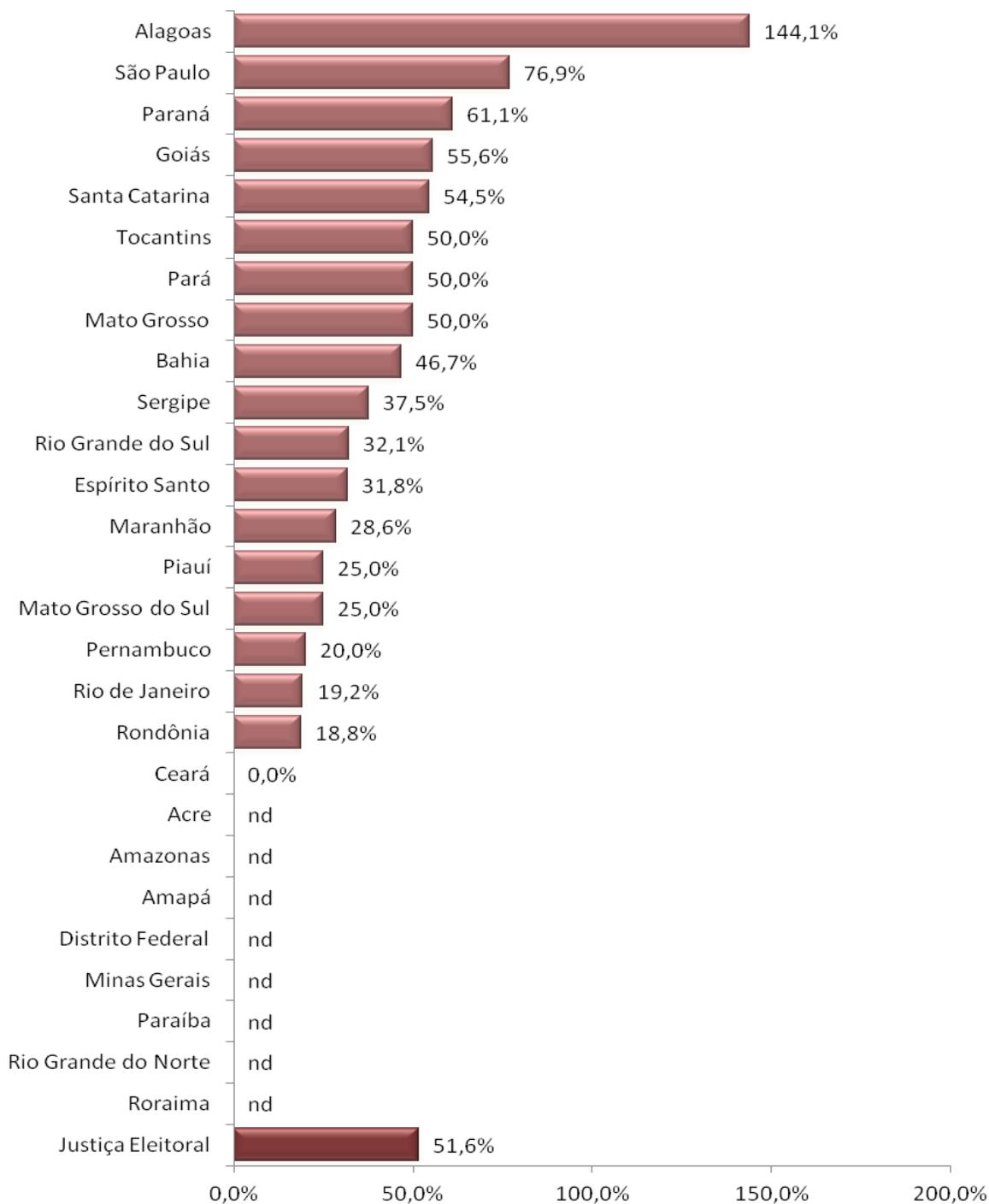
Tabela 2.29 - Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau

Tribunal Regional Eleitoral	RpAp1º - Recursos de Apelação Criminal Eleitoral Providos pelo TRE	RjAp1º - Recursos de Apelação Criminal Eleitoral Julgados pelo TRE	Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau
Acre	0	0	nd
Alagoas	49	34	144,1%
Amazonas	0	0	nd
Amapá	0	0	nd
Bahia	7	15	46,7%
Ceará	0	9	0,0%
Distrito Federal	0	0	nd
Espírito Santo	7	22	31,8%
Goiás	5	9	55,6%
Maranhão	2	7	28,6%
Minas Gerais	349	0	nd
Mato Grosso do Sul	1	4	25,0%
Mato Grosso	6	12	50,0%
Pará	1	2	50,0%
Paraíba	nd	nd	nd
Pernambuco	1	5	20,0%
Piauí	1	4	25,0%
Paraná	11	18	61,1%
Rio de Janeiro	10	52	19,2%
Rio Grande do Norte	0	0	nd
Rondônia	3	16	18,8%
Roraima	0	0	nd
Rio Grande do Sul	9	28	32,1%
Santa Catarina	12	22	54,5%
Sergipe	3	8	37,5%
São Paulo	30	39	76,9%
Tocantins	1	2	50,0%
Justiça Eleitoral	508	308	51,6%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.29 - Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de recursos julgados e providos contra decisões do 1º Grau da Justiça Eleitoral, ainda que parcialmente, em relação ao número de recursos julgados contra decisões do 1º Grau da Justiça Eleitoral no período-base (semestre).

Fórmula: $Rd1º = RpAP1º / RjAP1º$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

· RpAp1º - Recursos de Apelação Criminal Eleitoral Providos pelo TRE: Número de recursos de apelação criminal eleitoral julgados e providos pelo TRE, contra decisões proferidas no 1º Grau da Justiça Eleitoral.

· RjAp1º - Recursos de Apelação Criminal Eleitoral Julgados pelo TRE: Número de recursos de apelação criminal eleitoral julgados pelo TRE, contra decisões proferidas no 1º Grau da Justiça Eleitoral.

2. Litigiosidade.

2.3. Litigiosidade Total

2.3.1. Ch - Casos Novos por 100.000 habitantes

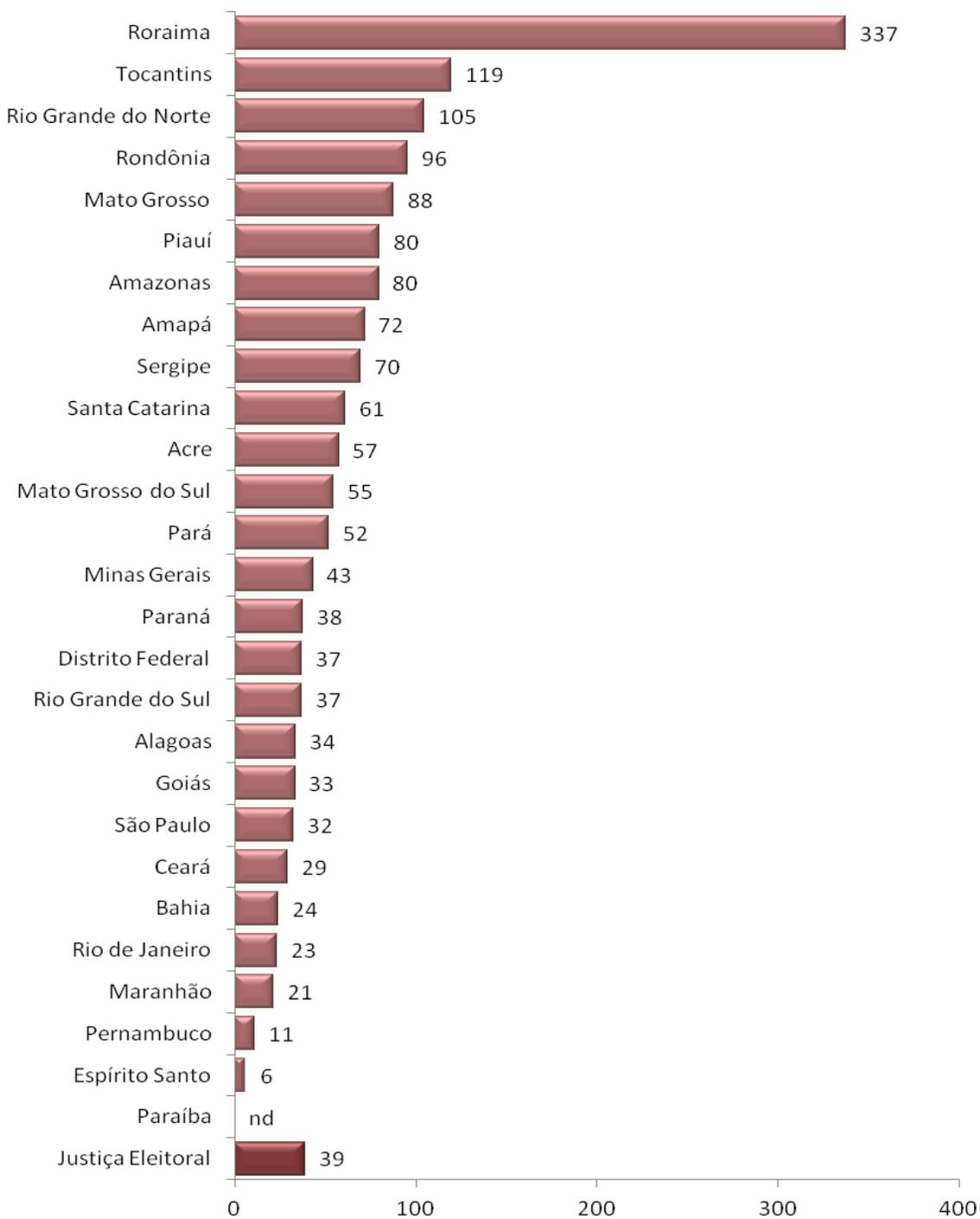
Tabela 2.30 - Ch - Casos Novos por 100.000 habitantes

Tribunal Regional Eleitoral	Cn - Casos Novos	h2 - Número de Habitantes Dividido por 100.000	Ch - Casos Novos por 100.000 habitantes
Acre	429	7	57
Alagoas	1.061	31	34
Amazonas	2.817	35	80
Amapá	491	7	72
Bahia	3.382	141	24
Ceará	2.502	85	29
Distrito Federal	964	26	37
Espírito Santo	211	35	6
Goiás	2.026	61	33
Maranhão	1.417	66	21
Minas Gerais	8.518	197	43
Mato Grosso do Sul	1.355	25	55
Mato Grosso	2.704	31	88
Pará	4.000	77	52
Paraíba	nd	38	nd
Pernambuco	968	89	11
Piauí	2.514	31	80
Paraná	3.960	105	38
Rio de Janeiro	3.721	161	23
Rio Grande do Norte	3.343	32	105
Rondônia	1.508	16	96
Roraima	1.552	5	337
Rio Grande do Sul	3.949	107	37
Santa Catarina	3.849	63	61
Sergipe	1.457	21	70
São Paulo	13.464	416	32
Tocantins	1.671	14	119
Justiça Eleitoral	73.833	1.924	39

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.30 - Ch - Casos Novos por 100.000 habitantes



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Ch - Casos Novos por 100.000 habitantes

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram na Justiça Eleitoral para cada 100.000 habitantes do estado no período-base (semestre).

Fórmula: $Ch = Cn / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $Cn = CnCrim2º + CnNCrim2º + CnCCrim1º + CnCNrim1º + CnExtFisc1º$
- h2 - Número de Habitantes Dividido por 100.000: Número de habitantes do Estado baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

2. Litigiosidade.

2.3. Litigiosidade Total

2.3.2. Cm - Casos Novos por Magistrado

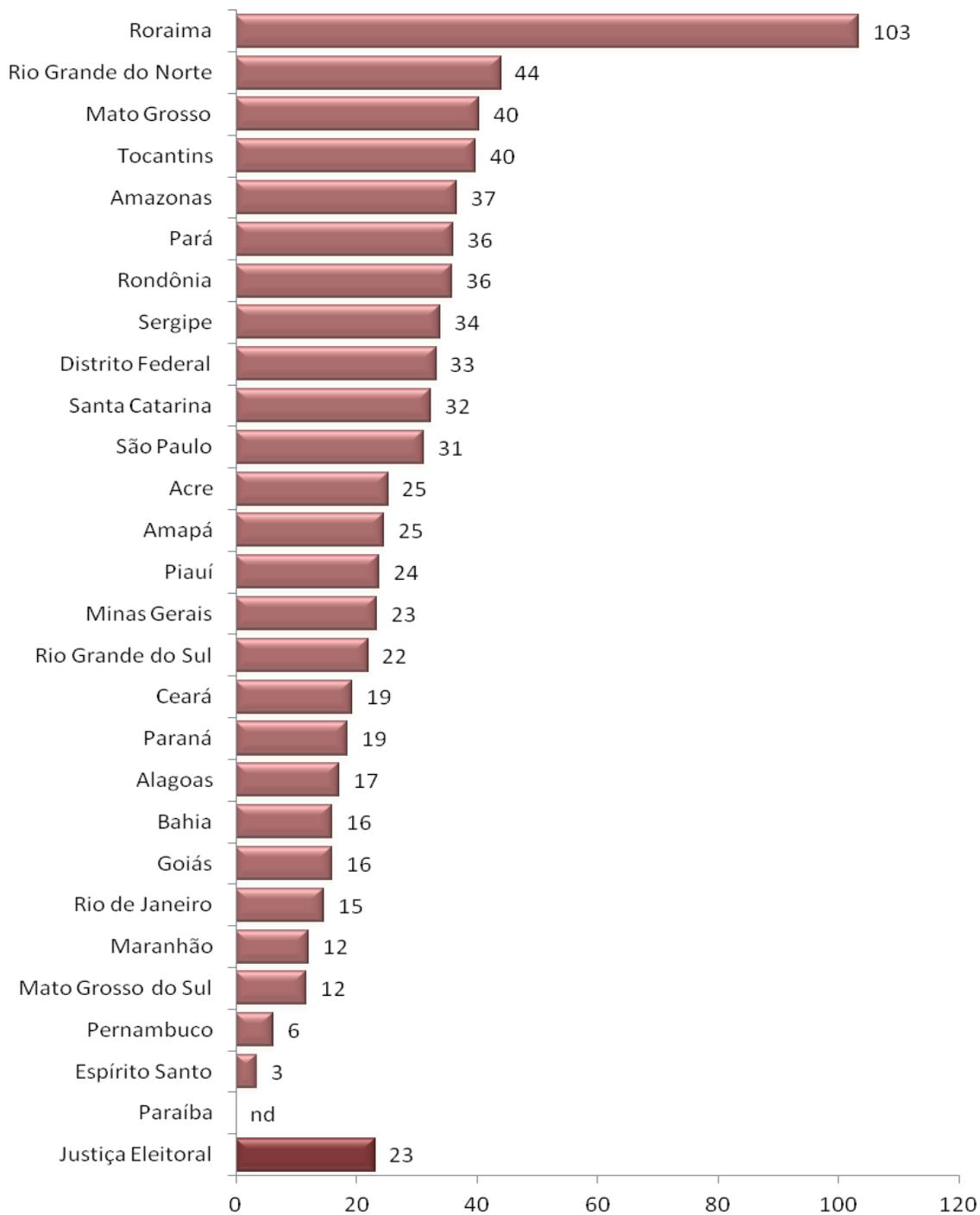
Tabela 2.31 - Cm - Casos Novos por Magistrado

Tribunal Regional Eleitoral	Cn - Casos Novos	Mag - Total de Magistrados do Tribunal Regional Eleitoral	Cm - Casos Novos por Magistrado
Acre	429	17	25
Alagoas	1.061	62	17
Amazonas	2.817	77	37
Amapá	491	20	25
Bahia	3.382	212	16
Ceará	2.502	130	19
Distrito Federal	964	29	33
Espírito Santo	211	62	3
Goiás	2.026	127	16
Maranhão	1.417	118	12
Minas Gerais	8.518	365	23
Mato Grosso do Sul	1.355	116	12
Mato Grosso	2.704	67	40
Pará	4.000	111	36
Paraíba	nd	84	nd
Pernambuco	968	158	6
Piauí	2.514	106	24
Paraná	3.960	214	19
Rio de Janeiro	3.721	256	15
Rio Grande do Norte	3.343	76	44
Rondônia	1.508	42	36
Roraima	1.552	15	103
Rio Grande do Sul	3.949	180	22
Santa Catarina	3.849	119	32
Sergipe	1.457	43	34
São Paulo	13.464	431	31
Tocantins	1.671	42	40
Justiça Eleitoral	73.833	3.279	23

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.31 - Cm - Casos Novos por Magistrado



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Cm - Casos Novos por Magistrado

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram na Justiça Eleitoral para cada Magistrado no período-base (semestre).

Fórmula: $Cm = Cn / Mag$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $Cn = CnCrim2º + CnNCrim2º + CnCCrim1º + CnCNCRim1º + CnExtFisc1º$
- $Mag = Mag2º + Mag1º$

2. Litigiosidade.

2.3. Litigiosidade Total

2.3.3. Cs - Casos Novos por Servidor

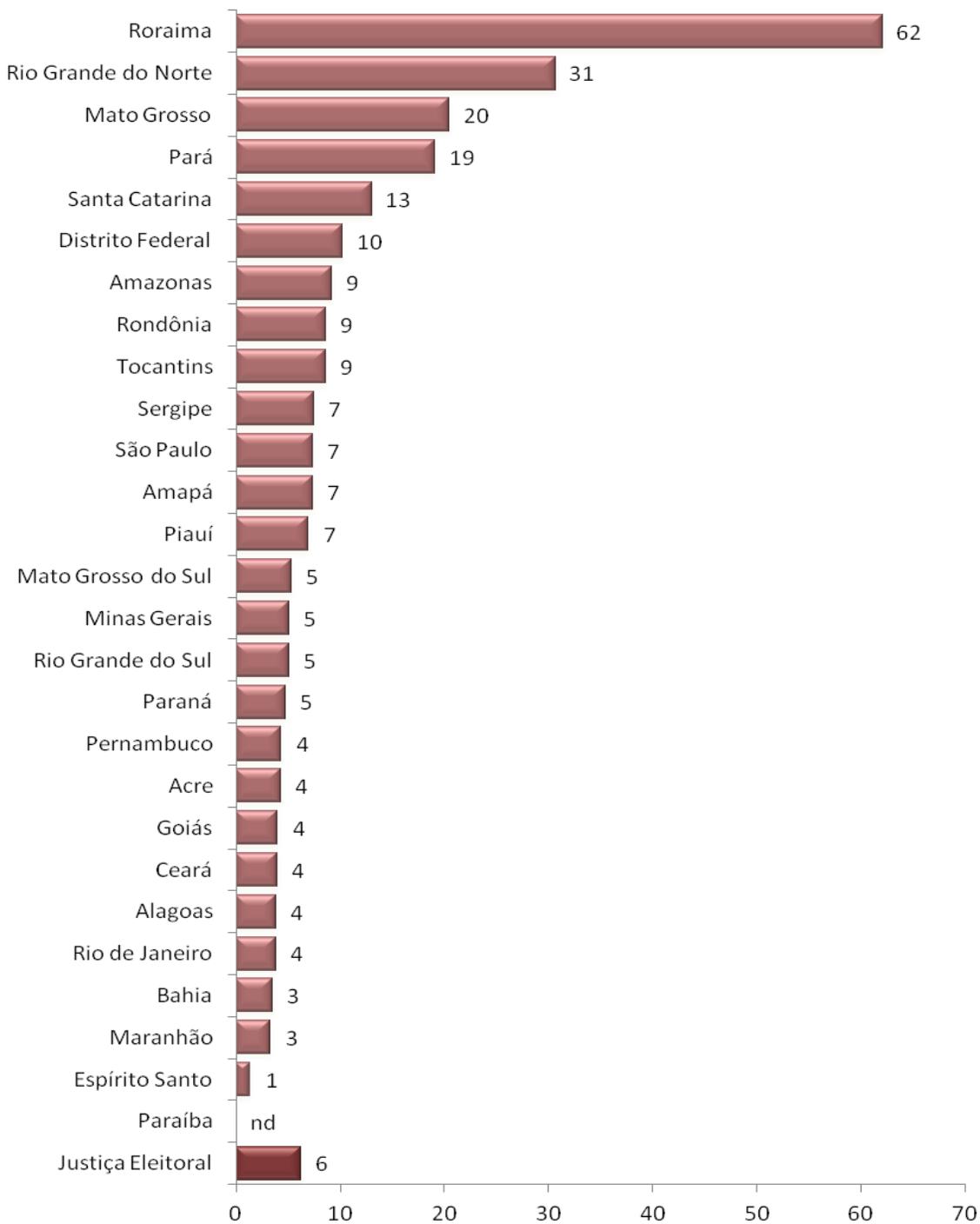
Tabela 2.32 - Cs - Casos Novos por Servidor

Tribunal Regional Eleitoral	Cn - Casos Novos	SaJud - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária	Cs - Casos Novos por Servidor
Acre	429	101	4
Alagoas	1.061	277	4
Amazonas	2.817	308	9
Amapá	491	67	7
Bahia	3.382	967	3
Ceará	2.502	639	4
Distrito Federal	964	94	10
Espírito Santo	211	157	1
Goiás	2.026	512	4
Maranhão	1.417	430	3
Minas Gerais	8.518	1.683	5
Mato Grosso do Sul	1.355	256	5
Mato Grosso	2.704	132	20
Pará	4.000	209	19
Paraíba	nd	421	nd
Pernambuco	968	225	4
Piauí	2.514	361	7
Paraná	3.960	842	5
Rio de Janeiro	3.721	983	4
Rio Grande do Norte	3.343	109	31
Rondônia	1.508	175	9
Roraima	1.552	25	62
Rio Grande do Sul	3.949	784	5
Santa Catarina	3.849	296	13
Sergipe	1.457	195	7
São Paulo	13.464	1.832	7
Tocantins	1.671	195	9
Justiça Eleitoral	73.833	12.275	6

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.32 - Cs - Casos Novos por Servidor



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Cs - Casos Novos por Servidor

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram na Justiça Eleitoral em relação ao total de servidores da área judiciária no período-base (semestre).

Fórmula: $Cs = Cn / SaJud$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $Cn = CnCrim2º + CnNCrim2º + CnCCrim1º + CnCNCRim1º + CnExtFisc1º$
- $SaJud = SaJud2º + SaJud1º$

2. Litigiosidade.

2.3. Litigiosidade Total

2.3.4. K - Carga de Trabalho dos Magistrados

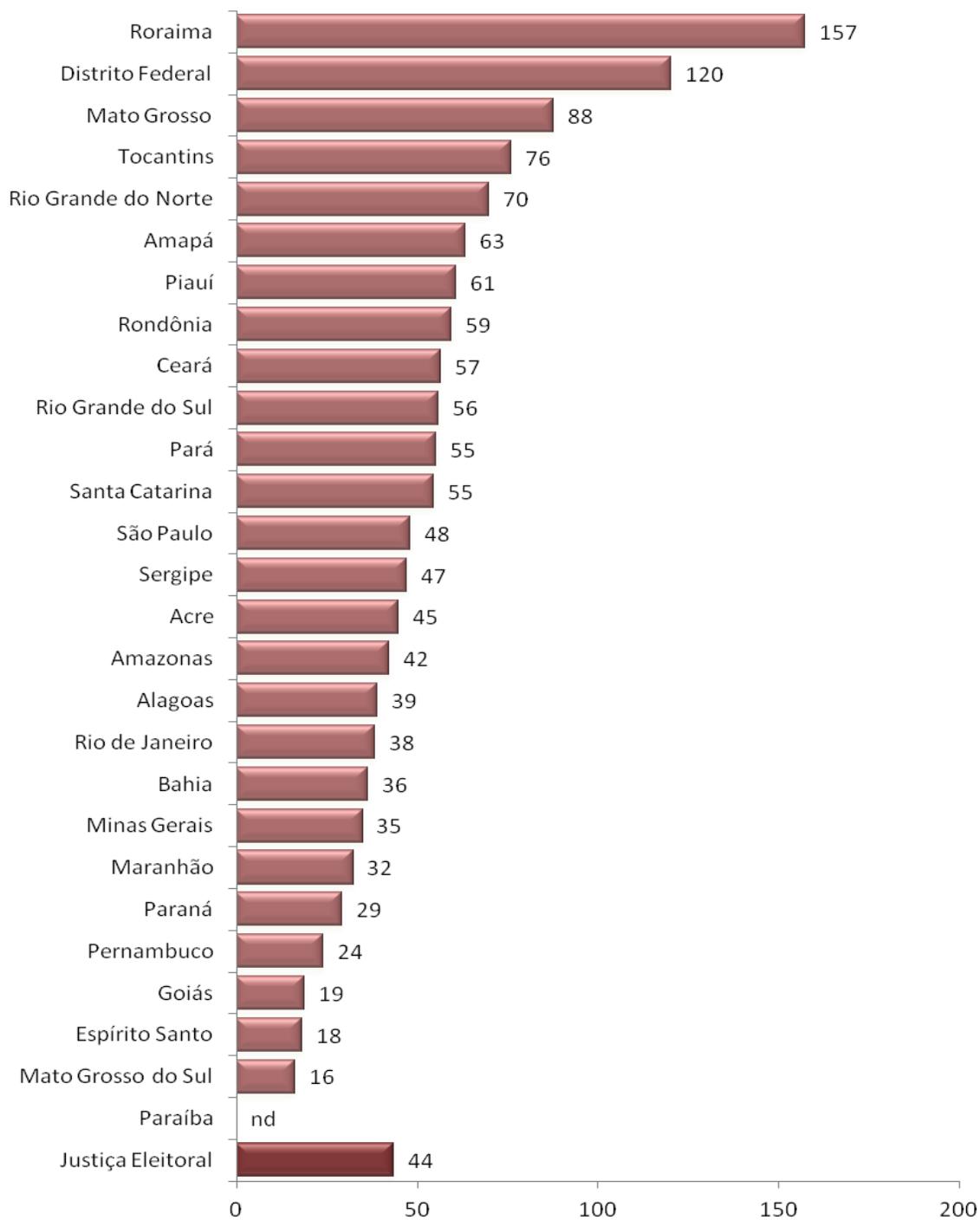
Tabela 2.33 - K - Carga de Trabalho dos Magistrados

Tribunal Regional Eleitoral	Cn - Casos Novos	Cp - Casos Pendentes	RIntC1º - Recursos Internos no 1º Grau na Fase de Conhecimento	RIntCP1º - Recursos Internos Pendentes no 1º Grau na Fase de Conhecimento	Mag - Total de Magistrados do Tribunal Regional Eleitoral	K - Carga de Trabalho dos Magistrados
Acre	429	323	0	0	17	45
Alagoas	1.061	1.303	10	0	62	39
Amazonas	2.817	372	6	0	77	42
Amapá	491	772	0	0	20	63
Bahia	3.382	4.109	30	5	212	36
Ceará	2.502	4.466	48	16	130	57
Distrito Federal	964	2.134	0	0	29	120
Espírito Santo	211	861	nd	nd	62	18
Goiás	2.026	316	2	nd	127	19
Maranhão	1.417	2.319	0	0	118	32
Minas Gerais	8.518	3.937	15	3	365	35
Mato Grosso do Sul	1.355	523	1	1	116	16
Mato Grosso	2.704	3.118	nd	nd	67	88
Pará	4.000	1.944	41	5	111	55
Paraíba	nd	nd	nd	nd	84	nd
Pernambuco	968	2.805	5	3	158	24
Piauí	2.514	3.777	nd	nd	106	61
Paraná	3.960	2.089	21	0	214	29
Rio de Janeiro	3.721	5.667	33	1	256	38
Rio Grande do Norte	3.343	1.938	1	0	76	70
Rondônia	1.508	967	3	nd	42	59
Roraima	1.552	737	0	0	15	157
Rio Grande do Sul	3.949	6.042	0	0	180	56
Santa Catarina	3.849	2.598	6	0	119	55
Sergipe	1.457	491	nd	nd	43	47
São Paulo	13.464	6.995	10	0	431	48
Tocantins	1.671	1.483	2	0	42	76
Justiça Eleitoral	73.833	62.086	234	34	3.279	44

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.33 - K - Carga de Trabalho dos Magistrados



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

K - Carga de Trabalho dos Magistrados

Finalidade: Indicar a carga de trabalho dos magistrados da Justiça Eleitoral no período-base (semestre).

Fórmula: $K = (Cn + Cp + RIntC1^{\circ} + RIntCP1^{\circ}) / Mag$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $Cn = CnCrim2^{\circ} + CnNCrim2^{\circ} + CnCCrim1^{\circ} + CnCNCrim1^{\circ} + CnExtFisc1^{\circ}$
- $Cp = CpCrim2^{\circ} + CpNCrim2^{\circ} + CpCCrim1^{\circ} + CpCNCrim1^{\circ} + CpExtFisc1^{\circ}$
- $RIntC1^{\circ}$ - Recursos Internos no 1º Grau na Fase de Conhecimento: Os embargos de declaração opostos contra decisão de 1º Grau, no período-base (semestre).
- $RIntCP1^{\circ}$ - Recursos Internos Pendentes no 1º Grau na Fase de Conhecimento: Saldo residual de embargos de declaração contra decisão de 1º Grau opostos até o final do período anterior ao período-base e que não foram decididos até o final do período anterior ao período-base (semestre).
- $Mag = Mag2^{\circ} + Mag1^{\circ}$

2. Litigiosidade.

2.3. Litigiosidade Total

2.3.5. TC - Taxa de Congestionamento

Tabela 2.34 - TC - Taxa de Congestionamento

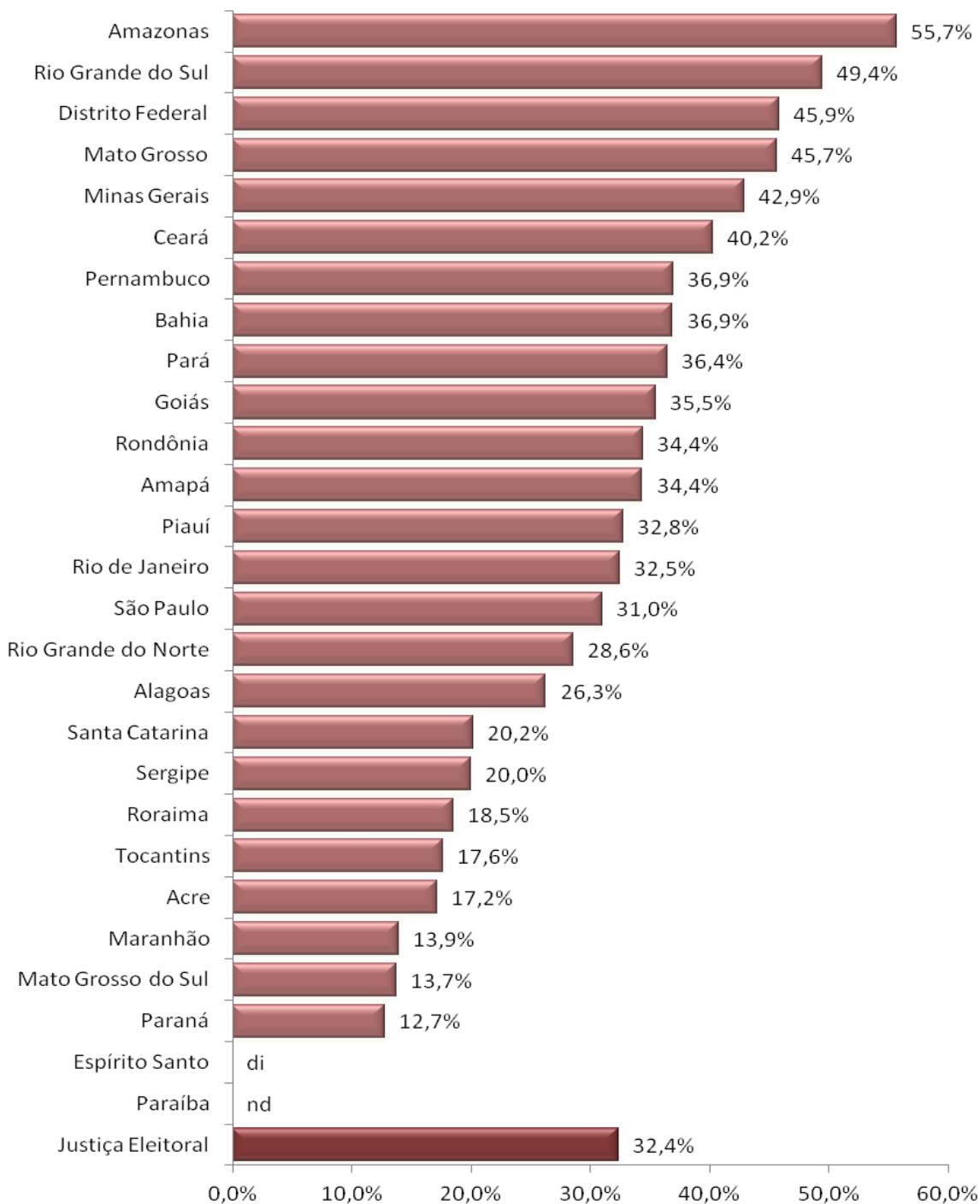
Tribunal Regional Eleitoral	TBaix - Total de Processos Baixados	Cn - Casos Novos	Cp - Casos Pendentes	TC - Taxa de Congestionamento
Acre	623	429	323	17,2%
Alagoas	1.743	1.061	1.303	26,3%
Amazonas	1.413	2.817	372	55,7%
Amapá	829	491	772	34,4%
Bahia	4.727	3.382	4.109	36,9%
Ceará	4.165	2.502	4.466	40,2%
Distrito Federal	1.677	964	2.134	45,9%
Espírito Santo	2.400	211	861	-124%(*)
Goiás	1.510	2.026	316	35,5%
Maranhão	3.217	1.417	2.319	13,9%
Minas Gerais	7.111	8.518	3.937	42,9%
Mato Grosso do Sul	1.621	1.355	523	13,7%
Mato Grosso	3.163	2.704	3.118	45,7%
Pará	3.779	4.000	1.944	36,4%
Paraíba	nd	nd	nd	nd
Pernambuco	2.379	968	2.805	36,9%
Piauí	4.230	2.514	3.777	32,8%
Paraná	5.279	3.960	2.089	12,7%
Rio de Janeiro	6.338	3.721	5.667	32,5%
Rio Grande do Norte	3.771	3.343	1.938	28,6%
Rondônia	1.623	1.508	967	34,4%
Roraima	1.866	1.552	737	18,5%
Rio Grande do Sul	5.053	3.949	6.042	49,4%
Santa Catarina	5.147	3.849	2.598	20,2%
Sergipe	1.559	1.457	491	20,0%
São Paulo	14.124	13.464	6.995	31,0%
Tocantins	2.598	1.671	1.483	17,6%
Justiça Eleitoral	91.945	73.833	62.086	32,4%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

(*) Dado inconsistente (di): O total de Processos Baixados foi maior que o número de processos em tramitação.

Gráfico 2.34 - TC - Taxa de Congestionamento



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

(*) Dado inconsistente (di): O total de Processos Baixados foi maior que o número de processos em tramitação.

Glossário:

TC - Taxa de Congestionamento

Finalidade: Indicar a taxa de congestionamento da Justiça Eleitoral no período-base (semestre).

Fórmula: $TC = 1 - (T_{Baix} / (C_n + C_p))$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $T_{Baix} = T_{BaixCrim2º} + T_{BaixNCrim2º} + T_{BaixCCrim1º} + T_{BaixCNCrim1º} + T_{BaixExtFisc1º}$
- $C_n = C_{nCrim2º} + C_{nNCrim2º} + C_{nCCrim1º} + C_{nCNCrim1º} + C_{nExtFisc1º}$
- $C_p = C_{pCrim2º} + C_{pNCrim2º} + C_{pCCrim1º} + C_{pCNCrim1º} + C_{pExtFisc1º}$

2. Litigiosidade.

2.3. Litigiosidade Total

2.3.6. SM - Sentenças / Decisões Terminativas de Processo por Magistrado

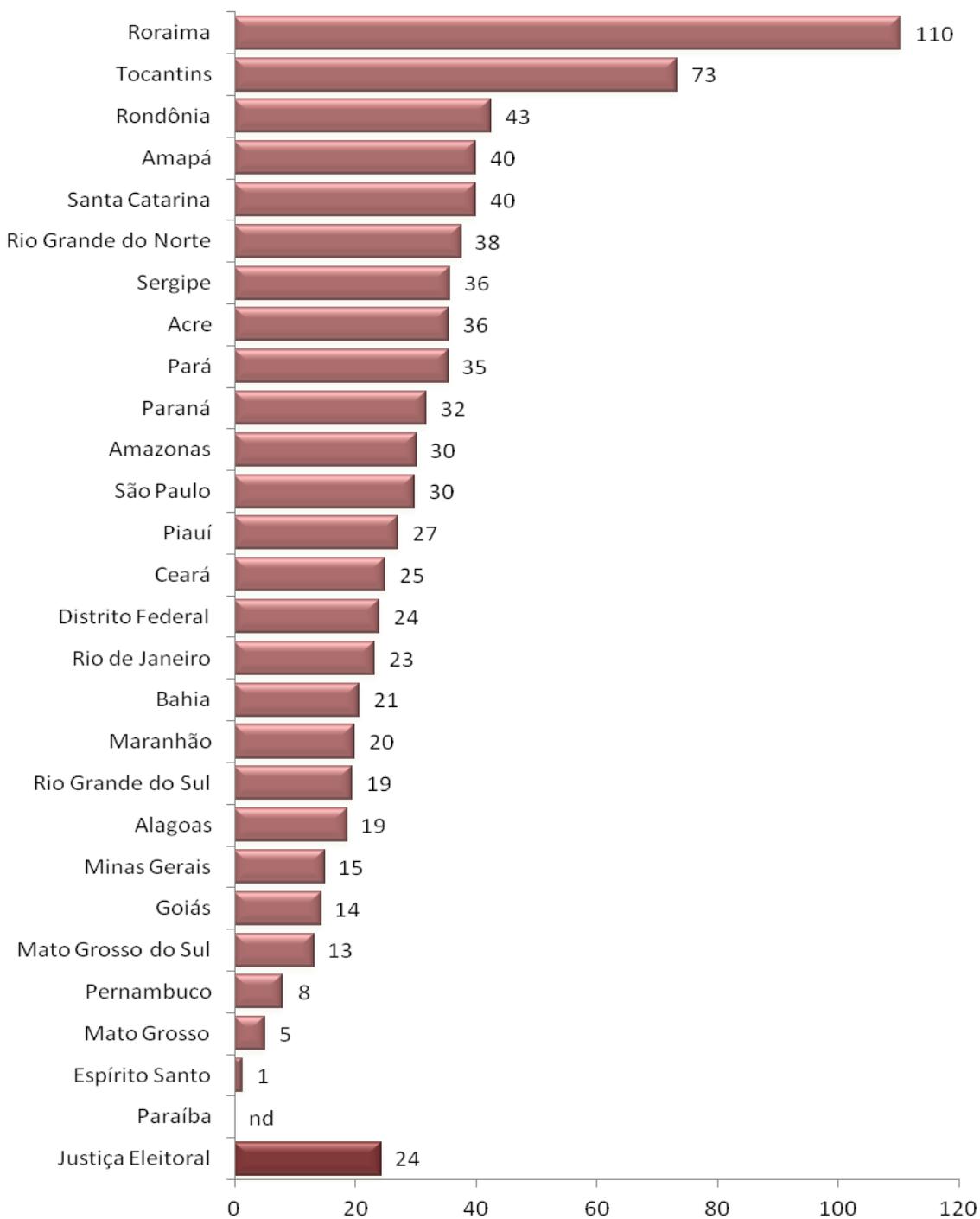
Tabela 2.35 - SM - Sentenças / Decisões Terminativas de Processo por Magistrado

Tribunal Regional Eleitoral	Sent - Total de Sentenças / Decisões	Mag - Total de Magistrados do Tribunal Regional Eleitoral	SM - Sentenças / Decisões Terminativas de Processo por Magistrado
Acre	604	17	36
Alagoas	1.153	62	19
Amazonas	2.320	77	30
Amapá	799	20	40
Bahia	4.381	212	21
Ceará	3.244	130	25
Distrito Federal	694	29	24
Espírito Santo	81	62	1
Goiás	1.816	127	14
Maranhão	2.346	118	20
Minas Gerais	5.445	365	15
Mato Grosso do Sul	1.523	116	13
Mato Grosso	333	67	5
Pará	3.929	111	35
Paraíba	nd	84	nd
Pernambuco	1.262	158	8
Piauí	2.878	106	27
Paraná	6.815	214	32
Rio de Janeiro	5.941	256	23
Rio Grande do Norte	2.852	76	38
Rondônia	1.787	42	43
Roraima	1.655	15	110
Rio Grande do Sul	3.503	180	19
Santa Catarina	4.749	119	40
Sergipe	1.535	43	36
São Paulo	12.839	431	30
Tocantins	3.083	42	73
Justiça Eleitoral	77.567	3.279	24

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.35 - SM - Sentenças / Decisões Terminativas de Processo por Magistrado



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

SM - Sentenças / Decisões Terminativas de Processo por Magistrado

Finalidade: Indicar o número de sentenças / decisões proferidas na Justiça Eleitoral por cada Magistrado no período-base (semestre).

Fórmula: $SM = \text{Sent} / \text{Mag}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $\text{Sent} = \text{DecCrim2}^\circ + \text{DecNCrim2}^\circ + \text{SentCCrim1}^\circ + \text{SentCNCrim1}^\circ + \text{SentExtFisc1}^\circ$
- $\text{Mag} = \text{Mag2}^\circ + \text{Mag1}^\circ$

2. Litigiosidade.

2.3. Litigiosidade Total

2.3.7. ProcEI - Índice de Processos Eletrônicos

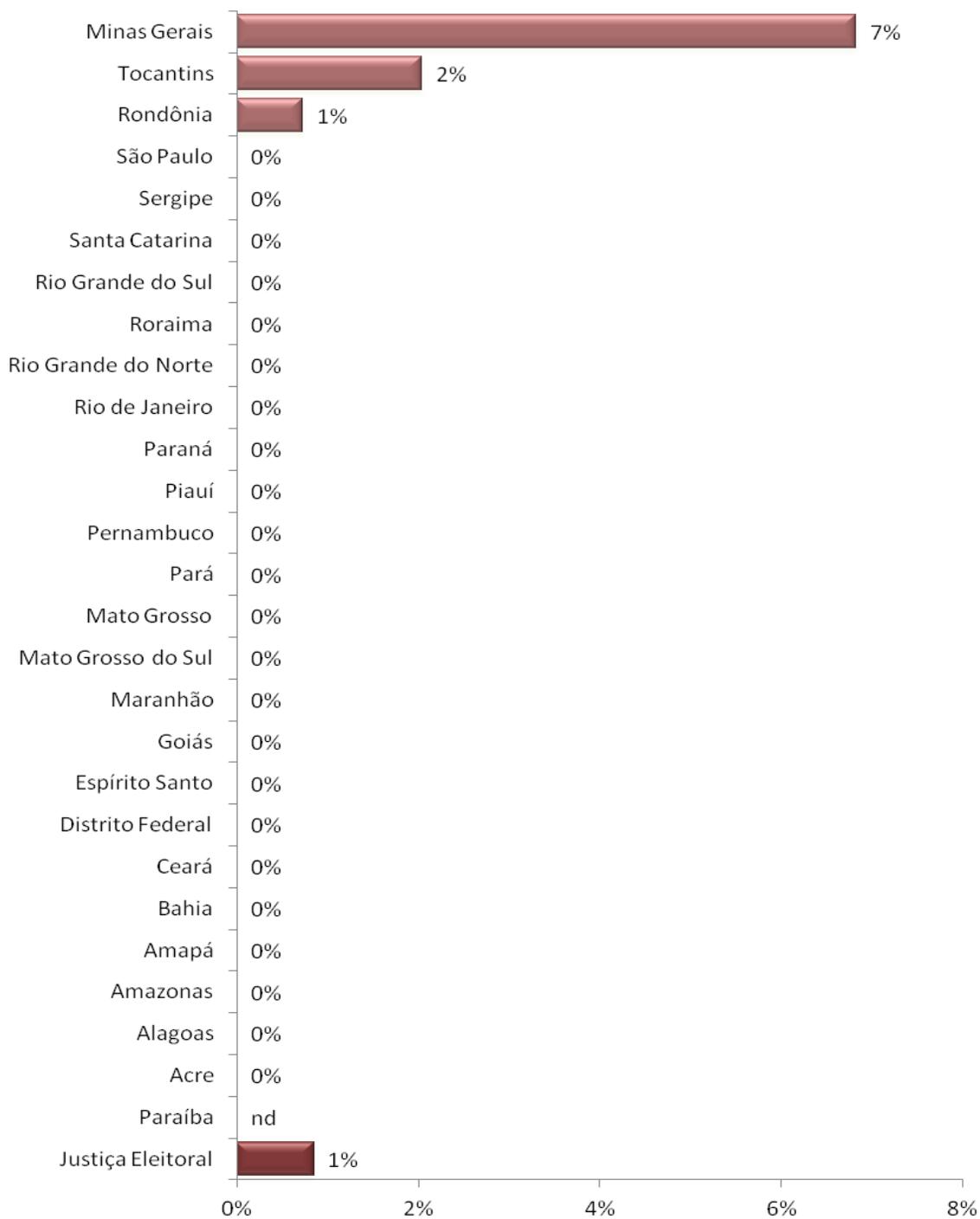
Tabela 2.36 - ProcEI - Índice de Processos Eletrônicos

Tribunal Regional Eleitoral	CnElet - Casos Novos Eletrônicos	Cn - Casos Novos	ProcEI - Índice de Processos Eletrônicos
Acre	0	429	0%
Alagoas	0	1.061	0%
Amazonas	0	2.817	0%
Amapá	0	491	0%
Bahia	0	3.382	0%
Ceará	0	2.502	0%
Distrito Federal	0	964	0%
Espírito Santo	0	211	0%
Goiás	0	2.026	0%
Maranhão	0	1.417	0%
Minas Gerais	582	8.518	7%
Mato Grosso do Sul	0	1.355	0%
Mato Grosso	0	2.704	0%
Pará	0	4.000	0%
Paraíba	nd	nd	nd
Pernambuco	0	968	0%
Piauí	0	2.514	0%
Paraná	0	3.960	0%
Rio de Janeiro	0	3.721	0%
Rio Grande do Norte	0	3.343	0%
Rondônia	11	1.508	1%
Roraima	0	1.552	0%
Rio Grande do Sul	0	3.949	0%
Santa Catarina	0	3.849	0%
Sergipe	0	1.457	0%
São Paulo	0	13.464	0%
Tocantins	34	1.671	2%
Justiça Eleitoral	627	73.833	1%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.36 - ProcEI - Índice de Processos Eletrônicos



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

ProcEI - Índice de Processos Eletrônicos

Finalidade: Indicar o número de processos eletrônicos na Justiça Eleitoral no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{ProcEI} = \text{CnElet} / \text{Cn}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $\text{CnElet} = \text{CnElet2}^{\circ} + \text{CnElet1}^{\circ}$
- $\text{Cn} = \text{CnCrim2}^{\circ} + \text{CnNCrim2}^{\circ} + \text{CnCrim1}^{\circ} + \text{CnCN}^{\circ}\text{Crim1}^{\circ} + \text{CnExtFisc1}^{\circ}$

2. Litigiosidade.

2.3. Litigiosidade Total

2.3.8. TbCn - Processos Baixados por Caso Novo

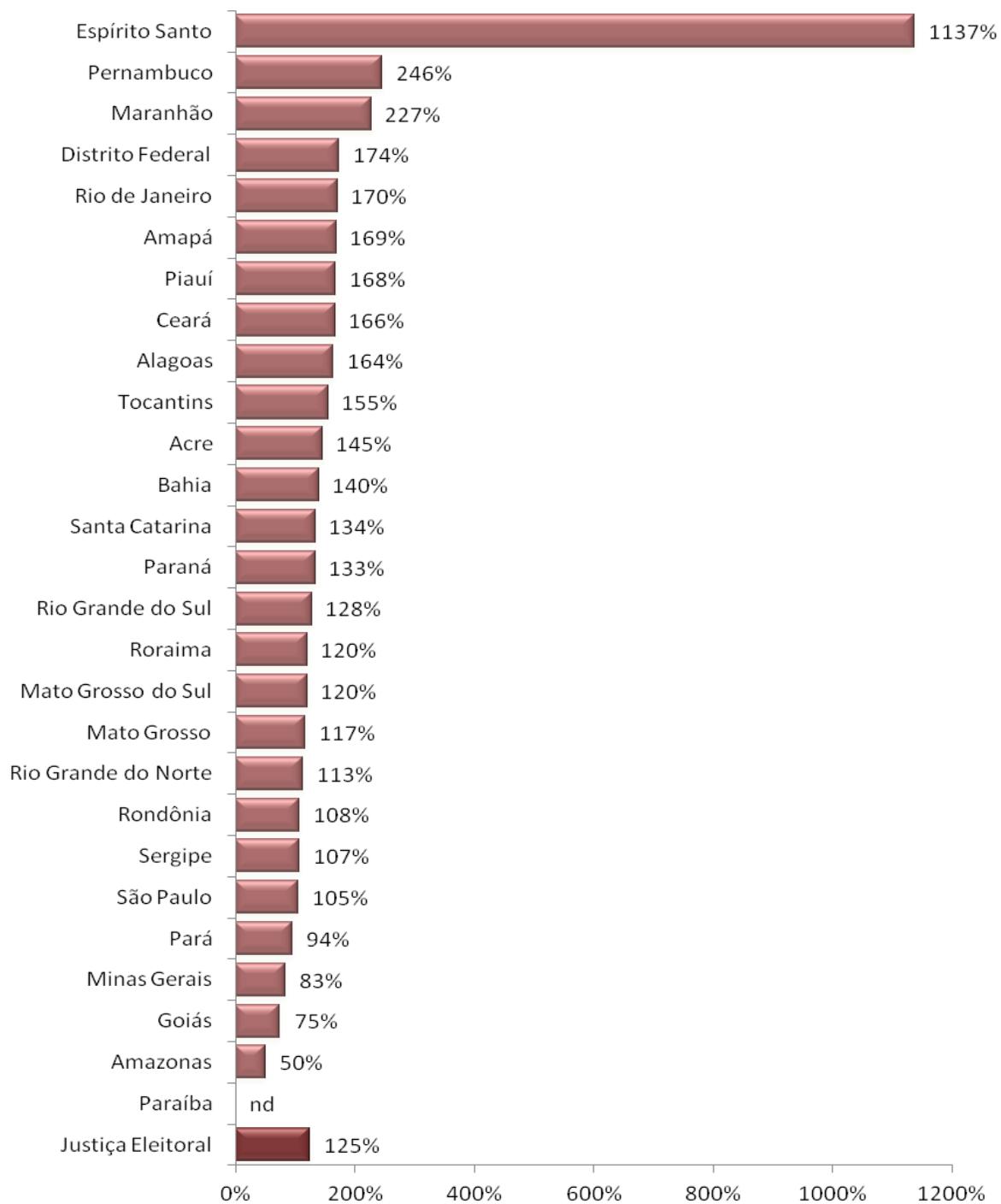
Tabela 2.37 - TbCn - Processos Baixados por Caso Novo

Tribunal Regional Eleitoral	TBaix - Total de Processos Baixados	Cn - Casos Novos	TbCn - Processos Baixados por Caso Novo
Acre	623	429	145%
Alagoas	1.743	1.061	164%
Amazonas	1.413	2.817	50%
Amapá	829	491	169%
Bahia	4.727	3.382	140%
Ceará	4.165	2.502	166%
Distrito Federal	1.677	964	174%
Espírito Santo	2.400	211	1137%
Goiás	1.510	2.026	75%
Maranhão	3.217	1.417	227%
Minas Gerais	7.111	8.518	83%
Mato Grosso do Sul	1.621	1.355	120%
Mato Grosso	3.163	2.704	117%
Pará	3.779	4.000	94%
Paraíba	nd	nd	nd
Pernambuco	2.379	968	246%
Piauí	4.230	2.514	168%
Paraná	5.279	3.960	133%
Rio de Janeiro	6.338	3.721	170%
Rio Grande do Norte	3.771	3.343	113%
Rondônia	1.623	1.508	108%
Roraima	1.866	1.552	120%
Rio Grande do Sul	5.053	3.949	128%
Santa Catarina	5.147	3.849	134%
Sergipe	1.559	1.457	107%
São Paulo	14.124	13.464	105%
Tocantins	2.598	1.671	155%
Justiça Eleitoral	91.945	73.833	125%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.37 - TbCn - Processos Baixados por Caso Novo



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

TbCn - Processos Baixados por Caso Novo

Finalidade: Indicar o percentual do total de processos baixados em relação ao número de casos novos na Justiça Eleitoral no período-base (semestre).

Fórmula: $TbCn = T\text{Baix} / Cn$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $T\text{Baix} = T\text{BaixCrim}2^{\circ} + T\text{BaixNCrim}2^{\circ} + T\text{BaixCCrim}1^{\circ} + T\text{BaixCNCrim}1^{\circ} + T\text{BaixExtFisc}1^{\circ}$
- $Cn = Cn\text{Crim}2^{\circ} + Cn\text{NCrim}2^{\circ} + Cn\text{CCrim}1^{\circ} + Cn\text{CNCrim}1^{\circ} + Cn\text{ExtFisc}1^{\circ}$